

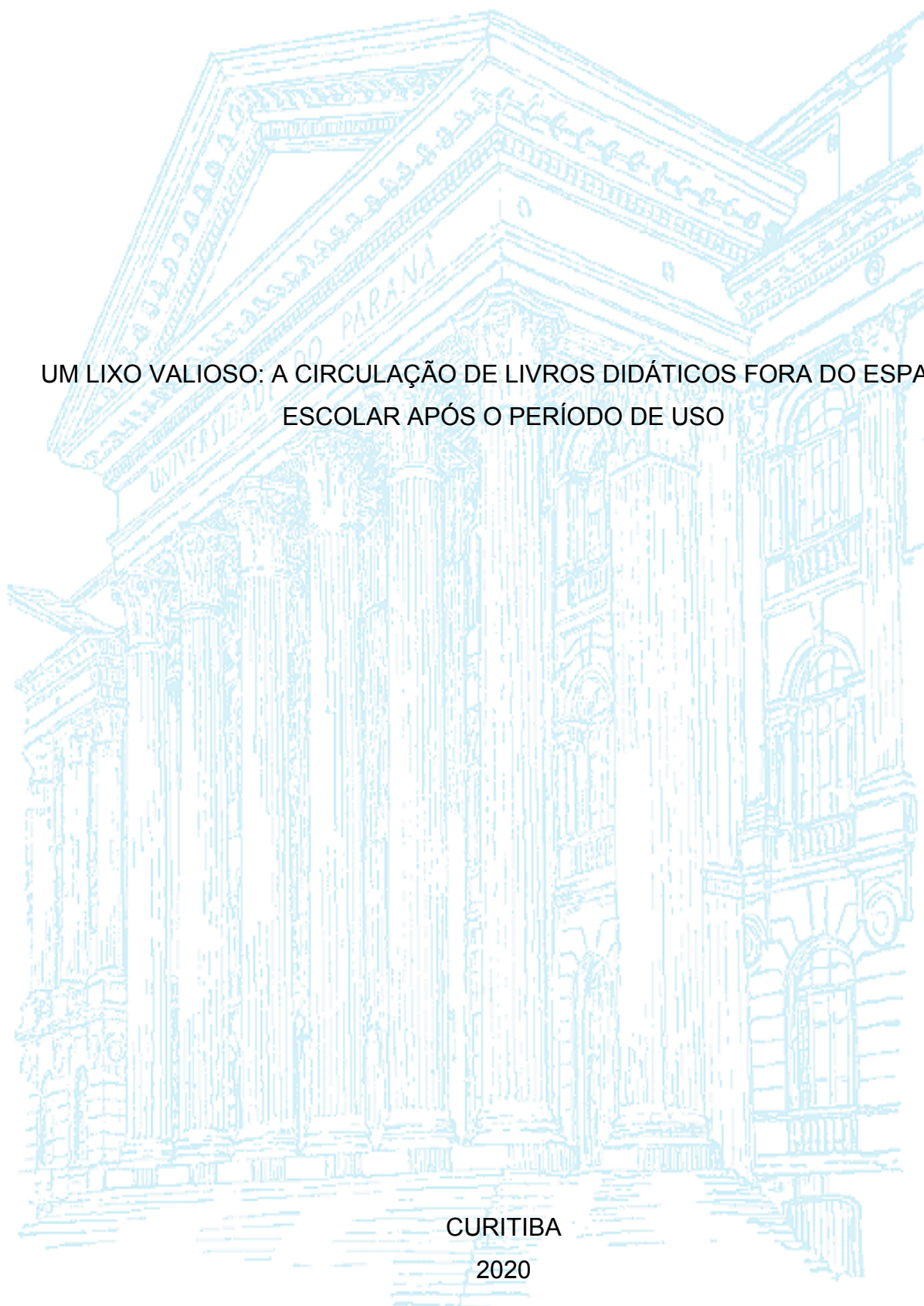
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WAGNER LUÍS BARBOSA

UM LIXO VALIOSO: A CIRCULAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS FORA DO ESPAÇO
ESCOLAR APÓS O PERÍODO DE USO

CURITIBA

2020



WAGNER LUÍS BARBOSA

UM LIXO VALIOSO: A CIRCULAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS FORA DO ESPAÇO
ESCOLAR APÓS O PERÍODO DE USO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia M. F. Braga Garcia

CURITIBA

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Barbosa, Wagner Luís.

Um lixo valioso : a circulação de livros didáticos fora do espaço
escolar após o período de uso / Wagner Luís Barbosa. – Curitiba, 2021.
172 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Profª Drª Tânia M. F. Braga Garcia

1. Livros didáticos. 2. Programa Nacional do Livro Didático (Brasil). 3.
Aprendizagem – Livros e leituras. 4. Língua portuguesa – Estudo e
ensino. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **WAGNER LUÍS BARBOSA** intitulada: **Um lixo valioso: a circulação de livros didáticos fora do espaço escolar após o período de uso**, sob orientação da Profa. Dra. **TÂNIA MARIA FIGUEIREDO BRAGA GARCIA**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 13 de Abril de 2020.

Assinatura Eletrônica

20/04/2020 19:36:06.0

TÂNIA MARIA FIGUEIREDO BRAGA GARCIA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

22/04/2020 10:36:46.0

ROSANE DE FÁTIMA BATISTA TEIXEIRA

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/04/2020 11:28:57.0

SUZETE DE PAULA BORNATTO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

À família, pelo apoio.

Às amigas e amigos, pela alegria.

Às mestras e mestres, pela orientação.

Aos orixás, pela energia.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR (PPGE) e à linha de pesquisa Cultura, Escola e Processos Formativos em Educação por terem acolhido o pré-projeto que apresentei ao processo seletivo. Muito obrigado por terem acreditado em uma ideia que precisava ainda de muito trabalho para se tornar clara.

Muito obrigado ao Núcleo de Publicações Didáticas da UFPR (NPPD) pelo compartilhamento de informações e conhecimento. Em nossos encontros pude compreender a complexidade dos livros didáticos e outras publicações didáticas. Compartilhei a mesa com pesquisadores das mais diversas áreas, cada um contribuindo de forma efetiva com seu olhar para a construção do conhecimento. Muito obrigado pela generosidade.

Às integrantes da banca de qualificação e à banca de defesa, muito obrigado pelas valiosas contribuições: Prof.^a Dr.^a Rosane de Fátima Batista Teixeira por, dentre outras coisas, ter aparado os excessos literários da dissertação e mostrado que é importante seguir ritos científicos para a produção da pesquisa; Prof.^a Dr.^a Suzete Bornatto, que contribuiu de forma decisiva em minha graduação, com suas aulas e orientações, agora, nas bancas, fez as provocações necessárias para que o trabalho assumisse a forma que aqui se apresenta. Muito obrigado.

Finalizo o agradecimento dedicando esse trabalho à Prof.^a Dr.^a Tânia M. F. Braga Garcia, que desde o primeiro momento acreditou na pesquisa e se desdobrou para encontrar os caminhos mais adequados para chegarmos ao resultado que agora apresentamos. O que vou dizer aqui, certamente se repete em trabalhos do mundo todo: sem a senhora, essa pesquisa não existiria, tamanha é sua dedicação a ela. Obrigado por tudo.

RESUMO

Pesquisa sobre os destinos dos livros didáticos após o prazo de utilização estipulado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e novas formas de utilização desse material. Insere-se entre os estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas (NPPD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Tem como objetivo geral investigar procedimentos das escolas públicas em relação aos livros didáticos quando os prazos legais de utilização se encerram. A revisão de literatura localizou poucos trabalhos sobre o tema, com abordagens diferentes. Além dos destinos dados a esses materiais, a pesquisa busca compreender novas funções que esses materiais assumem em contextos diversos, tanto dentro quanto fora das escolas. A pesquisa sustenta-se nos conceitos de leitura, livros e leitores e as relações entre os agentes envolvidos na prática leitora. Apoiar-se na compreensão de que a leitura é uma ação dialógica, aos moldes da abordagem bakhtiniana, e que o leitor não realiza a leitura do livro didático de forma passiva, mas mediada por seus objetivos de leitura, assim como pelas condições socioculturais em que as práticas leitoras ocorrem. Apresenta elaborações sobre a questão do reaproveitamento dos livros didáticos e seu descarte a partir de seus determinantes legais, históricos e econômicos, situando a circulação desses materiais no contexto social. O trabalho empírico sobre novos destinos dados aos livros didáticos que encerram seu prazo legal de utilização inclui elementos derivados de: 1) resultados de oficina de leitura e escrita com livros didáticos de língua portuguesa que se realizou na graduação em licenciatura em letras português pela UFPR; 2) realização de estudo exploratório em três escolas públicas estaduais no Paraná e em uma escola federal em Santa Catarina; 3) análise de projetos institucionais que distribuem livros didáticos fora do prazo de vigência do PNLD; 4) análise de iniciativas individuais de aproveitamento e distribuição de livros didáticos fora do prazo de vigência do PNLD. Destaca-se que os livros didáticos, em especial os livros de língua portuguesa, por conta de seu conteúdo focado na multiplicidade de gêneros textuais, não encerram sua validade, mesmo depois do encerramento dos prazos legais para seu uso escolar. Apresenta possibilidades de reutilização desses materiais, envolvendo vários agentes, alguns ligados diretamente à escola, outros não. Conclui que as funções que Choppin (2004) atribuiu ao livro didático são relacionadas aos livros didáticos quando em uso dentro das normas legais e no espaço escolar e que após os prazos estipulados pelo PNLD e, em muitos casos, fora dos muros escolares, desenham-se novas funções desempenhadas pelos livros, que foram aqui denominados de lixo valioso.

Palavras chave: Livros didáticos. Descarte de livros didáticos. Reutilização de livros didáticos. PNLD. Leitura.

ABSTRACT

This is a research on the destinations given to textbooks after the term of use stipulated by the National Textbook Program (PNLD) is completed and on new ways of using this material. The present research is one among the studies developed by the Center for Research in Didactic Publications (NPPD) of the Federal University of Paraná (UFPR). Its general objective is to investigate public school procedures in relation to textbooks once the legal terms of use are over. The literature review found few studies with different approaches on the topic. In addition to the destinations given to these materials, the research seeks to understand new functions that these materials assume in different contexts, both inside and outside schools. The research is based on the concepts of reading, books and readers and the relationships between the agents involved in the practice of reading. It is supported by the understanding that reading is a dialogical action, based on the Bakhtinian approach, and that the reader does not passively read the textbook, but is mediated by his reading objectives, as well as by the socio-cultural conditions in which reading practices occur. The research presents elaborations on the issue of reusing textbooks and their disposal based on their legal, historical and economic determinants, placing the circulation of these materials in the social context. The empirical work on new destinations of these textbooks includes elements derived from: 1) results of a reading and writing workshop with Portuguese textbooks that took place in the undergraduate Portuguese Language degree at UFPR; 2) conducting an exploratory study in three state public schools in Paraná and one federal school in Santa Catarina; 3) analysis of institutional projects that distribute textbooks outside the PNLD terms; 4) analysis of individual initiatives for the use and distribution of textbooks outside the PNLD terms. It is noteworthy that textbooks, especially those of Portuguese language, due to their content focused on the multiplicity of textual genres, do not end in terms of their validity, even after the end of the legal deadlines for their school use. The research presents possibilities for reusing these materials, involving several agents, some which are directly linked to the school. The conclusion shows the functions that Choppin (2004) attributed to the textbook are related to textbooks when in use within the legal norms and in the school space. And once the deadlines stipulated by the PNLD end, in many cases outside the school walls, new functions are performed by these textbooks, which were here called valuable waste.

Key-words: Textbooks. Disposal of textbooks. Reuse of textbooks. PNLD. Reading.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – FUNÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO DE ACORDO COM CHOPPIN	55, 149
FIGURA 1 – LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PÁGINA 14	63
FIGURA 2 – LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PÁGINA 15	64
FIGURA 3 – LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PÁGINA 16	65
FIGURA 4 – LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PÁGINA 17	66
FIGURA 5 – DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE NOVEMBRO DE 1956	76
FIGURA 6 – FLUXO DA OPERAÇÃO REALIZADA NA DISTRIBUIÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS	96
FIGURA 7 – FLUXOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS PNLD	98
FIGURA 8 – AS ETAPAS DA GEI	101

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – POPULAÇÃO BRASILEIRA DE LEITORES E NÃO LEITORES	34
TABELA 2 – POPULAÇÃO BRASILEIRA DE LEITORES E NÃO LEITORES POR IDADE	35
TABELA 3 – FREQUÊNCIA DE LEITURA POR TIPO DE MATERIAL, INDEPENDENTE DO SUPORTE	36
TABELA 4 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE	39
TABELA 5 – ATLAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL 2019	44
TABELA 6 – JUVENTUDE PERDIDA	45
TABELA 7 – PERFIL DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO	46
TABELA 8 – PADRÃO DE VITIMIZAÇÃO DOS HOMICÍDIOS EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE E O SEXO DA VÍTIMA	47
TABELA 9 – NÚMEROS DO PNLD 2019	85
TABELA 10 – VALORES DE AQUISIÇÃO - PNLD 2020	87

LISTA DE SIGLAS

Abrelivos	– Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares
APMF	– Associação de Pais, Mestres e Funcionários, e similares
CBL	– Câmara Brasileira do Livro
Coare	– Coordenação de Apoio às Redes de Ensino
CNLD	– Comissão Nacional do Livro Didático
ECT	– Empresa de Correios e Telégrafos
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPL	– Instituto Pró-Livro
MEC	– Ministério da Educação
NPPD	– Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas
PNLD	– Programa Nacional do Livro Didático
SNEL	– Sindicato Nacional dos Editores de Livros
UFPR	– Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	LEITURAS, LIVROS, LEITORES	20
2.1	LEITURA COMO DIREITO	22
2.2	ALGUNS ELEMENTOS PARA COMPREENDER LEITORES BRASILEIROS	33
2.3	A FALTA DE ACESSO À ESCOLA E A VIOLÊNCIA	42
2.4	LIVROS DIDÁTICOS E A LEITURA ESCOLARIZADA	52
2.4.1	Leituras e livros didáticos	52
2.4.2	Leituras do livro didático de língua portuguesa	61
3	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD): QUESTÕES SOBRE DESCARTE E REAPROVEITAMENTO	72
3.1	DAS ORIGENS DAS POLÍTICAS DE CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO ÀS REFORMAS EDUCATIVAS DA DÉCADA DE 1990	73
3.2	AS REFORMAS EDUCATIVAS DA DÉCADA DE 1990, A CONSOLIDAÇÃO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO NO PNLD E O ENCERRAMENTO DO PNLD (2017)	79
3.3	A QUESTÃO ECONÔMICA DOS LIVROS DIDÁTICOS	84
3.4	DESCARTE E REUTILIZAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS	89
3.4.1	Pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas da UFPR	89
3.4.2	Pesquisas sobre circulação, descarte e reutilização de livros didáticos	93
3.4.3	A mídia e o descarte de livros didáticos	106
4	OS LIVROS DIDÁTICOS FORA DOS MUROS ESCOLARES: EXPERIÊNCIAS DE RE(UTILIZAÇÃO)	110
4.1	RETOMANDO A PROBLEMÁTICA E EXPLORANDO SUAS ORIGENS ..	110
4.2	REVISITANDO O TRABALHO DE GRADUAÇÃO: A OFICINA DE LEITURA COM LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA QUE ENCERROU SEU PRAZO NO PNLD	117
4.3	ESTUDO EMPÍRICO DE NATUREZA EXPLORATÓRIA E SEUS RESULTADOS	122
4.4	LOCALIZANDO EXPERIÊNCIAS DE USO DOS LIVROS DIDÁTICOS PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA	134

4.4.1	Experiências institucionais de uso dos livros após seu ciclo nas escolas ..	135
4.4.2	Experiências individuais de uso dos livros após seu ciclo nas escolas	138
4.5	CONSIDERAÇÕES QUE DERIVAM PROPOSIÇÕES	141
5	CONCLUSÃO: PONTOS E RETICÊNCIAS	152
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICE 1 – FOLHAS DE ATIVIDADES DA OFICINA DE LEITURA E ESCRITA COM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA	164
	ANEXO 1 – REPRODUÇÃO DA CAPA DA OBRA ENCONTRADA NO PONTO DE DISTRIBUIÇÃO DO PROJETO INSTITUCIONAL 2	171

1 INTRODUÇÃO

...Fui na sapataria retirar os papeis. Um sapateiro perguntou-me se o livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhavel escrever a realidade. (JESUS, 1960, p. 96).

Para onde foi o livro didático que você utilizou em seu período escolar? Você sabe? Uma das respostas possíveis é que tenha ido a outro estudante, depois a outro. Mas e depois disso? Você sabe?

O que terá sido feito dele? Foi para o lixo? Para alguma estante de biblioteca? Continuou contribuindo para outro estudante em seu percurso educacional, terá virado papel novamente, ou talvez jogado no lixo comum, misturando letras ao lixo orgânico?

Essa é a investigação a que se propôs essa dissertação. Mesmo sabendo que o tema é amplo e uma só pesquisa não esgota o assunto, buscou-se levantar respostas para essa questão. No percurso, encontrou-se algumas respostas e muitas perguntas. Espera-se que elas ajudem a ampliar o debate sobre o tema dos livros didáticos.

O objetivo da presente dissertação é verificar se o livro didático que encerra seu prazo de utilização previsto pelo PNLD pode realmente ser considerado, como diz o título do trabalho, como um lixo valioso. Para encontrar argumentos que sustentem esta ideia, investigou-se a circulação de livros didáticos dentro e fora do espaço escolar após o período de uso, em situações particulares.

Para responder a essa pergunta, realizou-se pesquisa bibliográfica com autores consagrados sobre o tema manuais didáticos de forma ampla, mas também buscou-se localizar trabalhos que tratassem do livro didáticos após seu prazo de utilização legal, definido nas regras do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Como forma de verificar a pertinência do trabalho e ajudar a consolidar o caminho da pesquisa, realizou-se estudo exploratório em algumas escolas. Após essa inserção no espaço escolar, o estudo principal buscou tanto organizações governamentais e não governamentais, quanto ações individuais que buscassem dar ao livro didático uma vida mais longa que a prevista pela legislação.

Como resultado da pesquisa, compreendeu-se que o livro didático que encerra seu ciclo previsto pelo PNLD pode continuar sendo utilizado para os mais diversos fins, posto que o conteúdo não se desatualiza com tanta velocidade ao

longo dos 3 ou 4 anos de uso previstos pelo programa. Apesar da pesquisa ter sido feita levando-se em conta o conjunto de livros didáticos independentemente da disciplina escolar, o olhar do pesquisador repousou mais sobre os livros de língua portuguesa. Isso aconteceu por diversos motivos: por conta de sua formação na graduação (licenciatura em letras português); por compreender que a questão da leitura é central quando se fala em inserção de populações marginalizadas como cidadãos; além da presença, nos livros didáticos de língua portuguesa, de uma diversidade de gêneros textuais que auxiliam na compreensão do mundo.

No ciclo do PNLD, os professores das escolas públicas escolhem os livros didáticos, o governo faz as encomendas, as editoras produzem, os correios entregam, os alunos utilizam por um prazo determinado, depois o livro é de propriedade da escola. A escola, por maior que seja, tem seu espaço limitado e não consegue guardar todo o material que não é utilizado. Algum destino precisa ser dado.

Outro elemento que constitui essa complexa situação é que os livros são comprados com dinheiro público, e só no ano de 2020 o governo investiu R\$ 1.390.201.035,55 na aquisição de livros didáticos (FNDE, 2020a). Um valor considerável para um uso de curta duração.

A dissertação foi produzida no âmbito do Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas (NPPD), vinculado à UFPR. Ao núcleo se ligam pesquisadores das mais diversas áreas com o objetivo de compreender as múltiplas facetas do livro didático. Parte do trabalho do núcleo será apresentado na seção “3.4.1 Pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas da UFPR”.

A pesquisa aqui apresentada é, em parte, continuação dos estudos desenvolvidos na graduação em licenciatura em letras português pela UFPR. Desde aquele momento, as observações já apontavam para algumas questões que se confirmaram durante o mestrado, entre elas, a de que muitos livros que encerram seu ciclo de utilização definido no PNLD são enviados para cooperativas de catadores de material reciclável.

Em visitas a várias dessas cooperativas, observou-se elemento que precisa ser analisado com cuidado. As cooperativas, em sua maioria, congregam trabalhadores que não tiveram oportunidade de frequentar a educação formal no tempo previsto, ou não tiveram uma boa experiência escolar, isso por variados

motivos, entre eles o trabalho infantil. Nesses espaços, realmente, é fácil localizar livros didáticos descartados e que irão ser reciclados, para virar papel novamente.

Causa certo incômodo ao observador ver aquele livro que serviu – e pode continuar servindo – de auxílio ao aprendizado ser despedaçado por mãos que não tiveram acesso ao estudo formal. Entretanto, “Livros são papéis pintados com tinta.”, como diria Fernando Pessoa (2002) e aquele livro que contribuiu com a educação de tantos estudantes, agora está contribuindo com a garantia de renda a um grupo específico de trabalhadores – que tem um importante trabalho, qual seja, evitar que aquele material vá para o lixo comum, poluindo o meio ambiente e perdendo a oportunidade de se transformar em produtos e mercadorias que circularão na vida social. A questão, como se pode depreender, envolve dimensões escolares e não escolares. Assim, explicitou-se no decorrer da pesquisa que o assunto é complexo e precisa ser observado sob vários pontos de vista. A estruturação da pesquisa levou em conta tal complexidade, mas também as lacunas na literatura específica sobre essa problemática. Dessa forma, foram traçadas as questões iniciais sobre o destino dos livros após seu período de uso definido pelo PNLD e foram traçados os caminhos metodológicos para buscar algumas repostas às questões formuladas. E, ao final, estruturou-se dissertação por meio do texto que aqui se apresenta.

Na sequência da introdução, o capítulo 2 aborda elementos relacionados ao lugar da leitura em nossas vidas. Inicialmente, o capítulo traz a contribuição de autores como Carolina Maria de Jesus (1960), Paulo Freire (1968; 1989) e Antonio Candido (2004), que auxiliam no debate sobre a leitura enquanto um direito humano. Aqui a leitura é pensada como um dos elementos que podem contribuir para que a pessoa se construa enquanto cidadão crítico e enquanto ser social.

Depois dessa discussão inicial sobre significados da leitura como um dos fatores que podem contribuir em nossa constituição individual e coletiva, buscou-se trazer a compreensão sobre quem é o leitor brasileiro. Para isso, foram selecionados dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (FAILLA, 2016). Apesar de ser uma pesquisa de grande amplitude e que tende a não olhar os detalhes das leituras particulares, como apontou Fernandes (2012), ela contribui para pensar o leitor, a função da escola na formação de leitores e a importância do livro didático nesse processo.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil mostra dados que sugerem, dentre outras coisas, que o brasileiro que se considera leitor é aquele em idade escolar.

Entretanto, ainda dentro desse tópico, podem ser agregados dados de outra pesquisa amostral, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação 2018 (PNAD Educação 2018), produzida pelo IBGE e divulgada em 2019 (IBGE, 2019). Se por um lado observa-se que quem se considera leitor são os brasileiros em idade escolar, a pesquisa do IBGE mostra dados preocupantes relacionados à evasão escolar entre os jovens, dado que coloca em questão a intensidade e a duração da relação escolarização/leitor. A construção realizada no capítulo conduz ao entendimento de que a leitura não está separada do contexto de realização da leitura. Para ajudar a pensar esse contexto social – que contribui inclusive com a evasão escolar –, uma seção do capítulo mostra números de outra pesquisa amostral, o Atlas da Violência (IPEA, 2019a). Essa pesquisa traz elementos que evidenciam que o ambiente em que muitos jovens estão inseridos é permeado por violências. Essa violência externa altera as relações dentro da escola e a seção do capítulo destaca a contribuição de autores sobre as relações entre escola e violência (MINAYO, 2013; PINO, 2007).

Considerando as complexas relações entre escolarização e leitura, dentre os diversos elementos que as constituem, a opção nesta pesquisa foi olhar para a leitura dos livros didáticos. Para isso, toma-se como sustentação as contribuições de autores como Choppin (2004), que a partir de análises de vários trabalhos científicos sobre o livro didático, estabeleceu categorias de classificação dos vários usos desse artefato escolar. A seção busca também a contribuição de Bourdieu (2007), que questiona a seleção de conteúdos veiculados na escola como uma ação que contribui para perpetuar a segregação entre as classes sociais. Também se destaca a contribuição de Forquin (1992), que trabalha com a ideia de que, apesar dos fortes mecanismos de reprodução cultural, a leitura do livro didático não é uma prática marcada por passividade, mas é dinâmica e participativa. Em outras palavras, mesmo que os conteúdos do livro didático sejam selecionados para manter a situação de exclusão social, para Forquin, a população leitora interage e realiza sua leitura a partir de suas características, não aceitando simplesmente o que lhes é imposto.

Após essa discussão, o capítulo focaliza a leitura de livros didáticos de língua portuguesa. Para isso, foram selecionados autores que discutem a abordagem bakhtiniana do texto e da leitura como uma ação dialógica e que é realizada a partir de gêneros textuais, que são estruturas relativamente estáveis de

enunciados com estruturas e regras próprias (BRAIT, 2008; SOARES, 2009; BAKHTIN, 2016). Além disso, há elementos da discussão sobre letramento para contribuir com a ideia de leitura propositiva e não passiva (ROJO, 2008; SOARES, 2009). Considerando a discussão principal da dissertação, os destinos do livro didático após o prazo estipulado pelo PNLD, é interessante pensar as contribuições desses autores em relação ao livro de língua portuguesa, pois a defesa aqui realizada é que, embora haja um prazo de validade dos livros para uso nas escolas, os textos incluídos em tais livros não encerram sua validade após o prazo estipulado pelo PNLD e, de diferentes formas, podem contribuir para a realização de práticas de leitura, não apenas entre os alunos, mas por públicos diversos.

As especificidades do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) são apresentadas e discutidas no capítulo 3. Trata-se de um programa que envolve grandes números, seja em termos de recursos financeiros, seja em número de obras compradas e distribuídas, ou ainda pela quantidade de alunos que são atendidos com livros didáticos, constituindo-se em referência mundial sobre distribuição de livros didáticos, apesar de dificuldades e problemas que marcam sua existência. Entretanto, como o foco do trabalho são os livros didáticos após o prazo de utilização do PNLD, buscou-se olhar para o programa enfatizando como e quando os documentos legais tratam da questão do descarte e reutilização. Para atender aos objetivos deste capítulo, apontam-se elementos da historicidade do PNLD, em especial sobre aspectos da consolidação da presença do livro didático no país, ressaltando os aspectos que dizem respeito à reutilização do livro por séries seguintes e sobre o descarte (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984; CASSIANO, 2013).

Em seção seguinte, abordam-se dados do Programa em termos financeiros, tratando da economia do livro didático (CASSIANO, 2013; LINS, 1977; OLIVEIRA, 1983). Esse é um elemento fundamental, posto que se fala do livro enquanto objeto adquirido com recursos públicos e que se incorpora a outros objetos escolares como patrimônio público.

Destacam-se aqui alguns conceitos, entre outros, necessários à compreensão da utilização e reutilização dos livros no PNLD: livro didático descartável, consumível e reutilizável. O livro descartável foi o livro didático adotado nas escolas brasileiras e que era substituído todos os anos. Após intensa discussão social, econômica e política, o PNLD de 1985 não realizou mais compras dos chamados livros descartáveis.

O livro consumível, em parte, é muito semelhante ao livro descartável. A atual normatização do PNLD permite a compra de livros que são de propriedade do aluno, ou seja, não são passados a outros alunos no outro ano letivo. Nesses casos, os alunos podem responder as questões e realizar atividades diretamente nos livros. Esses são os livros consumíveis, que têm sido utilizados principalmente na Educação Infantil, nos anos iniciais e em algumas disciplinas específicas como Língua Estrangeira.

O livro reutilizável é passado de um estudante a outro no final do ano letivo. Efetivamente ele fica sob a guarda da escola, que anualmente entrega aos alunos para uso naquele período letivo e controla sua devolução ao final. Este é o tipo de livro ao qual se deu maior atenção na pesquisa, pois é um material sob a responsabilidade da escola e, ao final de seu ciclo, de 3 a 4 anos de uso por diferentes alunos, passa a fazer parte do acervo da escola. Assim, acaba por transformar-se muitas vezes em problema logístico para o remanejamento no espaço disponível – nem sempre existentes nas escolas – ou descarte por parte das escolas.

A seção seguinte destaca resultados do levantamento de pesquisas científicas que abordam de alguma maneira a questão do reaproveitamento e descarte do livro didático. Constatou-se que a pesquisa sobre esse assunto é ainda muito incipiente e os trabalhos selecionados tocam tangencialmente o tema aqui abordado (PERES; SILVEIRA, 1998; ARAÚJO, 2011; FELDMAN; EGGERT-STEINDEL, 2017; RANGEL; RODRIGUES, 2019). Uma consideração realizada ao final desta seção refere-se ao fato de que o tema do descarte de livros didáticos é muitas vezes abordado pela mídia de forma sensacionalista, excluindo das pautas alguns critérios essenciais para que se possa compreender o assunto em sua complexidade. Duas reportagens que tratam do assunto foram destacadas para exemplificar a problemática.

No Capítulo 4 são apresentadas situações em que se pôde coletar experiências de reutilização do livro didático. Já que a defesa realizada na dissertação é de que a leitura é uma ação ativa e que se realiza no ato de ler pelos diferentes atores, o capítulo inicia com uma apresentação pessoal do pesquisador, enquanto leitor e interessado pela temática dos livros didáticos, da infância ao mestrado.

A primeira das situações de reutilização do livro didático refere-se à parte de trabalho realizado ainda na graduação, a saber, uma oficina de leitura realizada em cooperativa de catadores de material reciclável utilizando livros de língua portuguesa que encerraram seu ciclo do PNLD. A oficina já apresentou fortes indícios de que os livros didáticos de língua portuguesa poderiam continuar cumprindo diferentes funções em outros espaços para além da escola, a partir da leitura e discussão de seus variados gêneros textuais. Essa atividade foi fundamental para a definição e realização do projeto de mestrado.

A partir dessa experiência prévia, a pesquisa teve início por meio de estudo de natureza exploratória, realizado em quatro escolas públicas, sendo três estaduais e uma federal. Como resultado do estudo, foi possível verificar as estratégias das direções escolares para lidar com os livros didáticos que encerram seu prazo de utilização previsto pelo PNLD. Dentre outras coisas, o que se percebeu é que as direções reservam parte dos livros que seriam descartados para compor seu acervo de emergência. Em outras palavras, as escolas guardam esse material como forma de garantir que no ano seguinte os alunos e professores tenham livros para trabalhar em sala de aula, caso haja alguma inconsistência nas quantidades entregues pelo PNLD. Percebeu-se com isso um compromisso das direções com o andamento das aulas. Outra questão que se confirmou no estudo diz respeito ao fato de que as cooperativas de catadores de material reciclável são destinos certos dos livros didáticos que os alunos não levam pra casa – o que é autorizado –, ou que as escolas não reservam.

Em seção posterior, foram selecionadas experiências institucionais e individuais de reutilização do livro didático. São projetos e iniciativas populares que compreendem que o livro didático pode continuar desempenhando funções diferentes do descarte, contribuindo com a leitura de públicos diversos. São ações socialmente relevantes, que têm em comum o objetivo de oportunizar a diversos públicos, principalmente de baixa renda, uma chance de melhorar suas relações com a leitura, com o conhecimento e, segundo entendem os agentes responsáveis por elas, melhorar também sua condição de vida.

Como a questão central da dissertação gira em torno dos caminhos do livro didático após o prazo de utilização estipulado pelo PNLD, em seção do Capítulo 4 são apresentadas as considerações finais e proposições para que essa reutilização possa acontecer. Embora o tema seja complexo, pouco investigado ainda e a

pesquisa tenha cumprido sua função de abordar de forma inicial a problemática, buscou-se ao longo do texto indicar lacunas para novas pesquisas e apresentaram-se ideias que podem fomentar o debate sobre a circulação desse material. Nessa direção, a partir da construção da pesquisa, foram apontados os diferentes agentes envolvidos na questão do livro didático e foram delineados caminhos para que a cadeia produtiva do livro didático não se encerre após a utilização escolar prevista nas normativas, dando a eles uma nova dimensão social na produção de práticas de leitura.

Para finalizar o capítulo, e a dissertação, retomam-se as categorias apontadas por Choppin (2004). Ele elaborou funções para o livro didático, a partir da abordagem da História da Educação e restringindo seu uso no espaço escolar. Nesse sentido, de forma ainda provisória, sugere-se a existência de uma nova categoria para descrever funções do livro didático, agora pensada para definir seu uso além do proposto pelo PNLD, e além dos muros escolares.

Como a leitura só se faz pela interação entre texto, leitor e contexto, os leitores são convidados a participar da construção dessa dissertação a partir de sua leitura crítica.

2 LEITURAS, LIVROS, LEITORES

Passei o resto da tarde escrevendo. As quatro e meia o senhor Heitor ligou a luz. Dei banho nas crianças e preparei para sair. Fui catar papel, mas estava indisposta. Vim embora porque o frio era demais. Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem. (JESUS, 1960, p. 22).

O relato acima é de Carolina Maria de Jesus (1914, Sacramento, MG, 1977, São Paulo, SP), mulher negra, mãe, moradora da favela do Canindé na São Paulo da década de 50 a 70. Ela trabalhava como catadora de materiais recicláveis e mantinha o hábito e o prazer da leitura e escrita. Em seu livro mais conhecido, “Quarto de Despejo” (1960), ela relata sua vida, a dos seus filhos e a vida da favela; seu olhar era apurado em compreender as violências pelas quais passava.

Carolina Maria de Jesus via na leitura e escrita algo muito mais forte que a necessidade de dominar os códigos gramaticais. Ela compreendia que sua vida era de mulher excluída e utilizava da literatura para se compreender e compreender o seu entorno. Com isso, deixou registros muito precisos e preciosos de uma vida de violência, mas de busca pelo prazer de viver.

Carolina poderia ser uma das entrevistadas por José Carlos Fernandes em sua tese “O leitor e a Cidade: caminhos e descaminhos da leitura e da literatura entre pessoas com baixa exposição à escola.” (FERNANDES, 2012), na qual ele entrevista 12 pessoas que mantêm a prática da leitura apesar da baixa exposição à escola.

Em artigo de 2013, em que trata do mesmo assunto, Fernandes diz que:

Dos 12 leitores, todos admitem que a literatura ajuda a prestar mais atenção ao que se passa ao redor. Oito podem ser chamados de observadores privilegiados do espaço urbano: Eloir, motorista de táxi, recolhe histórias dos passageiros; Devanir, o marceneiro, entra na casa dos clientes e admite que os observa, inclusive no que leem se há livros; o aposentado Aldo é um caminhante diário e se identifica com a imagem do flâneur; Fabiana, mulher transexual e cozinheira num shopping, se depara todos os dias com o olhar de curiosidade sobre sua condição de transexual. Ela os lê. João, o guardião, ocupa uma praça no Alto da XV, ao lado de uma guarita. É referência no trânsito da região. Os exemplos se multiplicam. Dos 12, cinco se disseram “observadores de personagens urbanos”, que imaginam, não raro, terem saído das páginas da literatura. (FERNANDES, 2013, p. 231-232).

Em seu livro, “Quarto de Despejo” (1960), Carolina Maria de Jesus, em vários momentos, se coloca como referência da favela onde mora, referência para os moradores, quando precisam de orientação, mas também para políticos, quando querem se aproximar dos moradores. Nesse sentido, a leitura serve como aspecto de distinção. Essa distinção, em muitos momentos, a autora diz provocar também inveja, deixando-a isolada de muitas práticas comuns aos colegas de favela.

Sobre essa marca pessoal, que provoca distinção na comunidade em que tais leitores vivem, Fernandes também a encontrou em sua pesquisa:

De qualquer modo, a exigência de trabalhar muito cedo ou de migrar os colocaram fora da escola, mas não longe dos livros, dos quais se mantiveram próximos por prazer ou mesmo por distinção. Serem leitores se tornou uma marca pessoal nos ambientes em que viveram e vivem. Entre os seus, são os mais requisitados para interpretar os fatos do noticiário – ou mesmo para contar o que leram. (FERNANDES, 2013, p. 225).

O capítulo tem início com a voz de Carolina Maria de Jesus, pois suscita questões que irão ser revisitadas em muitos momentos deste texto: a leitura pode contribuir com a melhoria das condições objetivas e subjetivas de vida? De forma particular, os livros didáticos descartados, objetos desse estudo, podem contribuir com essa melhoria de condições de vida, principalmente para os menos favorecidos?

No caso de Carolina Maria de Jesus, além da leitura e da escrita que lhe faziam tão bem, a venda de seu primeiro livro, “Quarto de Despejo”, publicado em 1960, lhe deu dinheiro suficiente para a realização de um sonho: sair da favela e criar seus 3 filhos em outro lugar. Infelizmente, essa conquista do sonho durou pouco tempo, pois o sucesso não foi perene e Carolina precisou voltar com seus filhos para a favela.

Essas considerações atuam aqui como orientadoras das questões que serão privilegiadas ao longo do capítulo, inicialmente sobre a leitura de forma mais ampla, e em seguida sobre a leitura de livros didáticos. O tema é de grande complexidade e poderia ser abordado em diferentes perspectivas. Aqui, a opção foi por selecionar alguns autores que contribuem para a construção da problemática de pesquisa, sem desconhecer os limites que a decisão impôs, considerando-se o conjunto diverso de obras e abordagens que podem ser assumidas para o desenvolvimento do tema e para a sustentação da argumentação em favor da leitura e dos livros.

Neste caso, procurou-se construir um caminho teórico e metodológico para buscar respostas que contribuam para explicar se os livros didáticos, após o prazo de utilização estipulado pelo PNLD, podem ser considerados como um instrumento de inserção de diferentes agentes no mundo da leitura, estabelecendo-se relações entre essa leitura e a consolidação da cidadania. Em especial, trata-se de traçar um caminho teórico que justifique a percepção que originou a pesquisa de que o livro didático pode ser considerado um lixo valioso, na medida em que esse livro assume outras funções após o encerramento do seu ciclo de uso na escola.

2.1 LEITURA COMO DIREITO

O relato de Carolina de Jesus encontra ressonância em algumas ideias defendidas por Paulo Freire em seu texto “A importância do ato de ler.” (1989). Segundo ele,

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1989, p. 09).

Segundo Paulo Freire, a leitura da palavra e a leitura do mundo – a observação e compreensão do mundo –, se fazem de forma concomitante e integrada. Não é apenas a compreensão dos sinais gráficos que facilita a compreensão da realidade. É, segundo Freire, a compreensão da realidade que favorece a compreensão dos sons, das letras, palavras, frases e textos os mais variados. Nesse sentido, falar da importância da leitura para o sujeito é falar da importância de compreender o seu meio, a sua realidade. Freire utiliza para isso o termo “palavramundo” (FREIRE, 1989, p. 11), estabelecendo a relação entre ler a palavra escrita em sua profunda ligação com a vida social.

Ler o mundo pode ser compreendido de diversas formas. Muitos são os autores que discutem a importância social da leitura, não apenas da leitura literária dos clássicos, mas a leitura no dia a dia, aquela que proporciona autonomia e aumenta as condições de exercício da cidadania. O objetivo não é apenas ler, mas ler com uma função social.

Para compreender melhor os usos sociais da leitura, pode-se utilizar o importante conceito de letramento. Como diz Magda Soares (2009),

só recentemente esse oposto¹ tornou-se necessário, porque só recentemente passamos a enfrentar esta nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente – daí o recente surgimento do termo letramento. (SOARES, 2009, p. 21).

Na mesma linha que Soares, Ilana da Silva Rebello também pensa a leitura e escrita enquanto formas de se posicionar no mundo:

Atualmente, saber ler e escrever de forma mecânica tem-se revelado condição insuficiente para o indivíduo atender adequadamente às demandas da sociedade. Saber ler e escrever mecanicamente, ou seja, a mera decodificação, não garante a uma pessoa uma interação plena com os diferentes tipos de textos que circulam na sociedade. O indivíduo precisa não só ser capaz de decodificar sons e letras, mas entender os significados e usos das palavras em diferentes situações. (REBELLO, 2015, p. 241).

Nessa perspectiva, destaca-se que ler e escrever não são ações mecânicas, realizadas sem um propósito. Segundo Freire, o mundo colabora com a compreensão da escrita; segundo Soares e Rebello, o mundo solicita leitores críticos para uma cidadania plena.

Freire e Jesus assumem essa concepção ativa em relação à leitura e à escrita. Não se formaram enquanto leitores passivos, que recebem um conjunto de caracteres prontos a serem utilizados; ao contrário, são leitores que participam do processo de aprendizado. Freire incorporou essa ideia participativa a sua atuação profissional como educador, como se pode observar na descrição de determinadas práticas de ensino:

Os alunos não tinham que memorizar mecanicamente a descrição do objeto, mas apreender a sua significação profunda. Só apreendendo-a seriam capazes de saber, por isso, de memorizá-la, de fixá-la. A memorização mecânica da descrição do elo não se constitui em conhecimento do objeto. Por isso, é que a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto é feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela portanto resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala. (FREIRE, 1989, p. 12).

¹ O oposto a que se refere é o letramento. Anterior ao trecho descrito, a autora diz que antigamente a alfabetização já dava conta das necessidades sociais. Com o tempo, a sociedade demandou novas necessidades, sendo utilizado para isso o termo letramento.

Portanto, destaca-se aqui a ideia de que a leitura é muito mais do que a leitura dos sinais gráficos, é a leitura da realidade. Por extensão, pode-se pensar que, já que a leitura da palavra é também a leitura do mundo, e vice-versa, a partir da prática leitora o sujeito pode contribuir com a mudança do mundo. Se o que defende Freire é uma leitura participativa, para o autor ela também é participativa em relação à participação social.

Segundo os conceitos de letramento expostos, a leitura tem um propósito no mundo, ela facilita a participação social. Como exemplo, pode-se pensar na leitura da placa de ônibus, que dá autonomia aos sujeitos na vida urbana; ou a leitura da embalagem dos produtos do mercado, evitando que o consumidor seja enganado, ou mesmo que adquira algo que tenha potencialidade para lhe fazer mal.

Carolina de Jesus cultivava uma leitura de mundo muito particular, uma clareza muito viva em relação a sua condição de excluída. Apesar de ser reconhecida em seu meio como uma referência em relação à escrita, à leitura e à fala, o domínio desses conhecimentos não parecia conseguir transformar a realidade em toda sua complexidade. A relação, portanto, não era coletiva, mas individual. A leitura pode transformar individualmente os sujeitos, mas disso não decorre necessariamente uma transformação da vida social de tais sujeitos.

Freire pensou a leitura do mundo e a transformação desse mesmo mundo de forma coletiva e participativa. Em seu livro “Pedagogia do Oprimido” (1968), diz que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1968, p. 79). Nesse sentido, ele complementa o que disse antes, que além da leitura e da compreensão do mundo andarem juntas, esse processo deve ser coletivo, participativo para ter efeitos de transformação.

Carolina de Jesus nos brinda com sua visão de mundo mediada pela leitura, uma leitura apurada, compreendendo as violências imposta a ela e aos de seu entorno. Uma leitura complexa e individual. Paulo Freire nos fala sobre o processo de formação do leitor mediado pela compreensão de mundo, que deve ser dinâmica, participativa e partilhada com as pessoas. A construção do mundo e da compreensão de mundo deve ser compartilhada. Portanto, nessa perspectiva, a leitura pode contribuir para a construção do sujeito, individual e coletivo, e da sociedade. Ou seja, a leitura é entendida como um elemento fundamental para a vida social, participativa e democrática.

Uma importante contribuição neste âmbito pode ser derivada da produção de Antonio Candido em seu texto “O Direito à literatura” (CANDIDO, 2004). O autor coloca em questão se a literatura pode ser compreendida como um direito humano ou não. Ainda que a questão de pesquisa esteja direcionada aos livros didáticos, entende-se que a problemática colocada por Candido pode ser esclarecedora para a argumentação aqui construída, especialmente pelo fato de que o livro didático de língua portuguesa pode ser entendido como um conjunto dos mais variados gêneros textuais, dentre eles os gêneros textuais literários, que são sugeridos pelos autores para o trabalho nas escolas.

Para suas análises, Cândido utiliza o conceito de literatura de forma ampla, considerando literatura todo o universo ficcional, desde a literatura mais hermética até a piada e a novela (CANDIDO, 2004, p. 174-175). Em outras palavras, ele considera literatura tudo o que é do universo fabulado. O autor defende que nenhuma pessoa consegue passar um dia sem se deparar com algo relacionado à literatura. Em suas palavras:

Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito. (CANDIDO, 2004, p. 174-175).

Para defender que a literatura é um dos direitos da humanidade, um dos argumentos utilizados pelo autor é o fato da criação artística fazer parte de nosso cotidiano. Defende que o equilíbrio pessoal e social depende de vários fatores, incluindo-se o acesso à literatura. Nesse sentido, suas ideias dialogam com as ideias apresentadas por Jesus e Freire, situando a leitura como um dos elementos que contribuem para uma sociedade participativa.

Alterando um conceito de Otto Ranke sobre o mito, podemos dizer que a literatura é o sonho acordado das civilizações. Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização, em sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar. Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles. (CANDIDO, 2004, p. 175).

A literatura contribui para que o leitor se coloque no lugar do outro, buscando compreender a atuação dos personagens em um dado enredo. Ao se colocar no lugar do outro, abre-se a possibilidade de refletir sobre o diferente em relação ao leitor, sobre o contexto que é diferente do vivido por ele. Esse movimento é complexo e contribui para o olhar fora do simples ato de ler, problematizando identidades, perspectivas, anseios, projetos.

Para analisar a construção individual baseada na perspectiva do outro, cujo processo é ajudado pela literatura, atualmente pode-se utilizar o conceito de alteridade, assim explicitado em artigo de Maria Alves de Carvalho Machado:

Para a antropologia, a alteridade origina-se também do latim *alteritas*: ser o Outro representa a percepção e aceitação dos valores do Outro, a qualidade do que é o Outro, nessa concepção a existência do homem social só é possível mediante o contato com o Outro. (MACHADO, 2012, p. 02).

A literatura pode contribuir para a construção individual em uma constante observação e tensão com o outro, em um processo dialético. Quanto à construção social, pode-se dizer que a literatura pode contribuir com esse processo a partir da apresentação dos mais diversos cenários e situações, observando-se que a compreensão e questionamento da realidade a partir do acesso à literatura podem ser associados à ideia de democracia participativa. Sobre esse processo, Candido se pronuncia:

Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apóia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos da negação do estado de coisas predominante. (CANDIDO, 2004, p. 175).

Nesse sentido, nesta dissertação assume-se que a literatura é um dos elementos que contribui para a construção do eu, individual e crítico, e também para a construção social, participativa e plural. Ao tratar de literatura, está em pauta o conceito de Candido aqui já exposto, ou seja, todo o universo fabulado, da literatura oral e cotidiana, como a anedota, até a escrita mais hermética, como poemas e romances.

Considerando-se os objetivos da pesquisa aqui relatada, que focaliza o livro didático, pode-se alertar para uma questão: entendendo o acesso à literatura e à leitura como um processo amplo, que pode contribuir para a cidadania, o livro didático, em especial o livro de língua portuguesa, se constitui enquanto conjunto de textos variados que, em circulação, pode oportunizar a leitura e a intimidade com gêneros textuais que vão da poesia à notícia, do conto aos infográficos. Nessa perspectiva, é estranho pensar na finitude desse suporte como potencialidade de leitura quando o prazo estipulado pelo PNLD se encerra.

Para compreender a ideia de direito, Candido apresenta o conceito de bens compressíveis e incompressíveis para pensar a literatura enquanto direito humano, citando a distinção feita pelo sociólogo Louis-Joseph Lebret. Os bens incompressíveis são os que não podem ser negados a ninguém, e os compressíveis são os que a sociedade aceita que sejam negados:

Certos bens são obviamente incompressíveis, como o alimento, a casa, a roupa. Outros são compressíveis, como os cosméticos, os enfeites, as roupas supérfluas. Mas a fronteira entre ambos é muitas vezes difícil de fixar, mesmo quando pensamos nos que são considerados indispensáveis. (...) O fato é que cada época e cada cultura fixam os critérios de incompressibilidade, que estão ligados à divisão da sociedade em classes, pois inclusive a educação pode ser instrumento para convencer as pessoas de que o que é indispensável para uma camada social não o é para outra. (...) eu lembraria que são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura. (CANDIDO, 2004, p. 173-174).

Negar o acesso à arte e à literatura é negar uma das possibilidades de desenvolvimento enquanto ser humano individual e enquanto sociedade. Pensar o que é um bem incompressível para o outro exige colocar-se no lugar do outro, pensar em seu crescimento enquanto indivíduo único e social. Negar esse contato é restringir as possibilidades de um povo e essa prática pode servir à ação autoritária de dominação do outro e dos povos.

Como exemplo histórico, podemos pensar no trabalho de aculturação realizado pelos padres jesuítas nos povos nativos do recém invadido Brasil. A cultura oral, de suas histórias que explicavam todo o funcionamento de seu mundo, foi

paulatinamente substituída por novas narrativas, que explicavam o funcionamento de um outro mundo.

QUINTO ATO

Dança de doze meninos, que se fez na procissão de São Lourenço.

1º) Aqui estamos jubilosos
tua festa celebrando.
Por teus rogos desejando
Deus nos faça venturosos
nosso coração guardando.

2º) Nós confiamos em ti
Lourenço santificado,
que nos guardes preservados
dos inimigos aqui.

3º) Dos vícios já desligados
nos pajés não crendo mais,
em suas danças rituais,
nem seus mágicos cuidados.

4º) Como tu, que a confiança
em Deus tão bem resguardaste,
que o dom de Jesus nos baste,
pai da suprema esperança. (...) (ANCHIETA, 2003, p. 55).

O trecho acima é da peça “O auto de São Lourenço”, de Padre Anchieta, texto composto e apresentado próximo ao ano de 1583 (MACHADO, 2008, p. 314). O padre veio ao território – que tempos depois seria conhecido como Brasil – e fazia parte do braço religioso da dominação portuguesa sobre a região. A peça acima é um exemplo de como os jesuítas trabalharam para mudar a cultura local, facilitando assim o processo colonizador.

Ainda é Machado que explica ações e objetivos de Anchieta:

Em 1533, ainda muito jovem, o padre José de Anchieta veio para o Brasil, dedicando-se aqui à catequese dos nativos. Anchieta, observador do gosto indígena pelas festas, dança e rituais, procurou, por meio do teatro, unir estas tendências naturais à moral e aos dogmas católicos, escrevendo peças simples, de caráter doutrinário e didático, os chamados Autos de Catequese, com a intenção de converter principalmente o índio ao catolicismo. Considerando, ainda, que o público que assistia às suas representações era formado, além do nativo, por pequenos comerciantes e marujos, Anchieta escreveu em tupi, espanhol e português. Com isso procurava garantir um maior alcance de seus ensinamentos, numa ampla imposição da cultura do dominador (o português) ao “inculto”, ou colonizado. (MACHADO, 2008, p. 313).

O exemplo ilustra a ideia de que quando se nega, ou substitui a literatura (em sua acepção ampla) de um povo ou de um indivíduo, podem-se abrir as portas para sua aculturação e dominação.

Certamente o acesso à literatura por si só, mesmo que da forma mais plural possível, sem defender o acesso a outros bens incompressíveis, como o acesso ao alimento, ou à saúde, não garante a transformação social. Entretanto, sem esse acesso às artes – mas de forma estendida como se deseja enfatizar aqui, à leitura em suas múltiplas possibilidades – a população perde um importante instrumento de transformação social. Como diz Ezequiel Theodoro da Silva,

Ler é, basicamente, abrir-se para novos horizontes, é ter possibilidade de experimentar outras alternativas de existência, é concretizar um projeto consciente, fundamentado na vontade individual. Saber ler e executar esse ato, crítica e freqüentemente é, em última instância, possuir mais elementos para pensar sobre a realidade e sobre as nossas condições de vida. (SILVA, 1986, p. 46).

Até aqui o que se sublinhou refere-se à leitura e à literatura de forma ampla, tanto oral quanto escrita, como facilitadoras da vida individual e coletiva, o que significa desde conseguir se movimentar em uma cidade com suas placas, até refletir sobre a sociedade através das criações artísticas. E quanto à leitura da palavra escrita? Se a sociedade pode ser compreendida e transformada a partir do acesso à leitura, não é possível pensar o ato de ler sem estabelecer relações com o acesso ao conjunto de bens culturais que os governos disponibilizam a sua população.

Silva analisa as relações entre sociedade, democracia e leitura em uma obra publicada em 1986. O Brasil havia saído recentemente da Ditadura Militar (1964-1985) e as marcas desse período eram enxergadas com muita nitidez. Nesse contexto, o texto do autor está marcado por um posicionamento contrário aos regimes autoritários e favorável à democracia, apontando o papel preponderante da leitura no processo de construção de uma sociedade participativa.

As investigações no âmbito da leitura, no Brasil, não são tão recentes, como se poderia pensar à primeira vista. Num meio em que o analfabetismo sempre grassou, estando ainda longe de ser erradicado, o domínio generalizado do ato de ler por partes da população há muito sensibiliza os educadores e envergonha o Estado, pois este, desde que se fez republicano, procurou sanar o mal, sem todavia sanar a sociedade que o gerava. A persistência do problema e as ações paliativas - logo, ineficazes - que suscitou ao longo de quase um século de experiência republicana

explicam a permanência em vigor do tema da leitura; mas também denunciam sua natureza social - vale dizer, o fato de que não pode ser examinado isoladamente, e sim no interior da rede de relações que compõe com o todo da sociedade, provindo daí sua vigência e seu sentido. (SILVA, 1986, p. 09).

Aceitando-se a ideia de que a leitura pode contribuir com a transformação do indivíduo e de seu contexto, também se pode avaliar que existam agentes sociais que não queiram que as transformações aconteçam e que o contexto seja alterado. Dessa forma, há situações em que a leitura, além de não ser estimulada e sustentada em ações e recursos, ou não é incentivada ou é organizada de forma precária e parcial. Isto se relaciona com o que Silva defende. O autor diz que a leitura deve ser considerada levando-se em conta as condições sociais em que aquele ato se desenvolve, pois as condições objetivas do meio em que o leitor vive podem favorecer ou dificultar o ato de ler:

Conhecimento e ação são fatores contínuos, mas o elemento de transição entre eles é o livro. Por tanto, vetar o acesso a este último, ou torná-lo difícil e desinteressante, é um procedimento próprio a uma sociedade autoritária, do mesmo modo que desencadear uma campanha por sua difusão significa engajar-se num programa comunitário de democratização. (SILVA, 1986, p. 10).

Silva pensa a questão da leitura como algo que é dificultado por regimes autoritários que temem um maior esclarecimento de sua população. A partir da experiência brasileira no momento da produção do livro, na segunda metade da década de 1980, Silva organiza sua abordagem transformando a palavra leitura no conceito de lei-dura, isto é, "(...) em termos de um conjunto de restrições agudas que impede a fruição da leitura, do livro por milhões de leitores em potencial. É essa mesma lei-dura que vem colocar a leitura numa situação de crise, num reflexo de crises maiores presentes em nossa sociedade". (SILVA, 1986, p. 16).

Certamente os momentos históricos são outros, mas nossa sociedade padece de problemas históricos que ainda não foram resolvidos, como o acesso à educação pública de qualidade pela totalidade da população; o acesso a bens culturais como cinemas, teatros, bibliotecas e museus; a efetivação de um Estado de bem estar social, que tranquilize a população em relação a questões sociais como a segurança, emprego ou a distribuição de renda, o que acaba se constituindo em obstáculo à prática leitora.

Em outras palavras, apesar do texto de Silva se localizar na década de 80, os problemas sociais descritos por ele como impeditivos à prática leitora ainda não foram solucionados. Nesse sentido, o texto torna-se, infelizmente, muito atual. A leitura criada por Silva é organizada em parágrafos. Aqui se destaca apenas o 1º parágrafo:

1.º Parágrafo da lei-dura da leitura: Somente a elite dirigente deve ler; o povo deve ser mantido longe dos livros. Os livros, quando bem selecionados e lidos, estimulam a crítica, a contestação e a transformação - elementos estes que colocam em risco a estrutura social vigente e, portanto, o regime de privilégios. (SILVA, 1986, p. 16).

Claramente irônico, Silva (1986) critica o não acesso aos livros e atribui às elites dirigentes do país a responsabilidade por esse impedimento, a partir da ideia de que a leitura pode contribuir com a transformação da sociedade. Sobre o poder das elites sublinhado por Silva, é possível afirmar, a partir da história de diferentes sociedades, que regimes autoritários sempre dificultaram o acesso à leitura, como forma de controlar a pluralidade de ideias e, conseqüentemente, a crítica ao modelo de sociedade imposto às camadas menos poderosas da população.

Silva também traz argumentos para defender a ideia de que a leitura é uma ação humana, algo que deve ser reconhecido como um direito da humanidade, em sentido semelhante ao atribuído por Antonio Candido. Diz ele: “A leitura deve ser vista como uma das conquistas da espécie humana em seu processo evolutivo de hominização.” (SILVA, 1986, p. 22). Então, dessa forma, deve ser incentivada, pois é uma ação que nos caracteriza enquanto espécie e, além disso, pode contribuir para melhorar nossa condição pessoal e social.

Entretanto, é importante pensar essa leitura que Silva considera como uma conquista da espécie humana, como a leitura de mundo, não necessariamente apenas da leitura da palavra escrita. Como se procurou destacar, foi a partir da leitura e da escrita que os jesuítas contribuíram para a dominação da população tradicional que aqui se encontrava antes da invasão portuguesa. Além disso, povos ágrafos não são menos civilizados por não utilizarem a leitura e a escrita como as conhecemos. São formas diferentes, mas não inferiores de se relacionar com o mundo.

Silva conclui sua reflexão afirmando que “A raridade de leitura e, portanto, de leitores na sociedade brasileira é um mero reflexo de uma política ‘caolha’, que

domestica os homens e impede o exercício da consciência e da razão. Esclarecer este problema é um dever; denunciá-lo é uma obrigação moral”. (SILVA, 1986, p. 25).

A leitura não é uma ação passiva, ela requer um compromisso do leitor com o que lhe propõe a obra. Contudo, o leitor não aceita simplesmente tudo o que lhe é ditado no texto, ele também interfere na leitura, pois usa como referência sua experiência de vida, assim como as leituras que realizou até ali, ou o ambiente econômico em que vive; o leitor define também os objetivos da leitura, se a leitura é apenas prazerosa, ou se é uma obrigação escolar, por exemplo. Todos esses são fatores que afetam a relação entre leitores e objetos de leitura.

Sobre essa dimensão das práticas de leitura, Roger Chartier (1998) traz suas contribuições e diz que:

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum - ou ao menos totalmente - o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão. (CHARTIER, 1998, p. 77).

Dessa forma, pensar o ato leitor como uma via de mão única, em que o livro é apresentado a um leitor que apenas cumpre sua função de leitura, é desconhecer a complexidade do processo que ali se estabelece, a função atuante do leitor na produção de diferentes leituras, mas também a forma como a sociedade organiza, realiza e representa tais processos. Ler envolve muitos fatores e a compreensão da sua complexidade exige diferentes abordagens e múltiplas perspectivas.

No caso brasileiro, de que leitor se fala?

2.2 ALGUNS ELEMENTOS PARA COMPREENDER LEITORES BRASILEIROS

Para situar características dos leitores no país, são explorados alguns resultados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, utilizada aqui em sua 4ª edição, divulgada em 2015 e lançada em formato de livro em 2016, com organização de Zoara Failla. A pesquisa é realizada desde 2001 e a partir da segunda edição, em 2005, já foi realizada pelo Instituto Pró-Livro. Na 4ª edição o instituto contou com a parceria da IPL, Abrelivros, CBL e SNEL, além de consultores especialistas.

Deve-se destacar, como aponta José Carlos Fernandes (2013), que a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil é uma pesquisa marcada em sua origem pelo mercado editorial, com objetivos muito claros de entender o comportamento leitor para definir estratégias para aumentar suas vendas. Apesar disso, não se pode deixar passar algumas contribuições da pesquisa para a compreensão de quem é esse leitor brasileiro. Evidentemente, outras fontes devem direcionar o olhar para definir o comportamento leitor de um povo, entre as quais as dissertações e teses que se voltam a essa temática, como o trabalho referido por Fernandes:

A tese de doutorado O leitor e a cidade, defendida na Universidade Federal do Paraná, em 2012, usou da observação participante para levantar as memórias de leitores ditos “de pouca escolaridade”. De acordo com os estudos de desempenho de leitura, como Retratos da Leitura no Brasil, do Instituto Pró-Livro, esse grupo forma uma exceção estatística, já que é a escola que garante a permanência no mundo da leitura. Poucos se mantêm como leitores tendo ficado no sistema educacional por um tempo inferior a 12 anos. Entende-se que as práticas de leitura desse pequeno grupo servem de subsídio para criar políticas voltadas aos 55% da população brasileira que se declara não leitora, mas que pode voltar aos livros sem necessariamente voltar à escola. (FERNANDES, 2013, p. 221).

A pesquisa Retratos da Leitura é panorâmica, ou seja, tenta apresentar uma fotografia ampla de uma situação complexa. Nesses casos, a foto pode surgir um pouco turva, mas como pesquisa geral, ela é válida para dialogar com outros dados. Obviamente, outras pesquisas, de cunho qualitativo, são fundamentais para compreender o comportamento leitor da população, principalmente da população com baixa escolaridade formal. Entretanto, para se compor esse quadro complexo, é preciso olhar para o conjunto de pesquisas realizadas, entre as quais a Retratos da Leitura, que assume os seguintes conceitos:

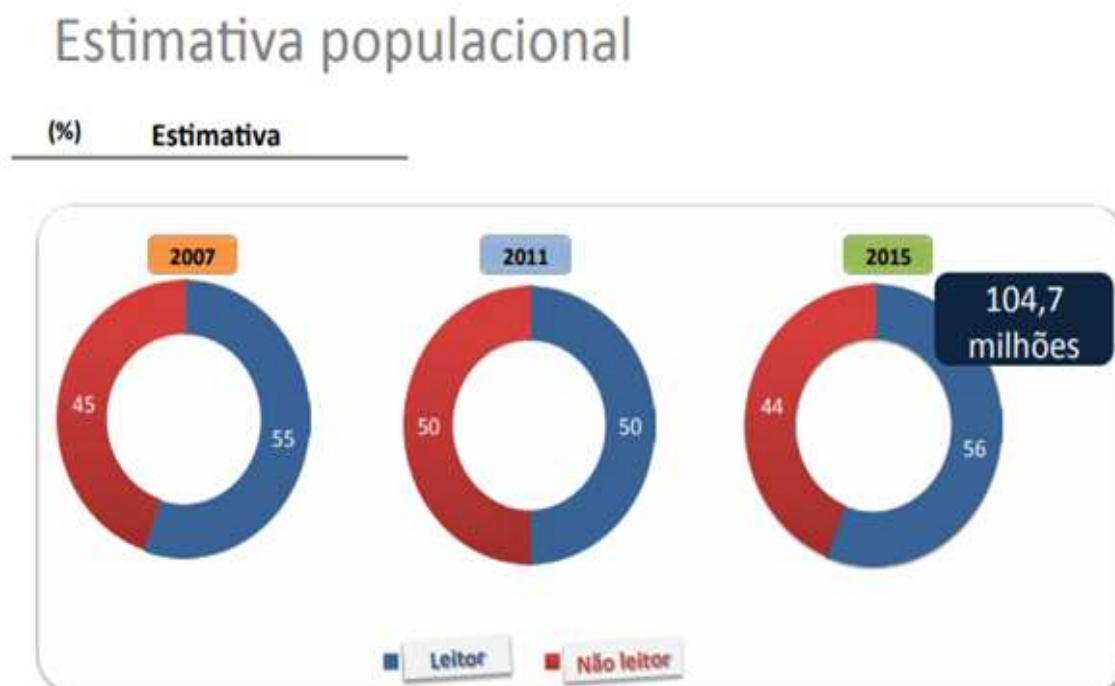
Leitor: Considera-se leitor aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos três meses anteriores à pesquisa. A definição é a mesma utilizada nas edições anteriores da pesquisa.

Livros: Consideram-se livros em papel, livros digitais ou eletrônicos e audiolivros digitais, livros em braile e apostilas escolares, excluindo-se manuais², catálogos, folhetos, revistas, gibis e jornais. Este conceito é o mesmo adotado na edição de 2011 da pesquisa. (FAILLA, 2016, p. 16).

A partir das considerações feitas até aqui sobre a compreensão do leitor enquanto leitor do mundo, tanto das palavras quanto dos gestos, o conceito acima se apresenta muito limitado. Entretanto, como dito, é uma pesquisa que pretende mapear o comportamento leitor de todo o país em relação à leitura de livros, mesmo com suas diferenças de toda ordem. Nesse sentido, é fundamental fixar parâmetros claros, mesmo que limitantes.

Foram selecionados aqui alguns gráficos que podem contribuir para a argumentação sobre a relação entre livros e leitores no contexto brasileiro e para que, posteriormente, possam ser inseridas as questões que dizem respeito particularmente aos livros didáticos, em torno dos quais se organizam os objetivos da pesquisa realizada.

TABELA 1 – POPULAÇÃO BRASILEIRA DE LEITORES E NÃO LEITORES



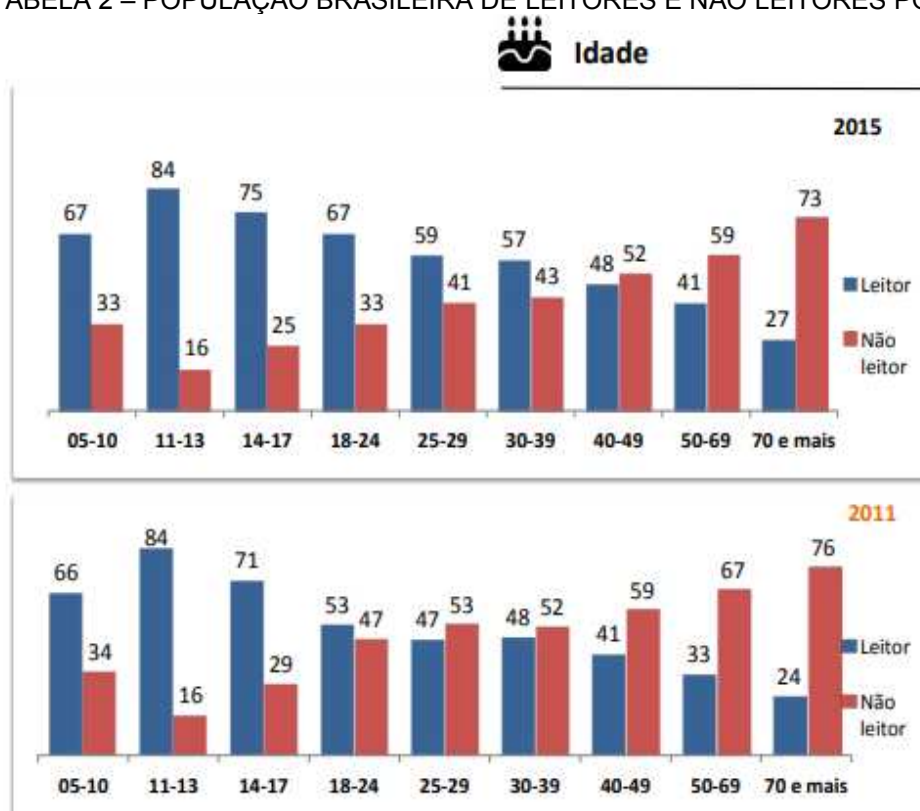
FONTE: FAILLA (2016).

² Os manuais que foram excluídos da definição de livros não são os manuais didáticos, mas manuais de instrução, como folhetos que orientam a utilização de aparelhos eletrônicos.

De acordo com a TABELA 1, a porcentagem de leitores e não leitores no Brasil se manteve relativamente estável entre 2007 e 2015. Segundo os dados trazidos pela pesquisa, mais da metade dos brasileiros se encaixa na categoria de leitor. Esse número pode ser considerado positivo, apesar dos 44% que disseram não ter lido um livro, inteiro ou em partes, nos três meses anteriores à pesquisa.

Uma segunda tabela selecionada mostra o perfil dos leitores por idade, dado relevante para situar relações entre leitura e escolarização.

TABELA 2 – POPULAÇÃO BRASILEIRA DE LEITORES E NÃO LEITORES POR IDADE



FONTE: FAILLA (2016).

Olhando para os dados de 2015 da TABELA 2, observa-se que o percentual de leitores em comparação aos não leitores tem sua melhor taxa entre os 11 e 13 anos e, a partir daí, os valores só decrescem. O número de não leitores ultrapassa o número de leitores na faixa etária de 40 a 49 anos.

A faixa etária de 5 a 10 anos já apresenta um bom número de leitores e aumenta na faixa seguinte. Considerando-se os dois grupos juntos (5 a 13 anos), tem-se basicamente uma correspondência com as etapas do Ensino Fundamental I

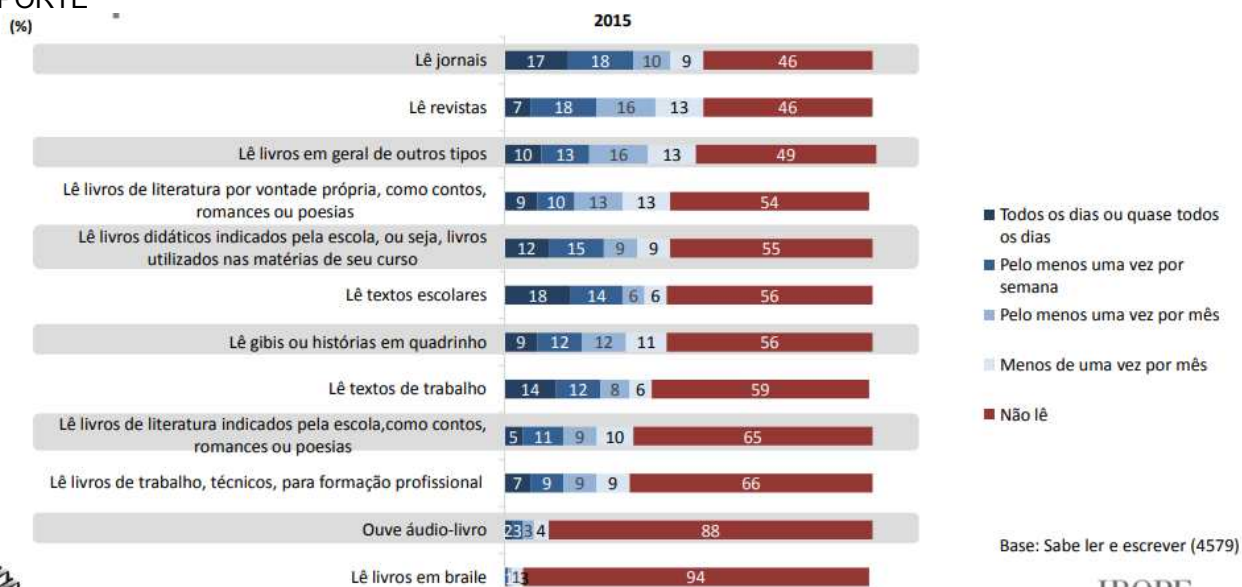
e II do sistema educacional brasileiro. Na faixa seguinte, de 14 a 17, apesar de ainda se observar bons números, inicia uma tendência de queda que se confirma nas faixas etárias seguintes. A faixa de 14 a 17 anos corresponde ao final do Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio.

Enquanto a TABELA 1 mostra que temos mais da metade da população leitora, a TABELA 2 mostra que essa população leitora está na escola. A queda do número de leitores entre a faixa de 14 e 17 para a de 18 a 24 é grande, justamente quando se encerra a educação básica e se iniciaria o ensino superior, formação acessada apenas por uma pequena parcela da população brasileira; ou seja, corresponde ao período em que se encerra o ensino obrigatório no país.

Não se pode deixar de registrar uma pequena alteração dos percentuais nos dados de 2015, nas faixas de 14 a 17 anos e nas posteriores também, em relação aos dados de 2011. Os programas de apoio e financiamento no Ensino Superior podem estar associados a esse aumento, considerando-se que uma das motivações para ler apresentadas pelos entrevistados é o acesso ao conhecimento. Nesse sentido, pode-se estabelecer claramente o quanto o período escolar é fundamental para a leitura e o aprendizado.

Outro dado que contribui para caracterizar os leitores brasileiros é sua relação com o tipo de material que lê, além da frequência com que essa leitura se dá, como se observa na TABELA 3, abaixo.

TABELA 3 – FREQUÊNCIA DE LEITURA POR TIPO DE MATERIAL, INDEPENDENTE DO SUPORTE



Pode-se destacar na TABELA 3 o espaço que os livros didáticos e os livros escolares ocupam nas práticas de leituras no país. Não quer dizer que o livro didático seja o único suporte de leitura na educação básica, mas certamente deve ser entendido como uma referência significativa para alunos.

Por outro lado, deve-se registrar que a escola tem também colocado em circulação outros gêneros de leitura, como a literatura e os livros denominados paradidáticos – estes muitas vezes associados aos conteúdos escolares das diferentes disciplinas. Programas governamentais com editais específicos distribuíram livros de literatura para as escolas públicas, o que se avalia como uma ação positiva para estimular as práticas de leitura e contribuir para a formação de leitores – ação necessária, ainda que não suficiente para consolidar tais práticas na vida adulta, como se viu nos dados apresentados.

Como o foco do presente trabalho dirige-se aos livros didáticos, os dados da TABELA 3 se mostram reveladores da importância desse material na prática leitora dos estudantes. Considerando-se que os livros didáticos de língua portuguesa trabalham com a questão da leitura de uma forma mais explícita e sistemática, os dados apresentados podem ser tomados como indícios de que tais livros contribuem com a prática leitora. A partir dessas informações e considerações, justifica-se olhar com maior atenção para a circulação e funções que assume o livro didático, em especial o de língua portuguesa, após o prazo de utilização definido pelo PNLD. É a isso que a presente dissertação se dedica.

Nessa direção, embora os livros circulem intensamente no espaço escolar, Edilson Aparecido Chaves e Tânia Braga Garcia (2014) chamam a atenção para uma aparente contradição:

De acordo com Garcia (2013, p. 86), de forma contraditória, ao mesmo tempo em que se considera a presença dos livros didáticos universalizada na escola básica brasileira e que esse gênero é o mais lido pela população do país, segundo indicam as pesquisas, há uma “invisibilidade” desse elemento da cultura escolar nos processos de formação inicial e continuada de professores. (CHAVES; GARCIA, 2014, p. 337).

Portanto, há necessidade de analisar as formas pelas quais os livros didáticos circulam em diferentes espaços sociais, sejam os escolares ou não escolares. A partir das informações trazidas pelos dados da pesquisa Retratos da

Leitura, algo chama a atenção. A população escolar se diz leitora, mas quando sai da escola, abandona a leitura? Até que ponto o livro didático está ajudando a formar leitores para além da sala de aula? O que dificulta que após sair da escola esse público continue lendo?

O acesso ao livro e ao estudo formal é uma ferramenta importante para o usufruto dos bens culturais e para o fomento a uma vida onde a leitura e o estudo se façam presentes de forma cotidiana. Entretanto, a escola não está fora da sociedade, não está isenta das injustiças que acontecem fora de seus muros; toda a justiça e injustiça que acontecem fora da sala de aula, transita e se manifesta também na escola. Ou, segundo Pablo Gentili e Chico Alencar, no campo educacional, a desilusão também reina. A escola pública se encontra ameaçada pelas políticas de ajuste e privatização dos governos neoliberais. Outra ameaça à escola pública é a redução dos investimentos sociais, que reverberam diretamente dentro da escola (GENTILI; ALENCAR, 2012, p. 17).

Ainda de acordo com os autores, “Numa sociedade autoritária, a escola tenderá sempre a sê-la também.” (GENTILI; ALENCAR, 2012, p. 58). Ou seja, mesmo que alunos tenham meios para usufruir da leitura para além do período escolar, de forma autônoma, os percalços decorrentes de uma sociedade injusta dificultam, ou mesmo inviabilizam a continuidade das práticas de leitura.

Embora exista um Programa Nacional do Livro Didático ao lado de outros programas como o de Bibliotecas Escolares, faltam ações permanentes nos vários níveis de governo para nutrir a escola pública. Não se trata de atender apenas a escola, mas investir para diminuir a desigualdade social, que entre outros problemas pode levar à desilusão frente à leitura e ao estudo.

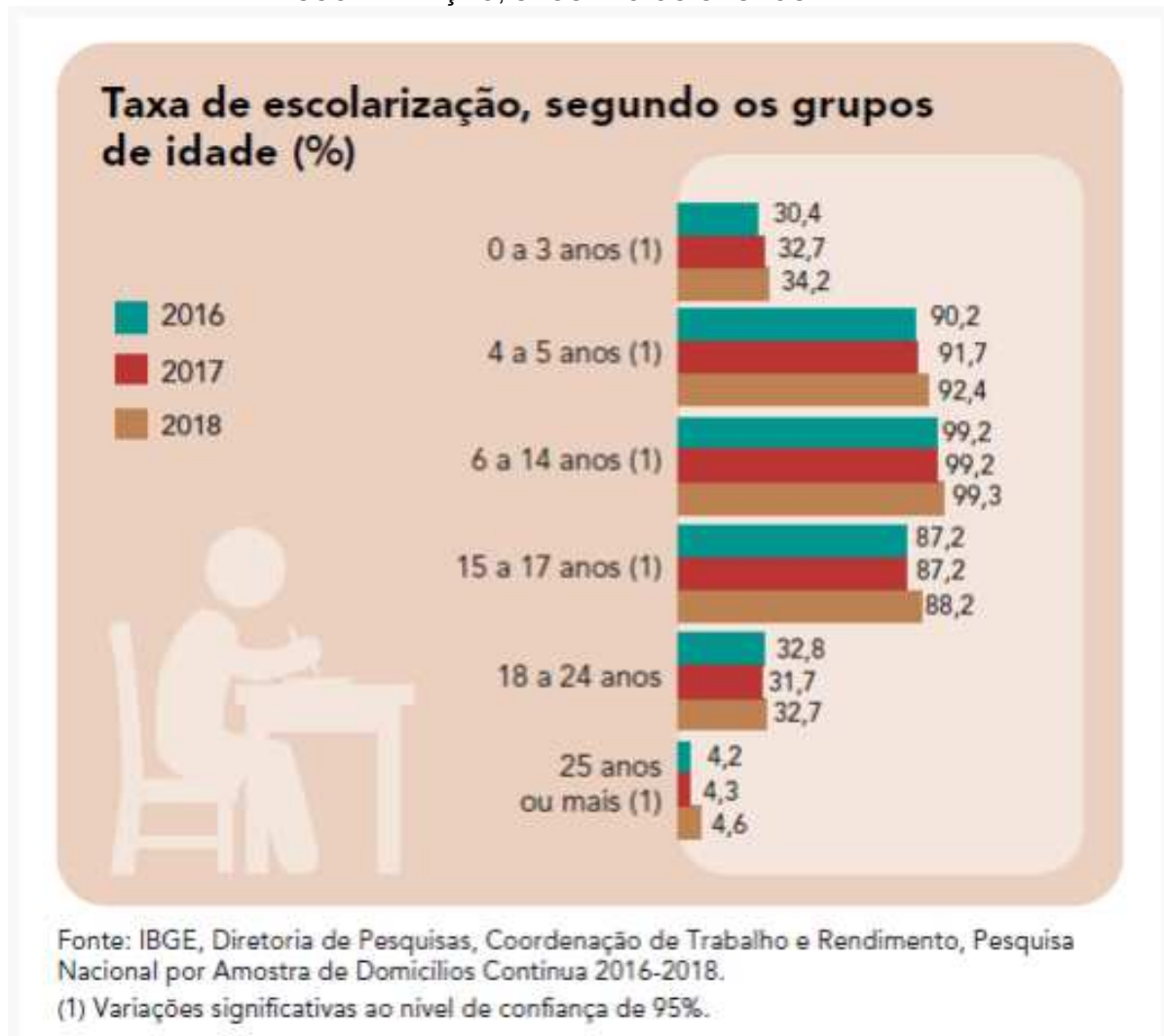
O trabalhador, com jornadas exaustivas e com poucas condições de tempo e recursos financeiros para descanso, terá pouca chance de se debruçar sobre os livros em seus raros momentos de folga e lazer, ou terá pouco interesse em continuar o estudo formal se com isso sua condição de vida não apresentar reais possibilidades de melhora. Para isso acontecer, é preciso desenvolver condições sociais objetivas, desde uma escola pública de qualidade a políticas sociais que viabilizem serviços públicos de qualidade.

Como forma de trazer mais elementos para a discussão da leitura, dos leitores, da escola e do ambiente em que esses leitores vivem, foram selecionados

dados de outro estudo: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação 2018, realizada pelo IBGE (IBGE, 2019).

A argumentação trazida até aqui mostra que a escolarização tem um papel fundamental na inserção das pessoas no mundo da leitura, ao menos durante o período escolar. Entretanto, uma relação importante pode ser estabelecida com dados da PNAD Educação 2019 sobre o índice de evasão escolar, sobretudo no Ensino Médio, uma situação preocupante. Observe-se a tabela a seguir:

TABELA 4 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE



FONTE: IBGE (2019).

A TABELA 4 mostra a taxa de escolarização³ de acordo com as idades. Os números mostram uma taxa de escolarização próxima a 100% da população entre 6

³ Segundo a pesquisa PNAD Educação 2019, a taxa de escolarização é a razão entre o número de matrículas efetivas em uma determinada série e o número de pessoas daquela idade prevista. Disponível em:

e 14 anos. Contudo, essa porcentagem diminui para aproximadamente 87% quando a idade pesquisada é a de 15 a 17 anos. Esses números correspondem ao ensino fundamental I e ensino fundamental II, respectivamente.

Enquanto a TABELA 2 mostra que as pessoas em idade escolar têm uma maior inserção na leitura, a TABELA 4 mostra que existe uma acentuada diferença entre a taxa de escolarização do ensino fundamental e do médio. Também ao observar os números das duas tabelas em relação à idade prevista para o ensino superior (18 a 24 anos), pode-se dizer que tanto a taxa de pessoas que se considera leitora, quanto a taxa de escolarização caem bastante. Esse dado pode dar mais força argumentativa à afirmação já feita neste texto de que a educação obrigatória não tem conseguido garantir uma permanência mais longa de práticas de leitura, para além do tempo de permanência na escola.

A pesquisa PNAD Educação 2019 também traz dados que mostram os motivos que levam estudantes a abandonar a educação, sobretudo no período do ensino médio: “Entre os principais motivos para a evasão escolar, os mais apontados foram a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destaca-se ainda gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%)” (IBGE, 2020).

A pesquisa também apresenta outras informações relativas à frequência e ao abandono escolar:

O atraso ou abandono escolar atingia 12,5% dos adolescentes de 11 a 14 anos e 28,6% das pessoas de 15 a 17 anos. Entre os jovens de 18 a 24 anos, quase 75% estavam atrasados ou abandonaram os estudos, sendo que 11,0% estavam atrasados e 63,5% não frequentavam escola e não tinham concluído o ensino obrigatório. Por outro lado, a taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos cresceu 2,1 p.p em relação a 2018, com mais de 70% dessa faixa etária na etapa escolar adequada. (IBGE, 2020).

A desigualdade social, que está fora e dentro da escola, faz com que o processo educacional seja fragilizado. Como se apontou, muitos dos estudantes precisam abandonar a escola para buscar trabalho, ou ainda, precisam abandonar em função de gravidez e nascimento de filhos de mães adolescente. Dessa forma, programas educacionais, como o PNLD, não são suficientes para garantir a

continuidade das práticas de estudo e leitura para além dos muros da escola, pois ainda que sejam relevantes e tenham contribuições para a melhoria das condições de escolarização, esses programas não devem ser pensados de forma isolada da estrutura social excludente que a maioria da população brasileira enfrenta todos os dias. Paulo Freire contribui para analisar essa questão da exclusão:

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. (FREIRE, 1968, p. 30).

Segundo Freire, a vocação das pessoas é à humanização, mas ela é negada de variadas formas. A busca da leitura é parte da busca por essa humanização, mas um meio social adverso dificulta ou impede essa prática. Como citado, Antonio Candido (2004) não separa o direito à leitura dos direitos humanos; para ele, a leitura humaniza, pois dá maiores ferramentas de compreensão do mundo ao cidadão.

Gentili e Alencar se apropriam de uma classificação feita por Robert Castel (1997), que reconhece três formas qualitativas de exclusão de grupos sociais: “Supressão completa de uma comunidade”, que produz a expulsão ou extermínio; “Mecanismos de confinamento ou reclusão”, como antigamente se fazia com os leprosos, e ainda se faz com meninos infratores e nos presídios; “Segregar incluindo”, processo no qual os sujeitos não são confinados ou exterminados, mas são esquecidos, podem conviver com os incluídos, mas em situação de subalternidade (CASTEL, 1997 apud GENTILI; ALENCAR, 2012, p. 32-33).

Essa terceira forma de exclusão, a de segregar incluindo, constitui um conjunto de ações sociais não conectadas, que não busca retirar a condição de exclusão do excluído, mas apenas remediar sua condição, criando uma falsa imagem de solução dos problemas sem efetivamente atuar nas suas causas.

Sendo assim, não espantam os números obtidos pela pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, pois a maioria dos alunos que frequenta a escola encontra uma escola desvalorizada, em sua maior parte precarizada, com limites no que oferecer aos alunos do ponto de vista do acesso ao conhecimento e a outros bens culturais.

Em consequência, boa parte dos alunos que conclui sua escolarização básica sai do processo escolar com formação precária em sentidos diversos, e enfrenta o cotidiano social difícil, pouco humanizado e pouco humanizador. Em meio à luta pela sobrevivência, o livro e a leitura não têm muito espaço, vão aos poucos deixando de existir, sumindo das mãos até residir apenas na memória escolar.

Outra importante reflexão de Gentili e Alencar, e que está em sintonia com os conceitos de Castel (1997), é a de que:

Sempre tivemos escolas pobres para os pobres e escolas ricas, para os ricos. (...). A condição de excluído é o resultado de um processo de produção social de múltiplas formas e modalidades de exclusão. Como processo, como relação social, a exclusão não desaparece quando se “atacam” os seus efeitos, mas sim suas causas. E, para continuar com nosso exemplo, a causa do analfabetismo não são os analfabetos, por isso, as políticas que, preocupadas aparentemente com as “pessoas”, desenvolvem programas focalizados destinados a “atender” aos pobres, ainda que tenham efeitos compensatórios de maior ou menor alcance, não impedem, bloqueiam ou limitam a produção de novas exclusões e, conseqüentemente, de novos excluídos a serem atendidos por outros programas “sociais” no futuro. (GENTILI; ALENCAR, 2012, p. 36-40).

Parafraseando o trecho acima, o problema de falta de acesso à leitura (seja ela qual for) não está em quem não tem acesso à leitura, e sim em uma estrutura social com raízes apodrecidas. Atacar os efeitos, como forma de maquiar um problema mais profundo, tem sido uma prática recorrente de agentes políticos que não apresentam compromisso com a solução efetiva dos problemas do país.

Inútil, então, defender a existência e a obrigatoriedade da escola e de seus objetivos de ensinar a ler as palavras e o mundo?

2.3 A FALTA DE ACESSO À ESCOLA E A VIOLÊNCIA

Na construção das seções anteriores, foram referidos autores que reconhecem a complexidade da questão da leitura e sua relação com a educação, ressaltando que devem ser analisadas levando-se em conta o contexto em que as práticas leitoras acontecem. No caso desta dissertação, o contexto é todo o país, dada a amplitude do Programa Nacional do Livro Didático que distribui os livros para escolas públicas em todo o território brasileiro.

Dessa forma, os alunos leitores estão nas escolas públicas, vivem nas diferentes regiões do país, são crianças e jovens que estão incluídos no sistema

educativo ao mesmo tempo em que são segregados na perspectiva apontada por Castel (1997 apud GENTILI; ALENCAR, 2012); vivem as realidades diversas que caracterizam a vida cotidiana da população brasileira e estão sujeitos aos problemas decorrentes da desigualdade social.

Assim, outra pesquisa que contribui para olhar esse ambiente social em que estamos inseridos é o Atlas da Violência 2019, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Da mesma forma que a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, o Atlas da Violência é uma abordagem panorâmica da situação da violência no país e também deve ser lida de forma crítica e não passiva.

Por que abordar o tema da Violência em uma pesquisa que se destina a olhar os caminhos que o livro didático percorre após o prazo estipulado pelo PNLD?

Até agora a argumentação conduziu a pensar a leitura como parte da leitura do mundo, como tão bem ensinou Paulo Freire, dentre outros. A leitura de um texto não está descolada da leitura da realidade. Além disso, a leitura não está relacionada apenas aos clássicos publicados em belas edições, mas também a uma receita para fazer um bolo e vender para conseguir renda de subsistência. A escrita não se destina apenas para produzir dissertações, mas também para o registro feito pelo garoto que precisa vender bala no sinal de trânsito e que, com um recado escrito na forma de um pequeno cartaz, consegue atingir um público maior, tendo assim maior chance de êxito em suas vendas⁴. Trata-se, aqui, de pensar a leitura e a escrita na perspectiva destacada por Magda Soares:

Letramento é usar a escrita para se orientar no mundo (o atlas), nas ruas (os sinais de trânsito), para receber instruções (para encontrar um tesouro... para montar um aparelho... para tomar um remédio), enfim, é usar a escrita para não ficar perdido. (...) Letramento é, sobretudo, um mapa do coração do homem, um mapa de quem você é, e de tudo que você pode ser. (SOARES, 2009, p. 43).

Sabendo que a leitura da palavra escrita não precede a leitura do mundo, observar o Atlas da Violência é tentar entender como está esse mundo que se deve ler como condição para outras leituras. Além disso, o Atlas traz dados específicos que relacionam violência e falta de acesso à escola e é fundamental discutir esses

⁴ Essa imagem do garoto que consegue um melhor rendimento através da escrita não é minha, li em uma entrevista há alguns anos, mas infelizmente não me recordo quem foi a pessoa entrevistada, sendo impossível registrar a fonte.

conceitos. Certamente o que se propõe, aqui, não é estabelecer uma relação direta entre falta de ensino formal e aumento da violência, mas sim dar atenção a esses dados gerais (TABELA 5) e fazer alguns recortes que contribuam para fortalecer os argumentos em favor da leitura e a defesa dos livros didáticos como um lixo valioso.

TABELA 5 – ATLAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL 2019

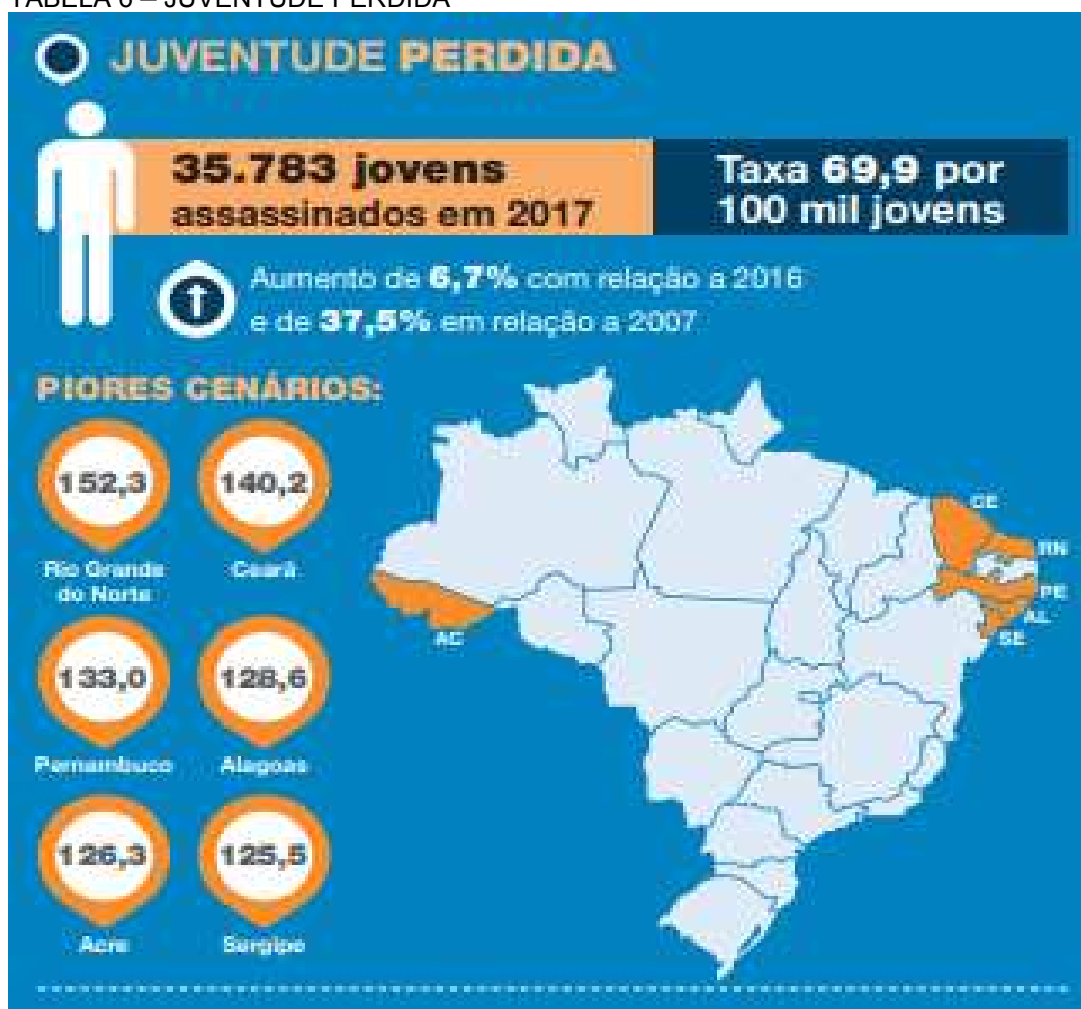


FONTE: IPEA (2019a).

O infográfico apresentado (TABELA 5) mostra um panorama geral da violência no país, mas traz também análises específicas sobre essa tragédia nacional. Segundo a pesquisa, 65.602 é o número total de homicídios no país em 2017, o que se pode caracterizar como uma quantidade assombrosa.

Para os objetivos da dissertação, interessam dois índices específicos trazidos no Atlas. O primeiro é referente aos jovens, e sobre esses foi destacado o detalhe a seguir, que mostra as taxas de homicídios nessa fase da vida.

TABELA 6 – JUVENTUDE PERDIDA



FONTE: IPEA (2019a).

Enquanto a TABELA 2 apresentou em dados que os leitores brasileiros são principalmente jovens em fase escolar, a TABELA 6 mostra que essa juventude está muito exposta à violência. Segundo o Atlas, 35.783 jovens foram assassinados em 2017, o que corresponde a mais da metade do índice geral do ano, apresentado na TABELA 5.

Esse número é alarmante por diversos motivos e, como aponta a pesquisa,

Além da tragédia humana, os homicídios de jovens geram consequências sobre o desenvolvimento econômico e redundam em substanciais custos para o país. Conforme mostraram Cerqueira e Moura (2013), as mortes violentas de jovens custaram ao Brasil cerca de 1,5% do PIB nacional em 2010. (IPEA, 2019b, p. 25).

Além da tragédia familiar, social, econômica, demográfica – já que a taxa de natalidade vem caindo exponencialmente nos últimos anos⁵ –, os dados provocam o debate sobre os problemas educacionais que estão envolvidos nesses números da violência. A população jovem, que está em idade escolar, está convivendo com a violência, e isso sugere que o país não está conseguindo proporcionar e manter um contexto formativo seguro e humanizador para a população jovem.

As relações entre educação e violência podem ser compreendidas com a informação presente no Atlas quanto ao perfil das vítimas de homicídio a partir do nível de escolarização, apresentado a seguir em recorte do quadro síntese.

TABELA 7 – PERFIL DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO



FONTE: IPEA (2019a).

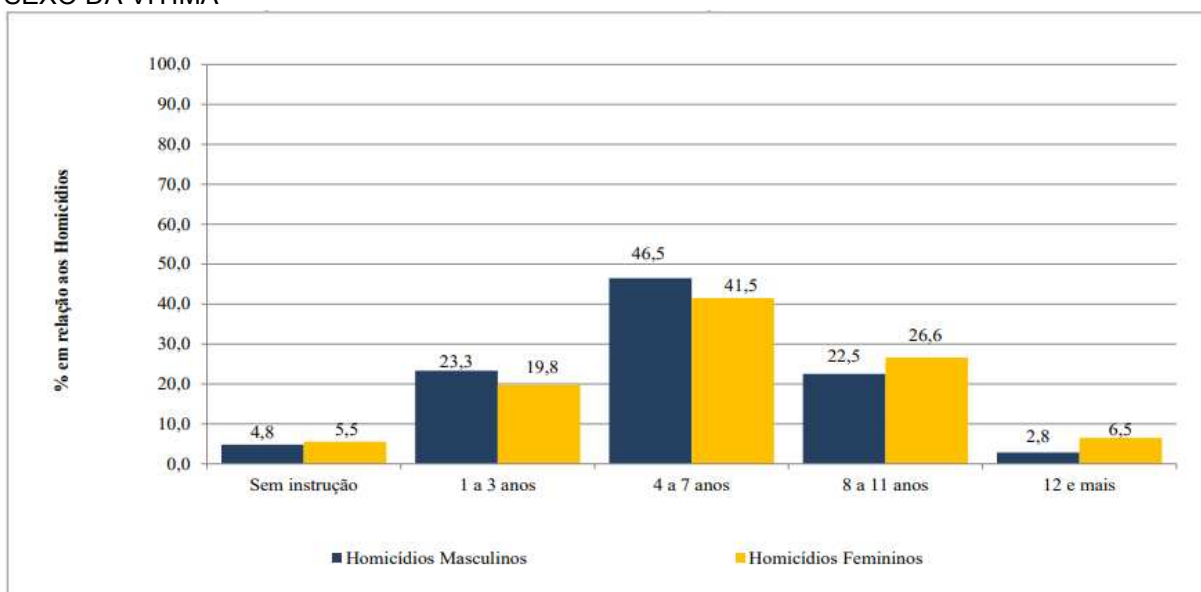
Sendo a sociedade múltipla e complexa, certamente os motivos geradores da violência também o são. Mas o IPEA informa que 74,6% dos homens e 66,8% das mulheres que foram vítimas de homicídio entre 2007 e 2017 possuíam até sete

⁵ Para mais informações, consultar site do IBGE referente à população. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 18 out. 2020.

anos de estudo. O Atlas da violência, para além da TABELA 5, nos apresenta informações mais detalhadas sobre a relação violência/educação:

O gráfico 7.4⁶, a seguir, indica que a maior parte dos homicídios vitimam indivíduos com baixa escolaridade, que cursaram até o segundo ciclo do ensino fundamental incompleto. Desconsiderando os homicídios cuja escolaridade da vítima era ignorada (que representavam 27,5% e 29,8% do total das mortes de homens e mulheres, respectivamente) 74,6% dos homens vitimados possuíam até sete anos de estudo (na população brasileira 48,5% dos homens possuíam essa faixa de escolaridade) enquanto esse indicador era de 66,8% para as mulheres (sendo que 44,7% das mulheres no país possuíam tal escolaridade). (IPEA, 2019b, p. 72).

TABELA 8 – PADRÃO DE VITIMIZAÇÃO DOS HOMICÍDIOS EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE E O SEXO DA VÍTIMA



IPEA (2019b).

Os números mostram que a maioria das vítimas tem baixa escolaridade formal e permitem sugerir que o aumento do acesso à educação tende a diminuir os casos de assassinato. Evidentemente, não se pode fazer de forma simplista uma relação direta entre falta de acesso formal à educação e violência, mas há contribuições de outros pesquisadores sobre essa temática que permitem avançar na compreensão de tal relação.

Falar em educação, na perspectiva de um humanismo laico, é falar da constituição humana do homem ou, em outros termos, da sua constituição cultural, entendendo por isso o processo pelo qual um ser naturalmente biológico se transforma num ser cultural, pela interiorização da experiência

⁶ No documento original, o número do gráfico é o 7.4. Entretanto, para efeitos desta dissertação, trata-se da TABELA 8.

social e cultural dos homens, vivida no seio do grupo humano em que está inserido. Entendida assim, a educação do homem não ocorre num locus preciso, mas na totalidade das situações em que essa experiência é vivida. Salientando, porém, que o fundamental dessa experiência constitutiva do ser cultural do homem se situa no plano das relações sociais em que ele está envolvido ao longo da sua vida. É a consciência da necessidade de estabelecer e de viver essas relações que constitui a razão de base da não-violência. Educar para a “não-violência” é, portanto, ajudar as novas gerações a encontrarem as razões suficientes para não optar pela violência que ameaça inviabilizar essas relações. A questão então é saber quais são essas razões e qual é seu poder de persuasão para evitar a violência. (PINO, 2007, p. 780).

Angel Pino (2007) reflete sobre o papel da educação, não apenas escolar, mas em seu sentido mais amplo, uma educação que se dá em todos os espaços, em todos os momentos, uma educação que constitui o ser humano enquanto ser social. Segundo ele, os processos educativos devem buscar soluções não violentas para a organização da sociedade, o que parece ser uma dificuldade quando se consideram os dados da pesquisa aqui destacada.

Se a violência é fruto de uma sociedade com violências e desigual, é essa mesma sociedade, por meio de seus instrumentos e ações, que precisa buscar as formas de superação dessa violência. Em outras palavras, Pino apresenta a sociedade como geradora desses meios violentos de vida, mas também como meio de solucionar esses conflitos, buscando outras formas de convivência a partir de um processo educativo que vise a humanização, como já foi apontado anteriormente ao se apresentar a visão de leitura de Paulo Freire e Antonio Candido.

Um dos setores responsáveis por essa ambiguidade – gerar os problemas, mas buscar a solução da violência – é, segundo Pino, o espaço da educação formal.

Por ser a violência um problema da sociedade como um todo, particularmente quando atinge determinados patamares de intensidade, ela repercute logicamente no meio escolar, de várias maneiras e por várias razões. (...) As razões disso são várias, podendo ser lembradas as principais: (1) A escola é, em certo sentido, uma espécie de caixa de ressonância das turbulências sociais que ocorrem nos diferentes meios sociais de onde procedem seus integrantes. Embora seja condenável qualquer prática de discriminação de alunos em função do lugar de procedência (periferias, favelas e bairros operários), que tem muito a ver com a condição social de classe, é inegável que a convivência deles com o clima de violência que pode existir nesses meios afeta de alguma maneira sua vida na escola. (...) (5) A instituição escolar traduz em si mesma, em maior ou menor grau, os processos e mecanismos históricos de exclusão social das crianças e jovens das classes populares. (PINO, 2007, p. 780).

De acordo com o autor, as violências de outros espaços, como as periferias das grandes cidades, reverberam dentro da escola. As escolas não são espaços isentos e blindados que não recebem as influências externas, ao contrário, manifestam em sala de aula as exclusões a que os alunos estão expostos fora dos muros escolares. Além de repercutir a violência externa, o autor defende que a escola, em maior ou menor grau, também reproduz segregações historicamente constituídas. O autor não generaliza, mas aponta que esse processo de perpetuação das exclusões e violências, muitas vezes, continua dentro do espaço escolar. Assim, a escola também produz violência.

Como dito, a escola não existe de forma independente da vida social, os conflitos existentes em um espaço irão estender-se para outro. Dessa forma, a escola é parte do problema de reprodução da violência, mas também é parte da solução, na busca por meios não violentos de convivência social e escolar. Essa busca é um processo contínuo, função também da escola, mas não só dela. Como disse Pino, “se a educação não é a solução para acabar com a violência, sem educação a violência não tem solução, nem a curto nem a longo prazo. Eis o desafio que se abre”. (PINO, 2007, p. 782).

Outra autora que contribui para pensar as relações entre educação e violência é Maria Cecília de Souza Minayo. De forma semelhante à direção apontada por Pino, a autora diz que “nenhuma violência pode ser analisada nem tratada fora da sociedade que a produz.” (MINAYO, 2013, p. 251). Ela também defende que o papel da escola é fundamental para combater as violências da sociedade.

Segundo a autora, a escola prepara – ou pode preparar – a pessoa para o diálogo com o diferente, o que já é uma ação que tem grande eficácia para diminuir a violência.

Claude Chesnais (1981), na obra clássica em que analisa 200 anos de violência na Europa, tem uma frase contundente a respeito da relação desse fenômeno com a educação. Diz o autor que “mais fizeram pelo decréscimo da violência social e dos homicídios na Europa a educação formal e a melhoria de vida da classe trabalhadora do que todos os aparatos repressivos.” (p. 257). (...) O mesmo autor justifica sua afirmação dizendo que quando o ser humano não consegue usar a palavra ou apenas usá-la não é suficiente para que o contendor atinja seus fins, em geral, ele parte para utilização dos meios violentos como forma de enfrentar os conflitos. E o processo de educação formal, lembra Chesnais, ensina diálogo, reflexão e enfrentamento do contraditório, além de ser um instrumento fundamental de inclusão social e de aumento de oportunidades no mundo do trabalho. (MINAYO, 2013, p. 257).

Para Minayo, educação formal e a melhoria das condições da população estão na linha de frente do enfrentamento às violências. Ela argumenta, na mesma linha apresentada por Pino, que a sociedade precisa buscar meios de convivência não violenta, pois quando o diálogo não é suficiente para se fazer entender, a violência tem lugar. Sendo assim, a escola é o lugar de buscar diálogos os mais diversos, a reflexão, contribuindo para que a sociedade se organize de forma não destrutiva:

não se compartilha aqui o imaginário da inevitabilidade e da falta de controle. A história mostra que a violência, por ser uma construção humana, também pode ser desconstruída. Diante das evidências históricas, é possível inferir que, entre outras intervenções para diminuir a sua incidência e as elevadas taxas de morte – acima das contabilizadas em muitas guerras – a educação pode e deve ser uma forma política de atuação, de maneira a apresentar resultados a médio e longo prazo. Pois além de desenvolver as noções de moralidade, de civilidade, de relações dialógicas e de solidariedade entre os indivíduos, o capital humano proveniente da educação aumenta a inclusão social e as perspectivas de inserção no mercado de trabalho, afastando os jovens das atividades criminosas. (MANAYO, 2013, p. 260).

Pode-se dizer que na sociedade brasileira, a violência é produto da desigualdade e da exclusão e essa violência reverbera em todos os espaços sociais, inclusive na escola. Ao mesmo tempo em que a sociedade e a escola são locais que reproduzem a violência social, são também os espaços que precisam criar meios para minimizar ou acabar com as relações violentas. A criação de meios de inserção econômica e social a toda a população, reduzindo as desigualdades, é fundamental para diminuir a violência.

Em relação à educação, os dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2016) mostram que a população leitora está massivamente concentrada na faixa etária de brasileiros em idade escolar, o que sugere a importância da escola nesse processo de configuração de práticas leitoras e de formação do leitor. Mais do que isso, se aceita a ideia de que a leitura é uma das formas de contribuição para a humanização e desenvolvimento da compreensão sobre si mesmo e sobre o mundo, amplia-se o significado da educação escolar na direção de desenvolvimento individual e coletivo, enquanto lugar de leituras.

A pesquisa PNAD (IBGE 2019) aponta também que muitos jovens estão deixando a escola ainda em idade escolar e os motivos podem ser encontrados em

uma estrutura social excludente, como a necessidade de buscar trabalho para contribuir financeiramente com a manutenção familiar, ou a gravidez precoce. Como vimos, para melhorar as condições de leitura e da escola, é necessário atacar as origens dos problemas, que são as muitas violências e exclusões a que a população marginalizada está exposta (GENTILI; ALENCAR, 2012).

Pode-se retomar ideias elaboradas por Silva (1986), que, em contexto imediatamente após o período ditatorial brasileiro, relaciona o cerceamento ao acesso ao livro como uma atitude autoritária, enquanto define a luta por sua difusão como uma atitude democratizante.

Conhecimento e ação são fatores contínuos, mas o elemento de transição entre eles é o livro. Por tanto, vetar o acesso a este último, ou torná-lo difícil e desinteressante, é um procedimento próprio a uma sociedade autoritária, do mesmo modo que desencadear uma campanha por sua difusão significa engajar-se num programa comunitário de democratização. (SILVA, 1986, p. 10).

Dessa forma, lutar por uma sociedade não violenta e lutar pela difusão da educação, da leitura e do livro, não são ações desconectadas, isoladas; uma leva à outra, em um processo dialético de democratização do saber, das oportunidades e da melhoria do ambiente social, propício a uma prática educadora inclusiva.

Outro ponto a se destacar é que, já que o livro didático é um recurso praticamente universalizado nas escolas, apesar de seus limites, poderia ser entendido como um dos elementos estimuladores de práticas de leitura e do aumento do número de leitores. Contudo, como mostram os dados, apesar do número de pessoas em idade escolar que se apresenta como leitora, esses valores não se mantêm, uma vez que o número de leitores cai substancialmente após o período da educação básica, ou seja, após o período de educação obrigatória. Isso é um dado muito interessante – e preocupante, pois mostra que os investimentos nos anos escolares parecem não estar contribuindo para formar e manter leitores permanentemente ativos, após o período escolar.

Nesse sentido, também se poderia ponderar que embora a vontade de se manter leitor permaneça após a conclusão da educação básica, as condições objetivas de vida afastam o cidadão do mundo da leitura. Sendo a leitura crítica uma das maneiras para discutir a vida individual e a vida em sociedade, afastar-se da

leitura pode levar a um afastamento das reflexões vitais, dificultando assim o desenvolvimento social, e ainda o aperfeiçoamento pessoal.

Até aqui argumentou-se para sublinhar que a leitura e a realidade se cruzam, uma produzindo significado à outra. Entretanto, como aponta a pesquisa sobre a violência, o ambiente em que vivemos, os jovens em especial, é hostil, pouco humanizador. Dessa forma, como a realidade tem contribuído para melhorar as condições de leitura?

Os autores aqui trazidos para fundamentar a argumentação apontam a necessidade de investimentos para diminuir as desigualdades sociais e econômicas e a facilitação ao acesso à educação e à escolarização, como forma de melhorar o diálogo e a reflexão entre as pessoas, buscando soluções não violentas para a convivência social.

Nesse sentido, o caminho percorrido até aqui conduz para a tematização da escola e da leitura escolarizada, voltando atenção para os livros didáticos e sua existência na vida escolar, seja como artefato cultural, como mercadoria, ou ainda como recurso didático distribuído gratuitamente aos alunos das escolas públicas brasileiras.

2.4 LIVROS DIDÁTICOS E A LEITURA ESCOLARIZADA

Até aqui as questões abordaram aspectos relacionados à leitura em geral, sem especificar os suportes ou os espaços em que as práticas ocorrem. O objetivo desta seção é tratar da leitura escolar sob dois pontos que se complementam: a leitura do livro didático e a leitura do livro didático de língua portuguesa.

Em primeiro momento, serão apresentadas reflexões que autores trouxeram sobre os usos desse objeto escolar, o livro didático. Na sequência, estará em foco o livro didático de língua portuguesa enquanto objeto de leituras, que tem uso prioritário na escola, mas que pode assumir outras funções fora de seus muros.

2.4.1 Leituras e livros didáticos

De acordo com Alain Choppin, o livro didático é um objeto complexo (CHOPPIN, 2004, p. 552). Como se analisará em capítulo posterior, o livro didático envolve um grande número de agentes em sua produção e distribuição, agentes

esses que não estão presentes diretamente no espaço escolar, mas que estabelecem relações com esse espaço e com o sistema educacional, pois são responsáveis por criar e fazer chegar os livros nas escolas em período escolar. Apesar dessa complexidade de agentes envolvidos em sua criação, o livro didático é um objeto escolar, ou seja, feito para a escola e que na maioria das vezes tem sua vida útil iniciada e finalizada no ambiente escolar. Usa-se aqui a expressão vida útil do livro para indicar o período em que ele é utilizado para o estudo e leitura nas atividades escolares, sejam elas nas aulas ou em casa; entende-se ainda que a vida útil tem ou pode ter sequência em outros espaços, como nas cooperativas de catadores de material reciclável, inclusive com funções transformadas.

Assim, para Choppin, também a pesquisa sobre os livros didáticos é de grande complexidade, pois o objeto pesquisado apresenta características educacionais, históricas, sociais, econômicas e está ligado à interação e manuseio dos sujeitos escolares. Nas palavras do autor:

é preciso levar em conta a multiplicidade dos agentes envolvidos em cada uma das etapas que marca a vida de um livro escolar, desde sua concepção pelo autor até seu descarte pelo professor e, idealmente, sua conservação para as futuras gerações. A concepção de um livro didático inscreve-se em um ambiente pedagógico específico e em um contexto regulador que, juntamente com o desenvolvimento dos sistemas nacionais ou regionais, é, na maioria das vezes, característico das produções escolares (edições estatais, procedimentos de aprovação prévia, liberdade de produção, etc.). Sua elaboração (documentação, escrita, paginação, etc.), realização material (composição, impressão, encadernação, etc.), comercialização e distribuição supõem formas de financiamento vultuosos, quer sejam públicas ou privadas, e o recurso a técnicas e equipes de trabalho cada vez mais especializadas, portanto, cada vez mais numerosas. Por fim, sua adoção nas classes, seu modo de consumo, sua recepção, seu descarte são capazes de mobilizar, nas sociedades democráticas sobretudo, numerosos parceiros (professores, pais, sindicatos, associações, técnicos, bibliotecários, etc.) e de produzir debates e polêmicas. (CHOPPIN, 2004, p. 554).

Essa complexidade também se expressa, segundo Choppin, na dificuldade de uma definição precisa de livro didático. Também as diversas denominações que ele recebe, em diferentes países, mostram as dificuldades de conceituação e, por consequência, de estabelecer parâmetros para a pesquisa nesse campo temático.

Indicando especificidades do caso brasileiro, Chaves e Garcia (2014) afirmam que:

Acerca desse elemento da cultura escolar, são estruturadas atividades com o conhecimento, sob a influência de diferentes elementos, tais como, a indústria cultural, a legislação educacional, a formação intelectual do autor, as exigências editoriais e do mercado. Submetido a um processo oficial de análise e seleção por parte de pareceristas de diferentes regiões do Brasil, o livro didático chega ao professor como resultado de um conjunto de ações e escolhas que, longe de serem neutras, sempre evidenciam uma “tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo” (APPLE, 2001, p. 53). (CHAVES; GARCIA, 2014, p. 337).

Relacionados com o surgimento da forma escolar (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001), os manuais didáticos têm sido um elemento presente na cultura escolar ao longo dos últimos três séculos, nos diferentes países em que os sistemas educativos nacionais se organizaram para a garantia de educação laica a toda população. A constituição da escola moderna, a partir da Revolução Francesa, estabeleceu as condições para o ensino simultâneo, e os manuais foram um instrumento fundamental para a organização dos conhecimentos que deveriam ser garantidos a todos os alunos, independentemente dos professores e suas atuações.

Assim, é a partir dessa natureza inicial, voltada à homogeneização do ensino, à simultaneidade do trabalho com muitos alunos e à garantia de conhecimentos igualmente ensinados em todas as classes, que os livros didáticos se configuraram como artefato da cultura escolar. Eles são a expressão dos processos que constituíram uma nova forma de relação social, a relação pedagógica (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001), e um modelo de escola que se estendeu a muitos lugares do mundo.

Tais processos dizem respeito a conjuntos de práticas que em parte se modificam ao longo do tempo, mas também permanecem presentes na vida escolar, mesmo quando conflitantes com novos modelos de ensino, como as perspectivas da Escola Nova ou das perspectivas sócio-interacionistas. As formas escolares de leitura, por exemplo, são próprias desse espaço social e, algumas vezes, não têm correspondência com outras práticas sociais de leitura.

Sobre o livro didático e sua presença na cultura, Suzete de Paula Bornatto diz que

O livro didático, porém, não é apenas material escolar, mas também componente cultural. Depois de extensamente julgado por sua submissão a determinada ideologia, por sua (in)adequação científica ou pedagógica, por sua (não) conformidade à legislação, tem hoje valorizada sua participação

na formação e na experiência cultural das gerações escolarizadas. (BORNATTO, 2011, p. 08).

Choppin, ao analisar esse artefato cultural em sua historicidade, identificou quatro funções que o livro didático tem desempenhado ao longo do tempo, sintetizadas no QUADRO 1. Essas funções podem variar “segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização.” (CHOPPIN, 2004, p. 552).

QUADRO 1 – FUNÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO DE ACORDO COM CHOPPIN

1. Referencial - traduz o programa de ensino.
2. Instrumental - põe em prática métodos de ensino e aprendizagem.
3. Ideológica e cultural - a mais antiga, supõe a transmissão de valores para as novas gerações. Os Estados nacionais utilizam o livro didático para veicular sua língua e cultura.
4. Documental - fornece um conjunto de documentos que pode ser observado pelo aluno de forma autônoma e crítica.

FONTE: O autor (2020)⁷.

Estabelecendo algumas relações iniciais com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que será examinado no próximo capítulo, é relevante destacar que o livro didático traduz de alguma forma o currículo para a sala de aula, uma vez que ele precisa estar dentro dos parâmetros e diretrizes curriculares para ser aprovado no edital de participação do programa. Assim, ele não é apenas portador dos conteúdos, cumprindo a função programática, é também portador de metodologias para ensinar, e por isso também cumpre a função instrumental, didatizando conteúdos para cada série específica, e com determinadas estratégias de ensino.

Ainda, em relação à disseminação de uma língua e uma cultura, pode-se dizer que o livro cumpre essa função, uma vez que a sua aprovação é regulada pelo Estado por meio dos editais e critérios de avaliação. Essa ação é fundamental para garantir uma pluralidade de concepções e respeito às culturas, como se verificou nas

⁷ Quadro produzido pelo autor da dissertação com elementos produzidos por CHOPPIN, 2004, p. 552–553.

últimas décadas com a obrigatoriedade de inclusão, nos livros didáticos, de conteúdos sobre a história e a cultura dos indígenas e dos africanos.

Sobre a quarta função, que segundo Choppin só ocorre em ambientes de maior autonomia, as pesquisas didáticas começam a trazer elementos para a compreensão de sua existência na vida escolar brasileira. Dentre as pesquisas que abordam essa função, pode-se citar a tese de doutorado de Edilaine Aparecida Vieira (2018), na qual estabelece relações entre educação do campo, os jovens e os usos de livros didáticos em ambiente escolar; ou um artigo de Chaves e Garcia (2014), que tem por objetivo ouvir a opinião de estudantes de ensino médio sobre livros didáticos de história incluídos no PNLD. Essa função também merecerá atenção especial nesta pesquisa, ao se considerar o circuito dos livros didáticos para além dos muros da escola.

Antônio Augusto Gomes Batista sublinha a identidade do livro didático como um livro escolar (BATISTA, 1999). Segundo o autor, o livro didático é um objeto que é feito para ser utilizado em ambiente escolar e tem poucas funções fora desse espaço. É um objeto desprestigiado, que não tem espaço garantido nas bibliotecas, por exemplo. Segundo Batista, muitas vezes esse desprestígio vinculado ao livro didático também atinge o pesquisador que se debruça sobre ele. Na contraposição desse desprestígio, foi possível nesta pesquisa encontrar o livro didático circulando após o prazo previsto pelo PNLD e cumprindo diferentes funções, atingindo também outros sujeitos que vivem fora do espaço escolar e em diferentes contextos.

Entretanto, apesar de afirmar que o livro didático tem um desprestígio em relação à produção literária em geral, Batista diz que “investigações têm mostrado que o livro didático e a escola estabelecem relações complexas com o mundo da cultura.” (BATISTA, 1999, p. 533). Ou seja, o livro didático é utilizado na escola não apenas em suas funções prescritivas, mas também em ações mediadas pela cultura escolar, dos alunos e professores. Nas palavras do autor:

Em síntese: o livro didático desenvolve um importante papel no quadro mais amplo da cultura brasileira, das práticas de letramento e do campo da produção editorial e compreende, conseqüentemente, diferentes dimensões de nossa cultura, de suas relações com a escrita e com o letramento, assim como os processos sociais, culturais e econômicos de diferentes facetas da produção editorial brasileira significam também compreender o livro escolar brasileiro. (BATISTA, 1999, p. 534).

Essa questão abre um importante debate sobre as relações entre a cultura, em um sentido amplo, e as populações que frequentam as escolas públicas. O livro didático é produzido para a escola por agentes que respondem a demandas sociais quanto ao conhecimento que deve ser transmitido às novas gerações. Tais conhecimentos são reinterpretados de acordo com a cultura local, produzindo novos significados para este complexo recurso didático.

Portanto, tem-se aqui um processo de seleção cultural que ocorre em todas as sociedades, que resulta na definição dos currículos e programas oficiais, e também se desdobra nos livros didáticos. Um primeiro autor selecionado para essa análise é Pierre Bourdieu. Para ele, a escola e seus meios de veiculação do conhecimento, o livro didático incluído, contribuem para a reprodução social. Assim, a escolarização serve menos para a mobilidade social, e mais para a manutenção da desigualdade e da exclusão.

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da 'escola libertadora', quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 2007, p. 41).

Segundo o autor, toda a estrutura do sistema escolar serve para manter os alunos em seus lugares sociais. Ele dá atenção especial à escolha dos conteúdos, pois para Bourdieu, o conhecimento valorizado na escola é selecionado na cultura dominante, e os filhos das populações excluídas serão avaliados pelos parâmetros da cultura do outro.

O autor usa o conceito de capital cultural para explicar essa relação. Segundo Bourdieu, o capital cultural é o conjunto de conhecimentos produzido pelas experiências pessoais e sociais que cada indivíduo acumula em sua situação de classe social, tudo o que a pessoa traz de conhecimento de seus meios de convivência, sejam o conhecimento literário, musical ou artístico.

Esse conhecimento é uma vantagem na vida escolar, pois o contato com a cultura letrada não se dá inicialmente na escola, mas continua nela. Os alunos de populações excluídas também têm capital cultural. Entretanto, segundo Bourdieu, ele não é valorizado na escola. Dessa forma, a escola contribui para fixar essa

distância social entre a classe dominante e os excluídos, pela valorização de uma cultura em relação à outra.

A posse desse “capital” permitiria o acesso a percursos escolares marcados pelo sucesso e pela distinção, legitimando, pela via da escola, um “patrimônio” familiar – a cultura – transmitido por herança às futuras gerações entre famílias de classe social favorecida. As análises de Bourdieu e Passeron (1964) sobre este conceito contribuíram para a superação da idéia naturalizada pelo senso comum, que atribuía às classes sociais favorecidas certa “intimidade” com a cultura escolar (familiarização insensível) e que prescindiria de qualquer atitude laboriosa. Seria então o “dom” ou “as aptidões naturais e predisposições” que fariam a mediação para a aquisição de uma cultura legítima, valorizada pela classe dominante. (CUNHA, 2007, p. 514).

Segundo Cunha, o fato dos autores explicitarem a relação entre a cultura e a classe social permitiu entender que a escola não oferecia a mesma oportunidade para todos, independentemente de sua classe, e, assim, foi possível desnaturalizar a ideia de que o sucesso ou o fracasso seriam uma questão de mérito, ou de dom. Bourdieu e Passeron esclareceram que o processo de violência simbólica está “inscrito na transmissão de conteúdos e na valorização de saberes escolares dissonantes aos valores das classes menos favorecidas”. (CUNHA, 2007, p. 514).

Essa visão de que a escola, e os livros didáticos por consequência, trabalham conteúdos oriundos de uma classe social dominante é compatível com a compreensão de Choppin de que uma das funções do livro didático é ideológica e cultural. Ou seja, selecionando conteúdos ligados a uma determinada visão de mundo – como defende Bourdieu –, o livro didático estaria reproduzindo os valores de determinado grupo, uma determinada ideologia e, assim, contribuindo para sua manutenção.

Essa forma de compreender o poder simbólico exercido pela cultura no interior da escola é aceita em diferentes graus por autores que têm se dedicado ao estudo dos currículos e dos livros escolares, entre eles Jean-Claude Forquin, que relativiza a força da reprodução apontada pelos sociólogos franceses em suas primeiras produções. Ele analisa os saberes escolares e diz que a relação do que é selecionado, ensinado e aprendido não é passiva. Ao contrário, é uma experiência complexa e conflituosa.

E é frequentemente pela realização de uma descrição metódica e minuciosa dos processos de interação social no interior dos estabelecimentos escolares e das salas de aula apreendidos como microssociedades que ela

encontra hoje os caminhos privilegiados de seu desenvolvimento e de sua renovação. (FORQUIN, 1992, p. 28).

Ele defende que o espaço escolar depende da cultura externa, entretanto, é um espaço de criação cultural intenso e não aceita simplesmente o que é imposto, mesmo que essa imposição seja feita por meio dos conteúdos veiculados pelos livros didáticos. Essa reinterpretação da cultura geral é conflituosa, não é passiva, depende de fatores sociais, políticos e históricos. O mesmo acontece com a herança cultural presente nos currículos institucionais (FORQUIN, 1992, p. 30).

Nessa direção, mesmo que o livro tenha a função de difundir uma cultura e mesmo que essa cultura seja a dominante, o ensino e o aprendizado na escola resultam de processos de apropriação desses conteúdos produzidos pelas dinâmicas escolares. As relações complexas que constituem tais dinâmicas podem ser compreendidas, segundo Rockwell, a partir do conceito de experiência escolar:

Conocer esa experiencia [escolar] implica abordar el proceso escolar como un conjunto de relaciones y prácticas institucionalizadas históricamente, dentro del cual el currículum oficial constituye sólo un nivel normativo. Lo que conforma finalmente a dicho proceso es una trama compleja en la que interactúan tradiciones históricas, variaciones regionales, numerosas decisiones políticas, administrativas y burocráticas, consecuencias imprevistas de la planeación técnica e interpretaciones particulares que hacen maestros y alumnos de lo materiales en torno a los cuales se organiza la enseñanza (...) Toda la experiencia escolar participa en esta dinámica entre las normas oficiales y la realidad cotidiana. (ROCKWELL, 1995, p. 14).⁸

Essa compreensão é expressa também por Bornatto quando afirma que “os conteúdos e os métodos não estiveram na escola, ao longo das décadas, por equívoco, má fé ou descaso, mas como resultado de conjunções de fatores, envolvendo desde preferências pessoais a coerções políticas, legais e sociais.” (BORNATTO, 2011, p. 02).

⁸ Tradução do autor: “Conhecer essa experiência [escolar] implica abordar o processo escolar como um conjunto de relações e práticas institucionalizadas historicamente, dentro do qual o currículo oficial constitui apenas um nível normativo. O que finalmente está em conformidade com esse processo é uma trama complexa na qual interagem as tradições históricas, as variações regionais, as numerosas decisões políticas, administrativas e burocráticas, as consequências imprevistas do planejamento técnico e as interpretações particulares feitas por professores e alunos dos materiais em torno dos quais se organizam o ensino (...) Toda a experiência escolar participa dessa dinâmica entre normas oficiais e realidade cotidiana.”

No meio desse processo de elaboração e reelaboração conflituosa de conhecimento está o livro didático. Mesmo apresentando uma vertente do conhecimento histórico acumulado, pois o espaço e o tempo do livro e da aula são limitados, mesmo que imposições políticas tenham sido relevantes para determinar seus conteúdos, a vivência escolar confere a esse recurso educacional uma diversidade de olhares e interpretações.

Forquin diz que além de utilizar a cultura externa e readaptá-la a seu contexto, e além de criar sua própria cultura, a escola exerce influência do lado de fora dos muros (FORQUIN, 1992, p. 35-36). Em outras palavras, a escola é influenciada pelo mundo externo a ela, recria sua cultura e influencia a cultura exterior a ela. Há imperativos de natureza institucional e didática que atuam sobre os saberes e as práticas escolares, definindo condições pelas quais o processo escolar se organiza e desenvolve.

O estudo das relações entre os livros didáticos – que podem ser também chamados de manuais escolares – e a diversidade de elementos que constituem a trama complexa em que a escolarização acontece, define a existência de um campo acadêmico específico, que Agustín Escolano denominou “Manualística”. Para além da análise dos próprios livros, tarefa por si só de grande exigência, o novo campo aponta a complexidade das relações que devem ser consideradas quando se pretende compreender os livros como artefato cultural, como mercadoria e como recurso didático que afeta as diferentes dimensões da experiência escolar.

Escolano (2005) identificou três cortes historiográficos para estudar as culturas da escola na Espanha: a cultura institucional, a científica e a pragmática. Essas dimensões constituem um referencial analítico interessante para sustentar teórica e metodologicamente estudos sobre os livros didáticos também no caso brasileiro.

A partir dessas conceituações que exploram as relações entre o espaço escolar e o espaço não escolar, aceitando que as culturas transitam entre eles, reafirma-se a relevância de estudar a circulação do livro didático fora do espaço escolar, buscando compreender os elementos da cultura da escola que ele, eventualmente, faz transbordar para o espaço social mais amplo, externo à escola. No caso brasileiro, pela existência do PNLD (1985-2017), o entrecruzamento das três dimensões das culturas apontadas por Escolano sugere uma interessante questão de pesquisa sobre as relações entre escola e cultura. Mas a pesquisa

realizada também tem relevância social em função dos limites de acesso ao conhecimento e às práticas de leitura que foram aqui apontados, assim como pelas possibilidades que poderiam ser abertas com a circulação mais intensa de livros – ainda que esses, denominados didáticos – na vida social.

2.4.2 Leituras do livro didático de língua portuguesa

Partindo da afirmação de que o livro didático é um objeto complexo e que se transforma conforme formas de apropriação e usos, esta seção dirige-se em particular para os livros didáticos de língua portuguesa. E tem início com uma provocação feita por Soares:

Ler um texto, como você está fazendo agora, é instaurar uma situação discursiva. Aliás, no caso deste texto que você lê agora, essa situação discursiva já se iniciou no momento mesmo em que você tomou nas mãos este livro, observou a capa, uma ilustração, certas cores, um título, um nome próprio, o da autora, folheou as primeiras páginas, viu um sumário que anuncia três textos... e, sob a influência desses elementos, chega a esta página e começa a ler esta Apresentação - que leitura estará você produzindo deste texto? (SOARES, 2009, p. 10).

Parafraseando a autora, pode-se dizer que ler esta dissertação é instaurar-se em uma situação discursiva. Provavelmente a leitura se iniciou quando o leitor ou leitora selecionou este texto dentre outros para realizar a leitura. Quais os critérios utilizados para essa seleção? O título da obra, o nome da orientadora, do autor, da universidade? São muitas as possibilidades. As expectativas do leitor ou leitora e seu conjunto de conhecimentos prévios certamente transformam a leitura em uma ação dialógica, na qual a interação entre as partes é fundamental. Se a leitura chegou até esta página, pode ser que as expectativas estejam sendo cumpridas; ou em outra direção, se a leitura prossegue pode ser que o leitor ou leitora ainda não tenha encontrado até aqui o que buscava.

Colocando o foco de atenção no livro didático de língua portuguesa, pode-se perguntar: como se pode pensar sua leitura? Para tratar dessa questão, foram selecionados elementos de duas abordagens que dialogam. A primeira refere-se à visão de Bakhtin sobre o texto; a segunda, ao conceito de letramento.

Inicialmente, pode-se pensar o livro didático de língua portuguesa como um conjunto de gêneros textuais. Segundo Bakhtin,

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana (...) A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas (...) cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2016, p. 290).

O livro didático de língua portuguesa é um material didático que foi produzido para ser um suporte educacional a ser usado em sala de aula. Sua elaboração seguiu uma perspectiva de leitura e uso que se baseou, dentre outros critérios, em orientações curriculares e na série ou ano escolar dos alunos. Nesse sentido e com base na conceituação feita por Bakhtin, pode-se dizer que todo o livro se realiza enquanto um gênero textual específico, pois todo ele foi realizado com uma finalidade e, desde a capa até a parte final, ele traz uma coesão e coerência em sua elaboração.

Bornatto (2011) diz que “Bunzen e Rojo (2005) sustentam que o livro didático não é apenas um suporte para outros textos, didatizados, mas um gênero do discurso, no sentido definido por Bakhtin – de enunciado relativamente estável produzido na esfera de uma atividade humana.” (BORNATTO, 2011, p. 15). Neste caso, a atividade escolar para ensino e aprendizagem é a esfera que define os caminhos de produção do livro didático. Entretanto, o livro didático de língua portuguesa também pode ser pensado como um conjunto de textos variados, com objetivos e estruturas diferentes, comunicando um mesmo conteúdo (ou conteúdos diversos) de formas variadas. Os gêneros do discurso, segundo Bakhtin, são essas estruturas relativamente estáveis, mas que se realizam de formas diversas a partir da interação com o leitor. Dessa forma, ao folhear um livro didático de língua portuguesa, é possível encontrar os gêneros mais variados – poemas, quadrinhos, biografias, notícias, cartazes, placas de informação, cartas, entre outros. A leitura desses textos não ocorre de forma passiva, ela se constrói na interação, como afirma Soares (2009) quando trata da abordagem bakhtiniana.


As páginas que seguem, extraídas de um livro de língua portuguesa do 6º ano do ensino fundamental, possibilitam evidenciar a presença de diferentes textos:

FIGURA 1 – LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PÁGINA 14.

Capítulo

1

Quem é você?

 PARA COMEÇO DE CONVERSA

1. Você já ouviu falar do Menino Maluquinho? O que sabe sobre ele?

Leia a seguinte história em quadrinhos do Menino Maluquinho e divirta-se com as invenções desse personagem.

ZIRALDO. As melhores tiradas do Menino Maluquinho. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

2. O personagem principal dessa história vive um conflito. Qual é esse conflito?

3. O Menino Maluquinho, ao escolher o boné, acaba optando por um visual mais antigo ou mais moderno? Por que você acha que ele fez essa opção?

4. Ao usar o boné por cima da panela, o que o personagem demonstra? Isso provoca humor no texto?

5. Em sua opinião, Maluquinho gosta de ser quem é? Por quê?

14

FIGURA 2 – LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PÁGINA 15.

1. Observe com atenção os gestos e as expressões faciais de Maluquinho nos seis primeiros quadrinhos e responda:

- O que as diferentes posições dos braços e das mãos sugerem sobre o personagem?
- As expressões faciais do garoto combinam com o que ele está dizendo? Justifique sua resposta.

2. Para construir esse texto, o autor usou imagens e palavras. Em sua opinião, se as imagens fossem retiradas, o texto transmitiria as mesmas ideias? Por quê?

3. Às vezes você também se sente como o Menino Maluquinho? Observando a si mesmo, que conflitos você considera comuns na sua idade? Por quê?

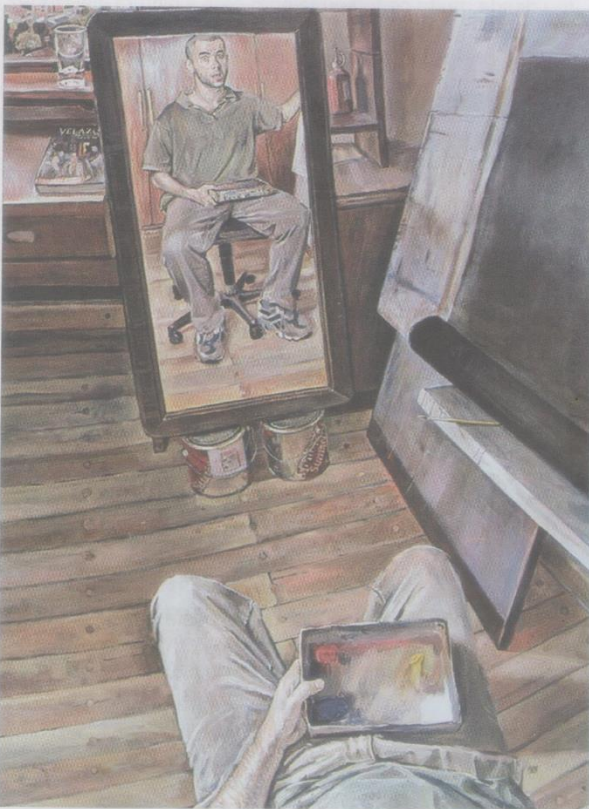
PRÁTICA DE LEITURA

Texto 1 – Tela

Na história em quadrinhos que você acabou de ler, o Menino Maluquinho observa-se atentamente no espelho. Agora você vai conhecer uma obra de arte que retrata uma situação semelhante. Antes, porém, responda às perguntas a seguir.

- Para você, o que é uma obra artística? Dê exemplo de alguma obra de arte que você conhece.
- Você sabe o que é um autorretrato? O que essa palavra significa?

A tela ao lado é um **autorretrato**. Autorretrato é o retrato que uma pessoa faz de si mesma em forma de desenho, pintura, gravura ou de descrição escrita ou oral. Por ser a representação que o artista faz de si mesmo, ele registra o modo como se vê ou como gostaria de ser visto. Observe:



Velázquez, 2000 (1976),
de Rodrigo Cunha.
Acrílico sobre tela,
202 cm x 143 cm.

COLEÇÃO PARTICULAR

15

FONTE: ARAÚJO; OLIVEIRA (2018, p. 15).

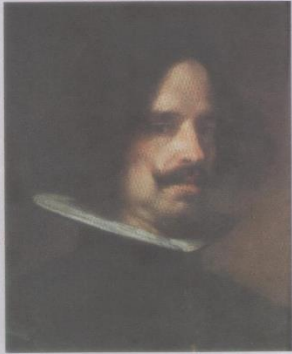
FIGURA 3 – LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PÁGINA 16.

POR DENTRO DO TEXTO

- O que você vê representado na tela da página anterior?
- Pela imagem, podemos deduzir se o artista está sério ou à vontade; se é jovem, triste, calmo etc.? Que expressões ele transmite?
- Na imagem, há elementos estáticos, parados, e outros que revelam movimento, atividade. Quais são?
- Você gostou do quadro?
- Que impressões ou sensações as cores escolhidas pelo artista lhe sugerem?
- Na tela, aparece parcialmente o nome de outro pintor: Velázquez. Em sua opinião, por que o autor da tela dá esse nome a sua obra?
- Leia a seguir uma pequena biografia do pintor Velázquez.

Diego Rodríguez de Silva Velázquez (1599-1660)

Pintor barroco, nascido em Sevilha, Espanha, manifestou desde muito cedo seu talento para a pintura. Velázquez é considerado um pintor de grande maestria técnica. Ele ganhou prestígio como um mestre pintor de retratos e influenciou outros pintores que vieram depois dele. *As meninas* é considerada sua obra mais importante.



REAL ACADEMIA DE BELAS ARTES DE SAN CARLOS DE VALÈNCIA

Autoretrato (1640), de Diego Velázquez.
Óleo sobre tela, 45 cm x 38 cm.

- Identifique o objeto presente no ambiente da tela *Velázquez, 2000* que faz referência a esse pintor.
- Para responder às questões seguintes, releia as informações apresentadas na legenda e no crédito da tela *Velázquez, 2000*.
 - Depois do nome da obra e do ano de produção, aparece o nome do pintor da tela. Indique-o.
 - A expressão “acrílica sobre tela” traz uma informação sobre a pintura. Qual?
 - Você sabe em que lugares costumam ser expostas as telas dos pintores?
 - Pelas informações, a tela está exposta em algum desses lugares? A quem pertence essa obra?
- Leia o texto a seguir e responda às questões.

O texto “O Menino Maluquinho” e o texto 1 foram nomeados, respectivamente, de **história em quadrinhos e tela**.

16

FONTE: ARAÚJO; OLIVEIRA (2018, p. 16).

FIGURA 4 – LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, PÁGINA 17.

Embora sejam diferentes, foi possível interpretar o que cada um deles quis transmitir. Por esse motivo, podemos dizer que fizemos a leitura de uma história em quadrinhos e também de uma tela.

Quando um texto possui imagens e não possui palavras, dizemos que ele é **visual**. Quando possui apenas palavras, ele é **verbal**. Quando o texto compõe-se de imagens e palavras ao mesmo tempo, ele é **multissemiótico**.

a) Qual(is) dos textos lidos anteriormente é(são) visual(is)?

b) Qual é o texto multissemiótico lido até agora?

TROCANDO IDEIAS

Reúna-se em círculo com seus colegas para conversar sobre as seguintes questões.

1. Você já ficou durante um longo tempo observando sua imagem no espelho? Em sua opinião, por que muitos jovens se preocupam em fazer isso?
2. Fisicamente, você se vê da mesma forma como as pessoas o enxergam? Por quê?
3. E na maneira de ser, de se comportar e de pensar? O que as pessoas dizem a seu respeito corresponde ao modo como você se define e à maneira como você age? Explique.
4. Quando não há correspondência entre o que você acha que é e o que as pessoas pensam e dizem sobre você, qual é sua atitude? Você:
 - a) Reflete sobre essa divergência e considera uma possibilidade de mudança?
 - b) Não se importa e considera apenas seu modo de ser e de pensar?

PRÁTICA DE LEITURA

Texto 2 – Romance (fragmento)

1. Você já leu uma história em quadrinhos e observou uma tela na qual o personagem se olha através de um espelho. Agora, leia o título do texto a seguir e faça suas hipóteses: De que assunto a história vai tratar? Quais personagens você supõe que ela apresentará?

O menino no espelho

[...]

Levantava a perna, e ele levantava também, ao mesmo tempo. Abria os braços, e ele fazia o mesmo. Coçava a orelha, e ele também.

Mas o que mais me intrigava era a única diferença entre nós dois. Sim, porque um dia descobri, com pasmo, que enquanto eu levantava a perna esquerda, ele levantava a direita; enquanto eu coçava a orelha direita, ele coçava a esquerda. Reparando bem, descobria outras diferenças. O escudo da escola, por exemplo, que eu trazia colado no bolsinho esquerdo do uniforme, na blusa dele era no direito.

17

FONTE: ARAÚJO; OLIVEIRA (2018, p. 17).

O que se encontra nas páginas selecionadas? De início uma indagação feita no Capítulo 1 de um livro didático de língua portuguesa para a turma de 6º ano do ensino fundamental II: “Quem é você?”. Essa pergunta desencadeia o debate a partir de alguns gêneros textuais, como os quadrinhos, uma pintura de autorretrato, um box trazendo informações biográficas sobre um pintor e a parte inicial de um texto de romance.

Todas essas formas de abordar o mesmo assunto mostram ao aluno que as regras de escrita variam de gênero para gênero. Cada gênero traz sua estrutura, contribuindo para a compreensão de que a forma de uso da língua não é única, homogênea.

Além disso, o exemplo apresentado nas imagens das páginas do livro permite que se observe as possibilidades de interação do leitor com o texto, exigindo protagonismo do aluno em lidar com as provocações. Essa interação é uma das marcas da construção dos sentidos do texto apresentada por Bakhtin.

Quando considera a função comunicativa, Bakhtin analisa a dialogia entre ouvinte e falante como um processo de interação “ativa”, quer dizer, não está no horizonte de sua formulação o clássico diagrama espacial da comunicação fundado na noção de transporte da mensagem de um emissor para um receptor, bastando, para isso, um código comum. Para Bakhtin, tudo o que se afirma sobre a relação falante/ouvinte e da ação do falante sobre um ouvinte passivo não passa de “ficção científica”, um raciocínio raso que desconsidera o papel ativo tanto de um quanto de outro sem o qual a interação não acontece. (BRAIT, 2008, p. 156).

O livro apresentado nas FIGURAS 1, 2, 3 e 4 é um livro didático de língua portuguesa que, por fazer parte do PNLD, tem sua vida útil nas aulas previamente definida, em editais do FNDE. Entretanto, os gêneros textuais apresentados e a condução da atividade proposta pelo livro poderiam ser objeto de leitura ou trabalho em outros momentos de circulação deste livro, na escola ou fora dela, em razão da temática e das questões que suscita.

Pode-se destacar que a reflexão sobre quem somos se confunde com a história da humanidade, fermento que alimentou elaborações de filósofos em diferentes períodos. A escolha por essa reflexão, além de se conectar com anseios historicamente estabelecidos, se conecta em especial ao conflituoso período da adolescência, quando a criança passa por várias transformações e essa pergunta, “quem é você?”, é extremamente oportuna. O livro didático em destaque é destinado

para turmas do 6º ano do Fundamental e os alunos dessa etapa têm, se considerarmos a idade correspondente à série, entre 11 e 12 anos.

No livro, essa reflexão é construída e conduzida por meio de variados textos e contextualizações históricas. Pode-se destacar nos gêneros textuais utilizados a recorrente presença do objeto espelho e a representação individual e coletiva que cada um faz de si.

Destacam-se aqui duas questões propostas no livro apresentadas nas FIGURAS acima. A primeira questão é sobre a história em quadrinhos do Menino Maluquinho, de autoria de Ziraldo. A questão formulada solicita aos leitores: “2. O personagem principal dessa história vive um conflito. Qual é esse conflito?” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2018, p. 14). Nessa pergunta, o leitor precisa decodificar linguagem verbal e não verbal do quadrinho e compreender o conflito que o personagem principal vive. Essa reflexão é apresentada ao aluno com elementos visuais e textuais presentes no quadrinho de uma forma que abre à possibilidade de refletir não apenas sobre o conflito do personagem, mas sobre seus próprios conflitos.

A outra pergunta a destacar compõe a seguinte solicitação: “Reúna-se em círculo com seus colegas para conversar sobre as seguintes questões: 1. Você já ficou durante um longo tempo observando sua imagem no espelho? Em sua opinião, por que muitos jovens se preocupam em fazer isso?” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2018, p. 17). Essa pergunta aparece no livro depois das reflexões sobre os quadrinhos do Menino Maluquinho, bem como da tela com o autorretrato e de um box com informações sobre o pintor Velásquez. Enquanto a primeira pergunta aqui destacada enfatizava uma reflexão individual, a segunda explora a reflexão coletiva, com o enfrentamento da exposição aos colegas sobre seus conflitos de autoaceitação e sobre essa discussão em torno de uma questão social, pois pede a opinião em relação aos jovens. Como destacado anteriormente, um dos elementos visuais que liga essas questões no livro é a presença do espelho, que contribui com a resposta à pergunta principal do primeiro capítulo do livro utilizado aqui como exemplo: “Quem é você?”.

O exemplo, como se procurou mostrar, pode gerar reflexões para além do tempo previsto para a utilização do livro didático. Qualquer leitor, mesmo em outras faixas de idade, poderia se sentir estimulado a ler e dar suas respostas às provocações que os diferentes textos podem gerar. Análises sobre os conteúdos dos

livros de língua portuguesa – mas que também poderiam ser estendidas para outras disciplinas – foram estimuladoras da ideia de investigar as funções e caminhos que o livro didático percorre após o prazo estipulado pelo PNLD. Destaca-se que a reflexão proposta pelo livro didático de língua portuguesa vai muito além da leitura dos textos em si, mas aponta para a leitura interna (indivíduo) e externa (sociedade).

Além da abordagem interacionista bakhtiniana, é interessante dialogar, como já foi referido, com o conceito de letramento. Para Roxane Rojo:

As abordagens mais recentes dos Estudos de Letramento têm apontado para a heterogeneidade das práticas sociais de leitura, escrita e uso da língua/linguagem em geral em sociedades letradas e têm insistido no caráter sócio-cultural e situado das práticas de letramento. (ROJO, 2008, p. 582).

Letramento é um conceito que busca explicar a leitura com um propósito, não apenas como resposta em um ato mecânico e acrítico, diferentemente do conceito de alfabetização, que seria a apropriação da tecnologia da leitura e escrita (SOARES, 2009). Soares relaciona o letramento aos usos da leitura no meio sociocultural. Para a autora, essa distinção se faz necessária do ponto de vista pedagógico, para chamar a atenção das escolas sobre a necessidade de que a alfabetização não seja reduzida ao domínio do sistema de escrita alfabética, ainda frequentemente supervalorizado em detrimento de outras faces que compõem o trabalho de ensino da leitura e da escrita.

O trabalho com os livros didáticos de língua portuguesa não se limita a apenas ler; trata-se de ler, compreender, questionar e formar um conhecimento a partir desse processo de interação que coloca o livro em diálogo com o contexto em que os leitores se encontram. Ao observar as imagens dos livros didáticos que foram destacadas, identifica-se um conjunto de textos que favorece o diálogo. Dependendo do contexto de uso do livro, a provocação “Quem é você?” terá diferentes respostas.

Com base na abordagem bakhtiniana sobre o texto a partir do conceito de gênero textual relativamente estável e que se constrói de forma dialógica, e sobre o letramento como a ideia de aquisição participativa da língua, Volmer e Ramos citam Marcuschi, que elaborou uma série de critérios que deveriam ser levados em conta pelos autores dos livros didáticos de língua portuguesa:

- a) adoção do texto como unidade básica de ensino;
- b) produção linguística tomada como produção de discursos contextualizados;
- c) noção de que os textos distribuem-se num contínuo de gêneros estáveis, com características próprias e são socialmente organizados, tanto na fala quanto na escrita;
- d) atenção para a língua em uso, sem se fixar no estudo da gramática como um conjunto de regras, mas destacando a relevância da reflexão sobre a língua;
- e) atenção especial para a produção e compreensão do texto escrito e oral;
- f) explicitação da noção de linguagem adotada, com ênfase no aspecto social e histórico;
- g) clareza quanto à variedade de usos da língua e à variação lingüística. (MARCUSCHI, 2007 apud VOLMER; RAMOS, 2009, p. 08).

Como referido, os critérios elencados por Marcuschi estão alinhados à visão bakhtiniana e ao conceito de letramento. Percebe-se a importância dos textos (gêneros textuais) como unidade de trabalho nos livros, a importância da linguagem contextualizada, a valorização da língua escrita e oral, as regras gramaticais em seu uso cotidiano e os aspectos sociais e históricos de língua. Toda essa elaboração coloca a relevância na seleção do conteúdo e dos gêneros textuais que serão organizadores dos temas e assuntos nos livros de língua portuguesa.

Essas preocupações estão voltadas para, dentre outras coisas, melhorar o índice de letramento do aluno, contribuindo assim para sua inserção participativa na vida social. Segundo Soares:

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma outra condição social e cultural - não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura - sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente. (...) Enfim: a hipótese é que aprender a ler e a escrever e, além disso, fazer uso da leitura e da escrita transformam o indivíduo, levam o indivíduo a um outro estado ou condição sob vários aspectos: social, cultural, cognitivo, lingüístico, entre outros. (SOARES, 2009, p. 37-38).

Essa abordagem conceitual escolhida contribui para fortalecer as considerações feitas sobre os trabalhos de Freire (1968; 1989) e as reflexões produzidas pela obra de Jesus (1960). A partir da ação direta e crítica sobre o texto, a percepção do leitor sobre a realidade pode mudar, tornando-o um cidadão mais consciente de sua posição na sociedade e sobre as condições que a sociedade lhe oferece para viver.

Nesse sentido, considerando o livro didático de língua portuguesa como um conjunto de gêneros textuais variados que podem contribuir com o desenvolvimento de diferentes dimensões relacionadas à leitura, é difícil pensar que esse livro tenha seu prazo encerrado quando outra remessa de livros do PNLD chega à escola. A atividade “Quem é você?”, apresentada como um exemplo dos conteúdos trazidos pelos livros, pode servir a muitos públicos, de muitas idades, nos mais variados contextos. Também as imagens dos livros não encerram sua função provocadora depois de 3 ou 4 anos. Um poema pode continuar emocionando, ou levando à reflexão, mesmo que ele tenha cumprido seu prazo de utilização nas aulas de Português de um determinado ano escolar. Um texto jornalístico pode levar à reflexão sobre o assunto abordado ou à intimidade com este gênero textual específico.

Mas, para que isso aconteça, é fundamental que os livros sejam lidos.

Nesse sentido, a elaboração até aqui realizada permite afirmar que os livros de língua portuguesa podem continuar cumprindo funções importantes se sua circulação continuar acontecendo, circulação esta tanto dentro do ambiente escolar a partir de projetos de reutilização dos livros didáticos fora do prazo do PNLD, quanto fora da escola, em projetos sociais de incentivo à leitura ou na mão de usuários individuais. Para ampliar os argumentos dessa proposição, é necessário perguntar sobre os próprios livros que circulam no PNLD, procurando apontar elementos que coloquem em destaque suas características e suas possíveis qualidades, problematizando posições que se colocam de forma desfavorável aos livros didáticos. O capítulo que segue tem esta finalidade.

3 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD): QUESTÕES SOBRE DESCARTE E REAPROVEITAMENTO

Dia 1 de janeiro de 1958 ele disse-me que ia quebrar-me a cara. Mas eu lhe ensinei que *a é a* e *b é b*. Ele é de ferro e eu sou de aço. Não tenho força física, mas minhas palavras ferem mais do que espada. E as palavras são incatrisáveis. (JESUS, 1960, p. 43).

O objetivo deste capítulo é trazer elementos para situar o PNLD, historicizando seu desenvolvimento e em particular destacando aspectos normativos que podem contribuir para as análises pretendidas na dissertação, que se insere no campo da pesquisa chamado de Manualística e que, neste caso, busca compreender a presença do livro didático dentro e fora dos muros escolares, quando termina seu ciclo de uso em determinado período, seja pelo seu descarte ou pela sua reutilização.

A questão tem vínculos com estudos realizados no NPPD/UFPR, dentre outros, que apontam avanços na qualidade dos livros didáticos brasileiros, embora limites, dificuldades e problemas ainda possam ser observados (como sugerido por Garcia e Maciel, 2011). No caso dos livros de língua portuguesa, por exemplo, Cordeiro (2020) mostra como o PNLD contribuiu para a construção de uma visão hegemônica de alfabetização na perspectiva do letramento, e gradualmente marcou os livros com atividades mais significativas para o ensino e aprendizagem da língua.

Dessa forma, pode-se fazer de início uma contraposição sustentada a posições que atribuem aos livros didáticos grande parte dos problemas da educação no país. A dissertação parte da compreensão de que os livros podem ser um material de leitura e de estudo no interior das escolas, mas também pode ser um recurso a ser usado em outros espaços, após o período definido pelo PNLD para sua permanência em uso escolar. Nesse sentido é que o capítulo apontará elementos constitutivos das normatizações sobre o uso e descarte dos livros, em sua historicidade.

Também se destacarão aspectos relativos ao aperfeiçoamento de processos avaliativos dos livros didáticos, a partir da década de 1990, sem perder de vista a perspectiva crítica com relação às problemáticas que permanecem – seja quanto aos próprios livros, ou quanto aos processos de escolha e distribuição para as escolas. Finalmente, algumas pesquisas serão indicadas, por contribuírem para a

compreensão do objeto e por apontarem lacunas na temática do uso dos livros didáticos, em espaço escolar e não escolar.

3.1 DAS ORIGENS DAS POLÍTICAS DE CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO ÀS REFORMAS EDUCATIVAS DA DÉCADA DE 1990

O PNLD percorreu um longo caminho até ganhar os contornos que possui hoje. O objetivo desta seção é apontar uma parte desse caminho, principalmente olhando para a questão do reaproveitamento do mesmo exemplar do livro didático por alunos diferentes e as orientações para descarte do livro.

Oliveira e Guimarães (1984) defendem que é só a partir da consolidação de uma política oficial de incentivo à educação que o livro didático consolida seu processo de desenvolvimento (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984, p. 23). Como ponto de partida para a análise da legislação, escolheu-se o ano de 1930, com a criação do então Ministério da Educação e Saúde Pública, no período ditatorial de Getúlio Vargas, tendo como ministro Gustavo Capanema. O ministério cuidava da educação, saúde, esporte e meio ambiente. Antes da criação desse ministério, as questões relacionadas à educação eram tratadas pelo Departamento Nacional de Ensino, ligado ao Ministério da Justiça (MEC, 2020a).

Em 1938, o ministro instituiu o decreto-lei nº 1006, de 30 de dezembro, que tratava sobre o livro didático. Pelos títulos dos capítulos da lei, pode-se perceber que ela focalizava especialmente o uso desse material e uma importante ação foi a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que tinha por função analisar, aprovar ou desaprovar os livros enviados pelas editoras:

Capítulo I: Da Elaboração e Utilização do Livro Didático; Capítulo II: Da Comissão Nacional do Livro Didático; Capítulo III: Do Processo de Utilização do Livro Didático; Capítulo IV: Das Causas que Impedem a Autorização do Livro Didático; Capítulo V: Disposições Gerais e Transitórias. (BRASIL, 1938).

Com respeito à reutilização de livros didáticos, identifica-se o artigo 7º: “Um mesmo livro poderá ser adotado, em classe, durante anos sucessivos. Mas o livro adotado no início de um ano escolar não poderá ser mudado no seu decurso.” (BRASIL, 1938). Entretanto, esse artigo parece tratar de uma mesma edição de um livro, que poderá ser adotada por outra turma em ano seguinte e não

necessariamente da reutilização de um mesmo exemplar. O atendimento às crianças de classes economicamente desfavorecidas é remetido no Art. 8:

Constitue uma das principais funções das caixas escolares, a serem organizadas em todas as escolas primárias do país, com observância do disposto no art. 130 da Constituição, dar às crianças necessitadas, nessas escolas matriculadas, os livros didáticos indispensáveis ao seu estudo. (BRASIL, 1938).

A existência da “caixa escolar” e de suas funções é referida também no Art. 130 da Constituição Federal de 1937:

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. (BRASIL, 1937).

Pelo que se pode depreender, existia uma preocupação com as pessoas que não tinham recurso para adquirir os livros didáticos. Considerando-se a obrigatoriedade da escola primária, é esperado que a legislação incluía a consideração das dificuldades de aquisição dos livros. Contudo, os mais favorecidos tinham a obrigação de contribuir para a aquisição de livros didáticos aos menos favorecidos.

As editoras, então poucas e de base familiar, buscaram se organizar para atender à demanda crescente (CASSIANO, 2013). Mais crianças iam às escolas e precisavam de livros para seus estudos.

Sobre o trabalho da CNLD, a ideia era que as escolas só poderiam utilizar os livros didáticos que fossem aprovados pelo governo. Constituiu-se uma comissão de “pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral” (BRASIL, 1938) para a seleção e marcou-se para 1940 a liberação da lista de aprovados. Entretanto, a legislação não colaborava para a agilidade do trabalho e essa entrega foi adiada sucessivas vezes. Anos mais tarde as listas começaram a ser liberadas. Nesse período, a CNLD sofreu grandes alterações quanto ao número de participantes e forma de trabalho. (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984, p. 32-44).

A educação escolar foi se expandindo no país, as editoras tralhavam na ampliação de oferta dos didáticos, mas ao final a responsabilidade de aquisição cabia às famílias. O governo regulamentava os livros didáticos, as escolas usavam e

as famílias pagavam. Certamente a conta pesava para essa classe que começava a participar um pouco mais efetivamente da educação formal, os mais pobres (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984).

Mais filhos na escola, mais matérias utilizando livro didático e o descarte desse mesmo livro um ano após o uso foi inviabilizando o ensino. As famílias começaram a se incomodar, mas os ecos desse problema social só se fizeram ouvir no meio político muito tempo depois. Entre as décadas de 50 e 70, muitos foram os discursos e embates entre parlamentares e governo federal. O principal assunto era o peso que o livro didático constituía no orçamento familiar. Começaram as primeiras ideias efetivas de reutilização.

Em 1957, o projeto do deputado Aurélio Viana⁹, que propôs que o livro didático fosse reutilizado por 4 anos, foi aprovado no Congresso, mas não sancionado pelo presidente Juscelino Kubitschek (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984, p. 48). O projeto tinha sua justificativa construída em torno do problema econômico:

Além do problema dos sucessivos aumentos de mensalidades e das taxas de inscrição, dos fardamentos caros e de vários tipos, dos meios de transporte e da alimentação, é desolador e revoltante o espetáculo, que se está tornando comum, quando muitos pais – das classes obreiras ou da classe média que se proletariza – são forçados a retirar os filhos dos educandários, por não estarem em condições de comprar os livros que lhes são exigidos e que são, para agravamento da situação já tão difícil que lhes enfrentam, substituídos, anualmente, levando-os ao desespero, quando não à revolta mais justa.

O objetivo deste projeto é, portanto, claro, compreensível e aceitável. (BRASIL, 1956b, p. 01).

Segue a reprodução do Diário com a aprovação do projeto.

⁹ Apontam-se algumas inconsistências das informações a respeito desse projeto de lei. O site do Congresso Nacional informa que o projeto foi arquivado por inconstitucionalidade (Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/59505>. Acesso em: 24 fev. 2020). Entretanto, o Diário do Congresso Nacional de Novembro de 1956 apresenta o projeto como aprovado (Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/12464?sequencia=4>. Acesso em: 24 fev. 2020). Além disso, Oliveira e Guimarães (1984, p. 48) também afirmam que o projeto foi aprovado, mas não sancionado pelo Presidente da República. Além disso, Oliveira e Guimarães citam a data de 1957 e os sites anteriormente citados trazem a data de 1956. Contudo, essas inconsistências não invalidam a questão central em pauta.

FIGURA 5 – DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE NOVEMBRO DE 1956

**Projeto de Lei da Câmara
N.º 342, de 1956**

(N.º 1.069-D-1.955 na Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre o uso de conteúdos escolares, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Em nenhum estabelecimento de ensino primário, ginasial,

colegial, normal, comercial e industrial básico, poderão ser substituídos os livros didáticos adotados senão depois de, no mínimo 4 (quatro) anos consecutivos de uso, em cada série.

Parágrafo único. Dentro do prazo estabelecido neste artigo, só poderá haver substituição dos livros indicados pelos professores, caso haja substancial modificação dos programas.

Art. 2.º Os estabelecimentos de ensino referidos no artigo anterior, só poderão vender livros didáticos sem qualquer objetivo de lucro.

Parágrafo único. Os livros com preço impresso pelo editor, com aprovação da Comissão Nacional de Livro Didático poderão ser postos à venda até pelo máximo marcado.

Art. 3.º Aos infratores desta lei serão aplicadas as seguintes penas:

a) multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), aplicada solidariamente ao professor e diretor;

b) suspensão das funções de 2 (dois) a 12 (doze) meses, em caso de reincidência.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

FONTE: BRASIL (1956a).

À época, o Conselho Federal de Educação se pronunciou sobre o caso, apontando uma argumentação que posteriormente perdeu centralidade na discussão sobre um tempo de validade para os livros:

Congelar o livro didático por quatro anos, em si mesmo, seria frear uma parcela extremamente importante do progresso do ensino e condenar as crianças, pelo menos durante um período relativamente longo, a aprender conhecimentos e interpretações ultrapassadas, ou usar métodos menos ricos. (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984, p. 51).

Anos depois, durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), foi estabelecido o acordo MEC/USAID¹⁰, cooperação entre Brasil e Estados Unidos em relação à educação. O MEC, com o apoio da USAID (*United States Agency for International Development*), fez reformas educacionais em todos os níveis, principalmente no superior, que deveria formar os quadros técnicos necessários ao novo panorama econômico brasileiro (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984).

O governo estadunidense, a partir do citado acordo, enviou dinheiro à educação brasileira. Nesse contexto, muitos livros foram comprados para fortalecer ou criar bibliotecas nas escolas. Esse dinheiro também foi usado para comprar livros didáticos para crianças cujas famílias não tinham recursos. Esses livros eram enviados às secretarias estaduais que por sua vez os repassavam às escolas e às famílias necessitadas. O número de livros era ainda insuficiente frente à demanda e, assim, parte dos alunos deveria continuar comprando seus livros nas livrarias, a preço de mercado, com possibilidade de substituição a cada ano. Um discurso do Deputado Padre Nobre trata sobre essa substituição anual dos livros didáticos e aponta para a necessidade de

corrigir o abuso quase secular neste País, em que editoras vivem a lançar novos livros, novas edições, em cooperação não sei com quais professores, para que, de ano em ano, não sirvam mais os livros do ano anterior aos alunos, mas sejam substituídos. (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984, p. 55).

Com o fim do acordo MEC/USAID, o governo brasileiro ficou sem recursos para manter o programa de compra de livros da forma como estava. Na década de 1970 começou, então, um importante projeto de coedição de livros didáticos (VAHL, 2014). As editoras enviavam seus livros para seleção do governo. O governo pagava parte dos custos da produção do livro e enviava exemplares a uma pequena parcela de alunos que não tinham condições para sua aquisição. A maioria das famílias

¹⁰ O diálogo entre os órgãos começou em 1961, mas a implementação do acordo ocorreu a partir de 1964. Eles foram mais intensos entre 1964 e 1968, mas duraram até 1976. Mais informações: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm. Acesso em: 16 nov. 2019.

ainda tinha que comprar os livros nas livrarias. O mais curioso é que o selo de “coeditado pelo MEC”, em vez de diminuir o preço nas livrarias, transformou-se em selo de qualidade, aumentando o valor do livro. Oliveira e Guimarães trazem números dessa questão: “Entre 1981 e 1982 o programa de coedições do MEC possibilitou a distribuição de 10 milhões de livros didáticos. Os restantes 100 milhões foram comprados pelas famílias” (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984, p. 14).

Os mesmos autores ressaltam o papel das editoras nessas decisões, relatando a pressão que os grupos editoriais exerciam sobre o governo, garantindo melhores expectativas de venda e lucro.

A cada tentativa de avançar na questão do livro didático as editoras pressionavam. Conseguiram manter a renovação anual do livro didático, a ampliação de matérias ofertadas e a compra oficial (parcial, pois na maioria dos casos as famílias tinham que adquirir os livros). Diz um proprietário de estabelecimento de livros: “O grande problema do sebo é o encalhe. Todos os anos as editoras, a título de revisão da obra, preparam novas remessas, acrescentando um 'novo' ou um 'moderno' ao título da nova edição, fazendo com que a anterior propositadamente se desatualiza, sem nenhuma real inovação – e não seja mais adotada nos colégios”. (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984, p. 65).

Em 1985, é criado o PNLD. Com ele, foram propostas várias alterações, como:

Indicação do livro didático pelos professores; Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias; Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores. (FNDE, 2020b).

O governo assumia a compra de todos os livros didáticos necessários para o ensino de primeiro grau (correlato ao atual ensino fundamental), distribuindo-os a todos os alunos de escolas públicas, não apenas aos que não podiam pagar. “A partir do programa o governo brasileiro passou a ser o maior comprador de livros do país, o que se manteve nas décadas seguintes.” (CASSIANO, 2013, p. 23).

Pode-se aceitar que esse foi um grande passo para democratizar a educação, pois o valor da aquisição dos livros didáticos pelas famílias inviabilizava a participação dos mais pobres no ensino. Para realizar essa ação de grandes proporções, encerraram-se as compras de livros descartáveis e foi implantada a

reutilização (ou reuso) do livro em sala (CASSIANO, 2013, p. 62-63). Outra medida importante nesse período foi a participação dos professores na seleção de livros que iriam utilizar em sala de aula.

Sobre o reuso, o decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, não especifica por quanto tempo os livros deveriam ser reutilizados. Esse poderia ser um problema, mas certamente é parte do processo de consolidação de uma política duradoura sobre o livro didático, que teve (e continua tendo) alterações no decorrer dos anos.

Segundo Cassiano (2013), o PNLD de 1985 encontrou alguns problemas, de diferentes naturezas:

- a) O Logístico: dependendo da região do país, os livros chegavam muitos meses depois de começadas as aulas, ou simplesmente não chegavam.
- b) Financeiro: o programa não tinha uma regularidade de repasse de recursos, o que o deixava instável.
- c) Político-Organizacional: apesar de serem os professores os responsáveis pela seleção final dos livros, as secretarias de educação ainda tinham força para determinar quais obras seriam adquiridas.

Existia também a desorganização dos governos municipais, estaduais e federal em relação às listas de livros didáticos escolhidos, pois eram muito frequentes as queixas de escolas que receberam livros que não haviam selecionado, ou em número insuficiente (CASSIANO, 2013).

Apesar das dificuldades e limites, a criação do Programa estabeleceu a ideia de que os livros deveriam ser distribuídos a todos os alunos de escolas públicas e abriu espaço para a participação dos professores, elementos que foram mantidos ao longo das décadas seguintes.

3.2. AS REFORMAS EDUCATIVAS DA DÉCADA DE 1990, A CONSOLIDAÇÃO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO NO PNLD E O ENCERRAMENTO DO PNLD (2017)

Para se compreender a dimensão que o PNLD adquire em sua consolidação, especialmente no que se refere aos processos de avaliação dos livros didáticos, é preciso relacionar essa política com as reformas curriculares que

aconteceram no Brasil na década de 1990, conforme sugerem Chaves e Garcia (2014):

No âmbito das políticas de reestruturação do ensino é que se deve localizar também o Programa Nacional do Livro Didático que, apesar de existir com essa denominação desde 1985, ganhou outros contornos na década de 1990 quando foram implementadas ações sistemáticas de avaliação por pareceristas ligados às universidades. Esse processo gradativamente foi criando e aperfeiçoando critérios que orientam a análise dos avaliadores e, assim, determinam a inclusão dos livros nos Guias – ou sua exclusão – definindo, assim, em uma primeira fase, as possibilidades de escolha para os sistemas, escolas ou professores. (CHAVES; GARCIA, 2014, p. 338).

A partir de 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o programa ficou mais completo. Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi promulgada, currículos foram revisados e foi reformulada a avaliação dos livros didáticos por comissões técnicas. A entrega dos livros aos alunos passou a ser feita pelos correios, com maior pontualidade na entrega, os repasses financeiros para a execução segura do programa foram viabilizados e novos mecanismos que garantissem a autonomia da escolha dos livros didáticos pelos professores foram efetivados (CASSIANO, 2013).

Durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) na Presidência da República, outros passos importantes foram dados no fortalecimento do PNLD. Em 2003 o ensino médio passou a receber livros didáticos e em 2007 os estudantes do programa de educação de jovens e adultos foram também contemplados com a distribuição (CASSIANO, 2013).

Em 2012 foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do governo federal responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Essa resolução detalhou inúmeros aspectos do PNLD, estabelecendo uma garantia de acervos para as escolas de ensino fundamental e médio, que incluíam, segundo o contido no Artigo primeiro “livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários” (BRASIL, 2012).

Ainda no mesmo Artigo 1º, a legislação definia que os livros didáticos seriam seriados e consumíveis, para 1º ao 3º ano, abrangendo os componentes curriculares de Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática, além de acervos de obras literárias para alfabetização na idade certa em salas de aula de 1º ao 3º ano e acervos de obras complementares para uso corrente em salas de aula de 1º

ao 3º ano, abrangendo as diferentes áreas do conhecimento (Linguagem e Códigos, Ciências Humanas e Ciências da Natureza e Matemática). Tratava-se de um esforço concentrado de atendimento aos anos iniciais, buscando melhores condições para o ensino especialmente da leitura e escrita, considerada ainda naquela década um desafio para a educação brasileira. Para alunos de 2º ao 9º foram previstos livros didáticos seriados e reutilizáveis, abrangendo os componentes curriculares de Ciências, História e Geografia, com a possibilidade de haver um volume de âmbito regional, do 4º ou 5º ano, para cada uma das duas últimas disciplinas; livros didáticos seriados e reutilizáveis para 4º ao 9º ano, abrangendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática; livros didáticos, seriados e consumíveis, para 6º ao 9º ano, abrangendo o componente curricular de Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), além dos acervos de dicionários para uso em salas de aula de 1º ao 9º ano, com tipologia adequada para cada faixa etária (BRASIL, 2012).

Em relação ao Ensino Médio, a resolução previa livros didáticos, seriados e reutilizáveis para 1º ao 3º ano, abrangendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Biologia, Química e Física; livros didáticos, seriados e consumíveis, para 1º ao 3º ano, abrangendo o componente curricular de Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol); livros didáticos, em volumes únicos e consumíveis, abrangendo os componentes curriculares de Filosofia e Sociologia. Além disso, foram previstos acervos de dicionários para uso em salas de aula de 1º ao 3º ano, com tipologia adequada para esta etapa.

Observa-se, portanto, uma grande abrangência no atendimento aos alunos de toda a escolaridade obrigatória, e em todos os componentes curriculares. Distingue-se a predominância de livros reutilizáveis, com exceções para anos iniciais, de alfabetização, para língua estrangeira e – por outros motivos não identificados – os livros de Sociologia e Filosofia, em volumes únicos. A educação infantil também foi incluída (art. 1º Parágrafo 6º), com acervos de obras literárias e complementares para uso em sala de aula.

Segundo a Resolução, “Os livros didáticos são destinados ao uso individual de alunos e professores, e os acervos são designados como material permanente das escolas beneficiárias.” (BRASIL, 2012). Ou seja, esse material faz parte do acervo da escola e é, temporariamente, cedido aos alunos e professores. A distribuição desses livros deve ocorrer da seguinte forma:

Art. 5º O atendimento com livros didáticos para as escolas de ensino fundamental e médio ocorrerá da seguinte forma: I – escolha e distribuição trienal, de forma integral, dos livros didáticos consumíveis e reutilizáveis. II - reposição anual, de forma integral, dos livros didáticos consumíveis. III - reposição anual, de forma parcial, dos livros didáticos reutilizáveis, para substituir aqueles porventura danificados ou não devolvidos. IV - complementação anual, de forma parcial, dos livros didáticos reutilizáveis, para cobrir eventuais acréscimos de matrícula. (...) (BRASIL, 2012).

Como destacado por Cassiano (2013), o livro, temporariamente cedido aos usuários, faz parte do patrimônio da escola. Pensando dessa forma, não é difícil concluir que o armazenamento ou descarte, passado o prazo de sua utilização, pode se constituir em questão complicada para as instituições de ensino.

Buscando na legislação as soluções para o descarte, encontra-se que:

III – às secretarias de educação compete: (...) n) orientar e acompanhar o adequado descarte de livros após decorrido o prazo trienal de utilização, inclusive por meio de normas próprias (...).

§ 4º Decorrido o prazo trienal de atendimento, o bem doado remanescente passará a integrar, definitivamente, o patrimônio da entidade donatária, ficando inclusive facultado o seu descarte, observada a legislação vigente.

§ 5º Os acervos para salas de aula podem ser aproveitados depois de três anos, dependendo de seu estado físico de conservação, dado o caráter mais permanente de seus conteúdos, ou podem ser descartados nos termos do parágrafo anterior, a critério dos gestores escolares e das redes de ensino. (BRASIL, 2012).

A legislação de 2012 sobre o livro didático trata dessa forma o descarte ou o reaproveitamento dos livros didáticos depois do período de uso. Depois desse ponto, a legislação não se pronuncia com outras recomendações. Repassa a responsabilidade às secretarias estaduais de educação e escolas de sua rede, indicando que atentem para a legislação vigente local para descarte.

O parágrafo 5º (§ 5º) da citada resolução esboça uma orientação para o reuso desse material, dizendo que o acervo em bom estado físico e com conteúdo não defasado pode ser aproveitado. Pode ou deve? De que forma? Quais os incentivos do governo para as escolas que utilizarem esse material, evitando que ele vá para o lixo?

Deve-se registrar que as questões de incentivo à leitura e redução do lixo no mundo não são enfatizadas quando se trata da legislação do livro didático. A única referência encontrada está no art. 7º § 10º: “No último ano do triênio de utilização

dos livros, o FNDE deverá providenciar o desfazimento¹¹ do saldo remanescente da reserva técnica¹², priorizando a reciclagem de materiais e a responsabilidade ambiental e social.” (BRASIL, 2012).

Certamente essa é uma lacuna na legislação e que contribuiu para a formulação das perguntas orientadoras desta pesquisa: O que fazer com os milhões de livros distribuídos a cada novo ciclo do PNLD? Para onde vão? São lidos? Têm valor enquanto material de leitura em um país tão desigual e com um número tão restrito de leitores fora do ambiente escolar? Podem ser valorizados para práticas de leitura?

Mudanças no programa de livros didáticos estão em curso desde 2017, em consequência do Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017, que “Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático” (BRASIL, 2017), que manteve a mesma sigla do anterior – PNLD. Atualmente, 2020, a legislação educacional referente ao livro didático está em disputa. O governo federal se posiciona sobre o que ele considera um excesso de doutrinação nos livros didáticos, enquanto pesquisadores da área afirmam que é inconstitucional o governo definir o que vai ser publicado em um livro didático. Mais pesquisas sobre esse embate são necessárias tanto para entender a complexidade desse debate, como para se compreender até que ponto o legislado ou o informado pelo governo se transforma em prática nas escolas, ou em outros usos relativos aos livros didáticos.¹³

Certamente os processos de adequação de programas governamentais são esperados e devem ser compreendidos na relação com outras transformações sociais em curso. Deve-se atender às especificidades de cada momento e verificar se estão sendo contempladas as demandas dos diversos segmentos da sociedade, de acordo com o que diz a Constituição Federal, em particular quanto à oferta de educação de qualidade. É o que se encontra no seu Artigo 206, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) VII - garantia de padrão de qualidade.” (BRASIL, 1988).

¹¹ Desfazimento é o termo utilizado pela administração pública quando vai se desfazer de um bem público, como por exemplo, os livros didáticos.

¹² O conceito de reserva técnica diz respeito ao quantitativo de livros mantidos sob a guarda do PNLD para atender necessidades emergenciais. O conceito será detalhado em capítulo posterior, no qual foi relatado o estudo empírico realizado.

¹³ Para mais informações sobre esses embates, ler a reportagem “Quais os limites do governo para alterar livros didáticos.”, do jornal Nexa, publicada em 11 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/11/Quais-os-limites-do-governo-para-alterar-livros-did%C3%A1ticos>. Acesso em: 08 mar. 2020.

Para se alcançar essa qualidade, é imprescindível que os materiais pedagógicos, dentre eles o livro didático, sejam de qualidade e cheguem a todos em idade escolar. Mas, para além disso, é preciso estar atento às políticas de atendimento aos direitos básicos, entre os quais, nesta dissertação, foi incluída a leitura como direito incompressível, na esteira da proposta de Antonio Cândido.

Nessa questão, é necessário destacar que a cada edital que convoca as editoras a apresentarem seus livros para a avaliação por especialistas, os critérios são publicizados e orientam a elaboração de pareceres sobre cada obra didática. Os resultados de tais processos avaliativos são divulgados por meio dos Guias do Livro Didático, por disciplina escolar e por segmento atendido.

No caso particular dos livros de língua portuguesa, destaca-se que a exigência em relação à presença de diferentes gêneros textuais para leitura e desenvolvimento de atividades tem sido fortemente consensuada há mais de uma década. Entre outros aspectos, essa exigência sugere a opção por determinadas concepções de língua e de ensino de língua que, aqui, se considera adequada.

Portanto, pode-se entender que de forma geral os livros cumprem critérios razoáveis de qualidade, derivados de contribuições científicas no campo disciplinar. Nessa direção, eles podem ser considerados como materiais para uso por diferentes sujeitos, escolares ou não, como recurso para estimular práticas de leitura em um país de poucos leitores e de condições desiguais de acesso ao livro.

3.3 A QUESTÃO ECONÔMICA DOS LIVROS DIDÁTICOS

O país conta com o PNLD, um programa imenso e complexo, que distribui livros didáticos gratuitamente e que consegue atingir todo o país. Como relata Cassiano, a partir de 1985 o governo brasileiro passou a ser o maior comprador de livros do país, o que se manteve nas décadas seguintes (CASSIANO, 2013, p. 23).

Ou ainda, conforme Chaves e Garcia (2014),

Compreendido muitas vezes como o principal apoio no trabalho para muitos professores, o livro didático permanece a mais importante fonte impressa de informação utilizada no espaço escolar – “lamentavelmente” para alguns autores como Batista (1999, p. 531), e com certeza felizmente para o conjunto de editoras que vendem, anualmente, milhões de livros para o Governo Federal, no caso do Brasil. (CHAVES; GARCIA, 2014, p. 336).

Ainda de acordo com Cassiano, entre 1994 e 2005 o governo adquiriu 1.026 bilhão de livros didáticos para 30,8 milhões de alunos, em cerca de 173 mil escolas a um custo de R\$ 3,8 bilhões (CASSIANO, 2013, p. 38).

Os dados de 2019, disponibilizados no site da Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do MEC, mostra os seguintes dados:

TABELA 9 – NÚMEROS DO PNLD 2019

Ano do PNLD	Atendimento	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Exemplares	Valores (R\$)
					Aquisição
PNLD 2019	Educação Infantil	74.409	5.448.222	646.795	9.826.136,60
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	92.467	12.189.389	80.097.009	615.960.117,82
	Anos Finais do Ensino Fundamental	48.529	10.578.243	24.523.891	224.487.327,50
	Ensino Médio	20.229	6.962.045	20.842.786	252.298.330,26
	Total do PNLD 2019	147.857	35.177.899	126.110.481	1.102.571.912,18

FONTE: FNDE (2020a).

Retomando os dados apresentados por Cassiano, entre 1994 e 2005 foram contabilizados 1.026 bilhão de livros didáticos, 30,8 milhões de alunos atendidos, 173 mil escolas atendidas e R\$ 3,8 bilhões investidos. Segundo o FNDE, os números apenas de 2019 são, aproximadamente, 126 milhões de livros didáticos adquiridos, 35 milhões de alunos atendidos, 147 mil escolas atendidas a um custo de pouco mais de 1 bilhão de reais.

O objetivo do presente estudo não é traçar um comparativo entre os números desses dois períodos, mas pretende-se demonstrar o volume de livros e recursos envolvidos neste programa, que de forma geral consegue atingir todo o território nacional no período escolar e, apesar das necessárias críticas com vistas a melhorar o programa, tem cumprido sua função de fornecer um tipo de recurso que pode ser suporte ao trabalho didático nas salas de aula.

Além disso, por trás desses números existem muitos profissionais que trabalham para que o projeto funcione. No setor governamental, trabalhadores e especialistas que pensam o edital, especialistas que analisam os livros, correios que

os distribuem. Nas escolas, professores que separam um pouco do pouco tempo que têm para selecionar o livro que será referência ou base do trabalho, durante seu ciclo de vida no programa (MORAES, 2018). Nas editoras, há um conjunto de profissionais envolvidos desde a produção do livro até sua inscrição nos editais do MEC e sua divulgação junto às escolas.

Quando se fala dos números no PNLD, eles iniciam nos milhares e vão aos bilhões, em especial quanto aos livros adquiridos pelo governo ou valores recebidos pelas editoras. O programa também traz números em outra escala, quando se fala do valor pago por exemplar do livro comparativamente aos preços de mercado, ou ainda do número de editoras que participa de forma expressiva do PNLD – quantidade que foi reduzida ao longo do tempo e hoje se concentra em torno de poucos grupos editoriais.

Muitos são os trabalhos que abordam o tema dos valores e da relação entre governo ou familiares (compradores) e editoras (vendedoras). Já em 1977, Osman Lins classificava a indústria do livro didático como “poderosa e próspera” (LINS, 1977, p. 16).

Em 1983, ainda sem uma legislação sobre o reuso do livro didático, Oliveira chama a atenção para o fato de que:

A questão do custo está também associada à durabilidade do livro. Se um livro for ser usado 2 ou 3 anos, seu custo também pode ser dividido por 2 ou 3, diminuindo, dessa forma, os recursos financeiros mobilizados pelas famílias, pelas escolas ou pelo governo. (OLIVEIRA, 1983, p. 27).

Sobre o valor pago em cada livro: “dados da Abrelivros [Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares] em 1996 o livro didático era vendido ao MEC por R\$ 3,00 e nas livrarias por R\$ 15,00.” (MUNAKATA, 1997, p. 70). Já Cassiano, em 2013, diz que “O valor médio por livro é de R\$ 2,59 [para o governo].” (CASSIANO, p. 39, 2013).

Dados atuais, do FNDE, apontam para uma variação para os valores dos livros individuais, como se observa na tabela que segue, extraída do site do órgão:

TABELA 10 – VALORES DE AQUISIÇÃO - PNLD 2020

EDITORA	TIRAGEM ANOS INICIAIS	TIRAGEM ANOS FINAIS	ENSINO MÉDIO	TITAGEM TOTAL	TOTAL DE TITULOS ADQUIRIDO	TIRAGEM MÉDIA	R\$ / MÉDIA POR EXEMPLAR
AUTENTICA EDITORA LTDA	7.900	0	150.258	158.158	2	52.719	R\$ 22,76
BASE EDITORIAL LTDA	0	0	26.690	26.690	9	969	R\$ 60,93
BERLENDIS EDITORES LTDA	0	0	64.310	64.310	1	21.437	R\$ 14,13
DANIELLA ALMEIDA BARROSO	438	0	0	438	2	73	R\$ 40,38
EDICOES SMLTDA.	6.854.128	5.403.086	1.927.565	14.184.779	80	86.002	R\$ 8,77
EDITORA AJS LTDA.	1.038.852	0	267.369	1.306.221	16	49.482	R\$ 14,13
EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.	15.785	0	285.033	300.818	11	13.188	R\$ 22,69
EDITORA ATICA S.A.	16.557.554	12.288.220	3.340.110	32.185.884	79	238.051	R\$ 10,62
EDITORA DIMENSAO EIRELI	286.299	0	0	286.299	15	6.362	R\$ 26,51
EDITORA DO BRASIL SA	3.996.965	4.525.171	504.988	9.027.124	64	64.212	R\$ 10,01
EDITORA FTD S.A	9.464.724	18.222.978	2.513.647	30.201.349	90	153.123	R\$ 10,26
EDITORA MODERNA LTDA	24.521.905	23.095.911	4.295.173	51.912.989	133	186.291	R\$ 7,30
EDITORA SCIPIONE S.A.	1.736.275	1.951.609	1.872.363	5.560.247	30	107.298	R\$ 10,75
FBF CULTURAL LTDA	2.150.096	0	0	2.150.096	5	143.340	R\$ 3,29
IBEP - INSTITUTO BRASILEIRO DE EDICOES	323.858	3.810.801	222.617	4.357.276	14	108.738	R\$ 20,96
IMPERIAL NOVO MILENIO GRAFICA E EDITORA LTDA	0	0	329.305	329.305	1	109.768	R\$ 13,09
KIT'S EDITORA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	64.476	0	0	64.476	5	4.298	R\$ 22,88
MVC EDITORA LTDA	0	0	1.189.778	1.189.778	22	18.027	R\$ 18,39
PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA -	0	0	23.020	23.020	3	2.558	R\$ 44,55
QUINTETO EDITORIAL LTDA	0	1.636.830	359.591	1.996.421	9	47.419	R\$ 14,78
RICHMOND EDUCACAO LTDA.	0	3.038.558	297.398	3.335.956	6	58.724	R\$ 10,40
SARAIVA EDUCACAO S.A.	3.445.798	6.525.992	2.529.273	12.501.063	56	101.763	R\$ 9,54
TERRA SUL EDITORA EIRELI	165.355	29.165	0	194.520	12	14.315	R\$ 32,53
ZAPT EDITORA LTDA	1.214.714	0	0	1.214.714	10	40.490	R\$ 6,97
TOTAL	71.845.122	80.528.321	20.198.488	172.571.931	675	2.342.459	

FONTE: FNDE (2020a).

Na página do MEC, uma notícia informa que:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) encerrou nesta quarta-feira, 17, a negociação para a compra de 162,4 milhões de livros didáticos, a serem utilizados por alunos da rede pública a partir do ano que vem. Cada exemplar para o ensino médio custará, em média, R\$ 7,80 e, para o ensino fundamental, R\$ 5,45. O investimento total do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a aquisição das obras de 24 editoras ficará em R\$ 1,1 bilhão. (MEC, 2020b).

Apesar de algumas divergências, e levando em conta que a grande maioria é de livros não consumíveis, ou seja, livros que serão utilizados por 3 ou 4 anos em seu ciclo normal, o valor de cada livro não é muito alto. Entretanto, as editoras ganham na quantidade vendida. Para se obter lucro com a venda de livros didáticos, é preciso que se venda muito. Além da quantidade, outro dado importante é que parte do pagamento às editoras é feito antecipadamente. Esse valor repassado pelo Estado facilita que a engrenagem das editoras ande (CASSIANO, 2013).

Essa política de preço baixo e grandes compras administrada pelo governo, embora importante, favorece a concentração do mercado por poucos grupos. Poucas são as editoras que têm a estrutura para atender à demanda e manter uma grande equipe, que inclui:

Editor, Consultor técnico (ou didático), Tradutor, Coordenador de edição, Assistente editorial, Editor de texto, Redator, Preparador de texto, Pesquisador iconográfico, Revisor, Editor de arte, Coordenador gráfico,

Diagramador, Arte-finalista, Ilustrador, Fotógrafo, Digitador, Capista etc. (DUARTE, 1993, apud MUNAKATA, 1997, p. 94).

Além disso, poucas são as editoras que conseguem assumir os custos de um livro que pode não ser aceito no PNLD.

A política do livro didático, que fornece material didático a milhões de estudantes, favorece, no máximo, dezenas de editoras.

Embora nossos estudos não sejam conclusivos a respeito do papel da política governamental para a conformação empresarial do setor de livro didático, vem se notando, com muita clareza, uma nítida tendência oligopolística, com cerca de cinco editoras concentrando mais da metade do mercado, inclusive o mercado de encomendas viabilizado pelo poder público. (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984, p. 15).

Ainda sobre a concentração do mercado, em 1997 Munakata dizia:

o alto grau de concentração do setor editorial: de um total de cerca de três mil editoras em todo o país, segundo as estimativas da Fundação Biblioteca Nacional (1994), apenas dez editoras, a grande maioria sediada em São Paulo, responsabilizam-se por quase 80% de toda a produção de livros didáticos e paradidáticos aqui considerada. (MUNAKATA, 1997, p. 108).

Em reportagem da Revista Carta Capital lê-se:

Em 1998 o número [de participantes do PNLD] caiu para 25. Em 2006, apenas 12 editoras fizeram parte do programa. “Sempre houve concentração. A diferença agora é que as editoras pequenas desapareceram”, pontua Célia Cassiano. (SOUZA, 2007, p. 25).

Em 2013 a tendência de concentração das editoras que Oliveira e Guimarães previram em 1984 se confirmou. Para reforçar, cito Cassiano:

De 1985 até o início do século XXI, o mercado editorial escolar do Brasil foi substancialmente alterado: passou da concentração das editoras familiares para o oligopólio dos grandes grupos empresariais. (CASSIANO, 2013, p. 23).

Nesse período [1985 a 1991], o fornecimento de 84% dos livros foi feito por apenas sete editoras: Ática, Brasil, FTD, IBEP, Nacional, Saraiva e Scipione, sobrando os 16% restantes às outras 57 editoras participantes do processo. (CASSIANO, 2013, p. 72).

Um programa gigante e com garantia de recursos. Por muito tempo foi um mercado em disputa, mas há evidências nos trabalhos e nas listas disponibilizadas

pelo PNLD que agora as grandes editoras se consolidaram na posição de vendedoras privilegiadas de livros didáticos ao governo.

3.4 DESCARTE E REUTILIZAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS

No processo de compreender o assunto dos livros didáticos, é imprescindível localizar trabalhos científicos que já abordaram o tema e que possam trazer referências e apontar lacunas que possam ser motivadoras de novas pesquisas. É na busca coletiva que o conhecimento é construído e a ciência avança.

Nesse sentido, a presente seção tem como objetivo selecionar e apresentar trabalhos que abordem a questão do livro didático, em especial sobre circulação, descarte e reutilização. A seção será dividida em três partes. A primeira vai abordar os trabalhos realizados no âmbito do Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas (NPPD) da UFPR, espaço no qual se insere a produção da dissertação. Será dado destaque aos trabalhos que incluíram questões relacionadas à circulação do livro didático, embora se tenha observado que há uma lacuna no tratamento da questão do descarte e reutilização de livros didáticos após o prazo estipulado pelo PNLD.

A segunda parte da seção apresenta trabalhos nacionais que abordam, ao menos de forma indireta, a questão do reaproveitamento de livros didáticos após o prazo de utilização. É importante destacar que os trabalhos localizados trazem perspectivas que auxiliam a problematizar a circulação dos livros após o período previsto nas normas, como a logística dos correios, ou a questão do livro enquanto poluente ambiental em potencial. A terceira parte da seção destaca dois exemplos da abordagem jornalística sobre a questão dos livros didáticos, os quais, apesar de trazerem reflexões importantes, muitas vezes pecam pelo tom sensacionalista, evidenciando uma visão simplista para um problema complexo.

3.4.1 Pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas da UFPR

O Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas (NPPD) da UFPR reúne pesquisadores de vários campos disciplinares, oferecendo formação em diferentes níveis, da graduação ao pós-doutorado, estruturando o trabalho

com o compromisso de buscar, em suas ações, a materialização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entendidas como funções da Universidade Pública. Isto significa que a pesquisa é entendida em sua articulação imprescindível com a vida social, particularmente neste caso com os interesses e necessidades da escola pública brasileira na contemporaneidade. (NPPD, 2020).

Para a seleção das pesquisas a serem apresentadas, buscou-se trabalhos que tratassem da circulação do livro didático em espaços escolares, para verificar a presença da questão do reaproveitamento e descarte dos livros didáticos, apresentando outras formas de utilização desses livros – um dos objetivos da presente dissertação. A revisão bibliográfica realizada evidenciou que embora os trabalhos abordem a circulação e usos do livro didático, o foco não foram os livros que encerraram seu prazo de utilização e sim os que estavam em vigência.

A leitura dos trabalhos contribuiu com a elaboração da dissertação por outras vias, como se procura ressaltar a seguir, identificando elementos que colaboraram para a construção teórica da pesquisa. O primeiro trabalho, intitulado “Avaliação de livros de História por alunos do ensino médio”, teve como objetivo “conhecer o ponto de vista de alunos de ensino médio de uma escola do campo a respeito do livro didático de História.” (CHAVES; GARCIA, 2014, p. 339). Os autores apresentam resultados da pesquisa realizada em escola pública da região metropolitana de Curitiba sobre os livros didáticos de história aprovados pelo PNLD 2012 para o Ensino Médio.

Foram aplicados instrumentos de pesquisa com questões relacionadas ao conhecimento da disciplina História, assim como questões específicas sobre os livros didáticos. Além dos questionários, os pesquisadores aplicaram uma atividade de análise dos livros pelos estudantes, semelhante à ação realizada pelos professores quando escolhem os livros dentre as opções aprovadas pelo PNLD.

Os autores concluíram que “(...) de maneira geral, os jovens colaboradores da pesquisa são capazes de identificar elementos positivos e negativos de um livro didático, usando critérios que, em parte, estão em correspondência com a literatura acadêmica e com os critérios do PNLD.” (CHAVES; GARCIA, 2014, p. 339). O artigo se insere entre as pesquisas que buscam conhecer a realidade do uso e a percepção dos usuários finais – no caso, os alunos – sobre os livros didáticos no âmbito do PNLD.

O segundo trabalho que se apresenta é a tese de doutorado da pesquisadora Rosane de Fátima Batista Teixeira chamada “As práticas cotidianas de alfabetização e o livro didático: um estudo etnográfico” (TEIXEIRA, 2014). A pesquisa também é de cunho etnográfico, contribuindo para aumentar o número de pesquisas que se dedicam a verificar na vida escola e nas aulas as relações entre professores, alunos e livros didáticos de alfabetização.

Nas palavras da autora:

A discussão perante os conceitos de alfabetização e mais atualmente de letramento, trouxe mudanças nos eixos estruturantes do ensino inicial da leitura e da escrita que podem ser percebidos nas propostas curriculares, no Guia do Programa, nos demais materiais norteadores do ensino organizados pelo Ministério da Educação e conseqüentemente nos livros de alfabetização. Nesta pesquisa pretende-se compreender tanto a nova organização didática dos livros como as práticas deles decorrentes em sala de aula. (TEIXEIRA, 2014, p. 15).

Para compreender essas complexas relações entre o uso cotidiano dos livros didáticos em sala de aula e o tema da alfabetização, Teixeira utilizou como metodologia “observação participante, a entrevista e a análise documental” (TEIXEIRA, 2014, p. 15). A pesquisadora analisou relações entre as normatizações legais referentes ao PNLD e o cotidiano escolar. Como se sabe, o trabalho escolar é múltiplo e complexo e a pesquisadora buscou compreender como a escola, em seu cotidiano, estrutura suas ações para articular e considerar as orientações legais de seleção de livros didáticos com as muitas tarefas escolares. A autora conclui que a relação não é passiva e que a escola precisa se adequar para dar conta das obrigações, gerando tensões e demandando soluções locais para cumprir as obrigações legais.

Outro trabalho que contribui para compreender formas de uso do livro didático é a tese de doutorado da pesquisadora Edilaine Aparecida Vieira (2018), intitulada “Jovens, escolarização e livros didáticos: estudo etnográfico em uma escola de assentamento (SC).” Trata-se de pesquisa etnográfica e foi realizada em uma escola pública que se insere dentro da categoria de Escola do Campo (VIEIRA, 2018) e se situa em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Santa Catarina.

A problemática central nesta tese envolve de maneira particular as relações que os jovens de ensino médio estabelecem com a escola do campo e com

suas dinâmicas, em particular as que se organizam em torno dos livros didáticos, nesta situação específica, ou seja, uma escola localizada em assentamento. A intenção que dirigiu a pesquisa, desde seu início, foi compreender as relações que podem ser estabelecidas quando se relaciona a necessidade de atender as demandas por especificidades, conforme entendimento quanto à Educação do Campo com a problemática da produção de livros específicos para alunos do campo, neste momento já materializada em ações para o ensino fundamental, nos anos iniciais. (VIEIRA, 2018, p. 25).

Vieira buscou compreender as relações culturais entre os jovens estudantes da escola analisada com suas especificidades – Escola do Campo dentro de um assentamento do MST – e os livros didáticos. As questões de pesquisa foram geradas pela existência de livros didáticos específicos para escolas do campo, provocando o debate sobre essa possibilidade. Em especial, buscou conhecer o ponto de vista dos jovens sobre a adequação de propostas que defendem que os livros devem ser diferentes para alunos de escolas urbanas e escolas do campo.

Como metodologia, a autora optou pela “produção de conhecimento ao modo etnográfico, de forma lenta e gradual, observando, conversando, propondo instrumentos específicos para levantar informações, fazendo entrevistas, rodas de conversa e realizando análise documental.” (VIEIRA, 2018, p. 29). Os resultados, segundo a autora – e trazidos aqui de forma sintética – sinalizam para uma vontade dos jovens de assumir um maior protagonismo, tanto em relação às aulas, projetos e conteúdos trabalhados na escola quanto à proposição de livros diferenciados, pois os jovens questionam a necessidade de um livro didático específico para as escolas do campo. Segundo eles, seria mais interessante um livro mais aberto e plural e que fosse distribuído a todos os estudantes, do campo ou não.

Finalizando, destaca-se a tese de Haudrey Fernanda Bronner Foltran (2020) Cordeiro intitulada “A Perspectiva do Alfabetizar Letrando nos Livros Didáticos de Alfabetização do Programa Nacional do Livro Didático (1996-2019): Relações Entre as Culturas Político-Institucional e Acadêmica”, defendida em 2020. Cordeiro tem como objetivo responder a pergunta: “De que forma os livros didáticos de alfabetização oferecidos às escolas públicas nas três últimas edições do PNLD incorporaram a proposta de alfabetizar letrando?” (CORDEIRO, 2020, p. 36).

A tese de Cordeiro se situa entre os trabalhos que investigam o conceito de letramento no âmbito dos livros didáticos aprovados pelo PNLD para a utilização em sala de aula. A autora, além de estabelecer uma importante discussão teórica, analisa e apresenta exemplos de atividades em livros didáticos de alfabetização que

hora trazem uma perspectiva mais reflexiva sobre a língua, hora um viés mais instrumental, de memorização de conceitos.

Com apoio em Escolano (2006), Cordeiro constata que a dimensão da cultura acadêmica científica produziu, de forma gradual, uma valorização do conceito de letramento nos livros de alfabetização dos anos iniciais. Pesquisadores de grupos ligados a Magda Soares atuaram na produção de editais e na avaliação dos livros, o que demandou de autores e editores a aproximação – ainda que parcial ou gradualmente – com uma concepção específica de ensino de leitura e de escrita.

Mesmo os trabalhos acima se inscrevendo na perspectiva dos usos do livro didático nos espaços escolares, não abordaram a temática da circulação, descarte e reaproveitamento de livros didáticos após o prazo estipulado pelo PNLD. Cada trabalho tem seu foco e a produção articulada em um núcleo de pesquisa, como o NPPD, se mostra fundamental para sustentar e abrir novas opções para a construção de um objeto de pesquisa que tematize os livros didáticos, em seus diferentes elementos e ângulos.

A circulação, descarte e reaproveitamento de livros didáticos é um desses olhares que, se por um lado apresenta baixa produção científica, por outro, mostra grande potencial para novas investigações.

3.4.2 Pesquisas sobre circulação, descarte e reutilização de livros didáticos

Como se apontou, apesar da diversidade de trabalhos que investigam o livro didático, os trabalhos publicados são escassos quando o assunto são os caminhos do livro didático após o prazo do PNLD. Na presente seção, apresentam-se quatro trabalhos que abordam o assunto do descarte ou reaproveitamento do livro didático.

A busca foi realizada na plataforma Google Acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chave: descarte de livros didáticos, reaproveitamento de livros didáticos, desfazimento de livros didáticos, descarte de material escolar, reaproveitamento de material escolar, PNLD. A pesquisa foi realizada entre janeiro e abril de 2020.

A maioria dos trabalhos não abordava a questão do reaproveitamento de livros didáticos nem tangencialmente, o que confirmou as avaliações preliminares quanto à escassez de pesquisas sobre o tema aqui abordado. Assim, seguem-se as

considerações sobre os trabalhos que tratam, ao menos em parte, das questões relativas à circulação, reaproveitamento e descarte de livros didáticos.

O primeiro dos trabalhos é de 1998 e tem como autores: Luiz Carlos Peres e Maria Inês da Silveira, ambos identificados como biblioteconomistas. O título do trabalho é “Seleção, aquisição e descarte de materiais de informação para bibliotecas escolares: uma sugestão coerente com a atual realidade escolar”, publicado pela revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina. O trabalho tem como objetivo:

servir como uma fonte a mais de consulta para elaboração de manuais de política de seleção, aquisição e descarte de materiais de informação de biblioteca escolar, considerando a realidade das escolas catarinenses em geral, bem como os materiais que freqüentemente formam seus acervos. (PERES; SILVEIRA, 1998, p. 125).

O texto defende a biblioteca como um espaço integrado ao espaço escolar, não como um espaço independente ou como depósito de livros, mas como parte integrante do projeto educacional escolar. Dessa forma, os autores defendem o planejamento do acervo da biblioteca como responsabilidade tanto do bibliotecário quanto de “comissão formada por representantes do corpo docente, supervisão escolar e direção da escola.” (PERES; SILVEIRA, 1998, p. 125).

O artigo defende uma estruturação adequada da Política de Seleção de Materiais de Informação para a biblioteca, que inclui desde a aquisição (ou recebimento) de materiais, quanto sua seleção para descarte. O texto lista alguns itens que fazem parte do acervo da biblioteca e são passíveis de descarte e dentre eles, cita “Didáticos e paradidáticos: incluem livros adotados para o ensino e desenvolvimento do currículo escolar exigido” (PERES; SILVEIRA, 1998, p. 128).

Sobre descarte, o texto traz alguns critérios que devem ser adotados:

A biblioteca deverá substituir ou mesmo descartar materiais de informação quando estes se encontrarem nas seguintes condições:

- Materiais desatualizados;
- Materiais não utilizados;
- Materiais não relevantes aos cursos oferecidos ou objetivos da escola;
- Condições físicas precárias. (PERES; SILVEIRA, 1998, p. 130).

Os critérios acima, ao que parece, podem ser aplicados aos livros didáticos que fizerem parte da biblioteca escolar. Entretanto, o artigo não apresenta descrições sobre como esse material é efetivamente descartado ou se as bibliotecas

da região adotam outras formas de uso para os livros didáticos descartados. Essa lacuna poderia ser preenchida por trabalhos que propusessem seguir os rastros desse material descartado pelas bibliotecas, o que poderia revelar outras formas de utilização do livro, mostrando como outros leitores, que não os estudantes tradicionais, usam os livros.

Outro ponto interessante que o artigo apresenta é a possibilidade de pesquisa dos documentos das bibliotecas escolares sobre seleção e descarte de seu material, denominado Política de Seleção de Materiais de Informação para a Biblioteca. A comparação entre o planejado no documento e os caminhos reais que os livros didáticos assumem após o prazo estipulado pelo PNLD poderia mostrar usos além dos previstos.

O segundo trabalho localizado é uma monografia de conclusão de curso de Bacharelado em Administração, da Universidade de Brasília (UNB), do ano de 2011, de autoria de Gabriela Brito de Araújo, cujo título é “Processo Logístico de Distribuição dos Livros Didáticos no Brasil”. O trabalho faz uma investigação sobre como funciona a distribuição dos livros didáticos no âmbito do PNLD, da escolha pelos professores à entrega pelos correios. Tem por objetivo “analisar o processo logístico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola para realizar a distribuição dos livros didáticos em todo Brasil, através do Programa Nacional do Livro Didático.” (ARAÚJO, 2011, p. 04).

A monografia contribui para se compreender a complexidade do processo logístico dos livros didáticos, quando destaca que:

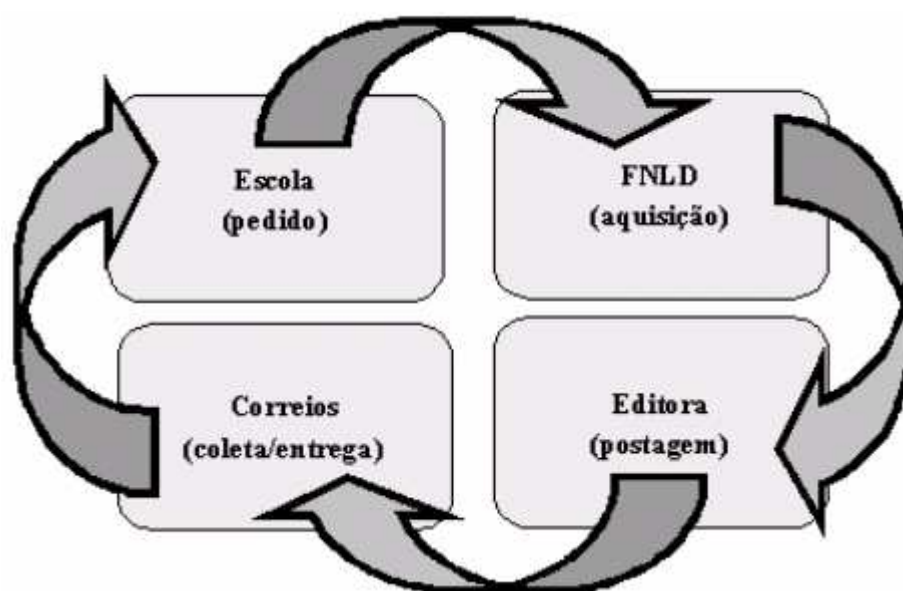
Toda a operação consiste na entrega de mais de cento e cinquenta milhões de livros didáticos rigorosamente avaliados pelo Ministério da Educação em parceria com as Universidades Federais. Esse quantitativo equivale à metade de toda produção gráfica do Brasil. A operação é desempenhada pelo FNDE em conjunto com a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e a distribuição de mais de quinze toneladas de material é realizada em apenas cinco meses e incluiu milhares de viagens de carreta, barco e até carroça. (ARAÚJO, 2011, p. 07-08).

A autora diz que a logística do livro didático se inicia na seleção dos livros pelos professores e registro no sistema; logo após, o FNDE faz a negociação com todas as editoras de uma vez em uma reunião anual em Brasília; depois disso as editoras produzem os livros e mantêm um posto avançado dos correios dentro de suas gráficas, com o material organizado por escola e disposto em paletes; e ao

final, a retirada nas editoras e entrega nas escolas pelos correios. Os correios enviam primeiramente o material para postos regionais de distribuição, depois os livros são enviados às escolas (ARAÚJO, 2011).

A monografia apresenta um infográfico para ilustrar esse processo, reproduzido a seguir:

FIGURA 6 – FLUXO DA OPERAÇÃO REALIZADA NA DISTRIBUIÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS



FONTE: RODRIGUES (2005, p. 09) apud ARAÚJO (2011, p. 29).

A autora levanta dois principais problemas no processo logístico da entrega dos livros didáticos. O primeiro, o da roteirização, que é “a determinação do esquema de prioridades de entrega em função de rotas predeterminadas” (ARAÚJO, 2011, p. 16). Tendo em vista as dimensões do país e a necessidade da entrega dos livros didáticos antes do início do ano letivo, definir as melhores rotas e os meios de transporte adequados é um desafio muito grande para os correios, que todos os anos precisam alugar carretas privadas para a entrega, pois seus veículos próprios não dão conta da operação.

O segundo problema é o do não retorno dos paletes usados pelas editoras para estocar o material em suas gráficas. Como dito antes, os livros são organizados em paletes para que os correios peguem com a empilhadeira e coloquem nos caminhões com maior facilidade. Entretanto, os paletes não voltam e, segundo Araújo, a produção nacional de paletes não dá conta da demanda das editoras, o

que contribui com atrasos nas entregas. A autora defende a logística reversa como forma de reduzir custos e atrasos no processo logístico.

Segundo Rogers e Tibben-Lembke (1998), logística reversa é o processo de planejamento, implementação e controle da eficiência e custo efetivo do fluxo de matérias-primas, estoques em processo, produtos acabados e as informações correspondentes do ponto de consumo para o ponto de origem, com o propósito de recapturar o valor ou destinar à apropriada disposição. (ARAÚJO, 2011, p. 15).

A questão da logística reversa talvez pudesse ser pensada não apenas para os paletes, mas também para os livros didáticos que já não estão sendo usados, seja para envio para uso de terceiros, seja para reaproveitamento do papel pelas editoras.

Araújo construiu um fluxograma detalhando todo o processo de entrega dos livros didáticos.

Trabalhos como esse são fundamentais para que se compreenda o quão complexo é o processo de entrega dos livros. Deve-se lembrar que todo esse processo é realizado a cada ano para atender os diferentes níveis escolares, e o livro didático é utilizado na escola por 3 a 4 anos, um período que parece muito curto diante da complexidade do processo logístico de distribuição nacional dos livros didáticos.

Um último ponto a destacar no trabalho de Araújo diz respeito a sua afirmação de que muitas escolas reclamam ao FNDE, uma vez que os livros entregues/recebidos não foram os livros solicitados pelos professores. De acordo com a pesquisa de Araújo, o FNDE informou que

98% dos casos está relacionado com a fase de escolha dos livros pela escola, no início do processo e não com a distribuição propriamente dita. Os diretores, ao fazerem a escolha pela internet, não têm orientação necessária ou então a devida atenção para preencher todos os campos obrigatórios de maneira correta. Assim, quando o livro chega na escola, os professores percebem que não são os livros solicitados e entram em contato com o FNDE. Porém, o órgão tem como provar, através de documentos via online, que aqueles livros foram sim os escolhidos e que se houve erro, foi por parte da escola. (ARAÚJO, 2011, p. 39).

O problema da entrega em desacordo com o solicitado pelos professores é recorrente. Entretanto, segundo o governo, a falha é das escolas e não do processo de entrega. O FNDE informou, de acordo com Araújo, que faz treinamentos regulares com as direções escolares para minimizar esse problema. Contudo, é preciso chamar atenção para o fato de que essa questão deve ser tratada também por outros ângulos, entre os quais o fato de que obras com baixa escolha, às vezes, não são negociadas com o FNDE por desinteresse das editoras, considerando-se que uma baixa tiragem, nos valores pagos, não traz o lucro desejado.

Estas questões guardam relação estreita com alguns problemas apontados em outras pesquisas para o não uso dos livros, o que pode gerar um acervo que se acumula nas escolas, falta de espaço para a guarda desse patrimônio e, em consequência, tomadas de decisão sobre o descarte que nem sempre obedecem às recomendações legais.

O terceiro trabalho localizado que trata da questão da reutilização e descarte de livros didáticos é de 2017 e é intitulado “Práticas de Seleção, Aquisição e Descarte do Livro Didático em Escolas Públicas”, de autoria de Daniele Feldman, doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação da

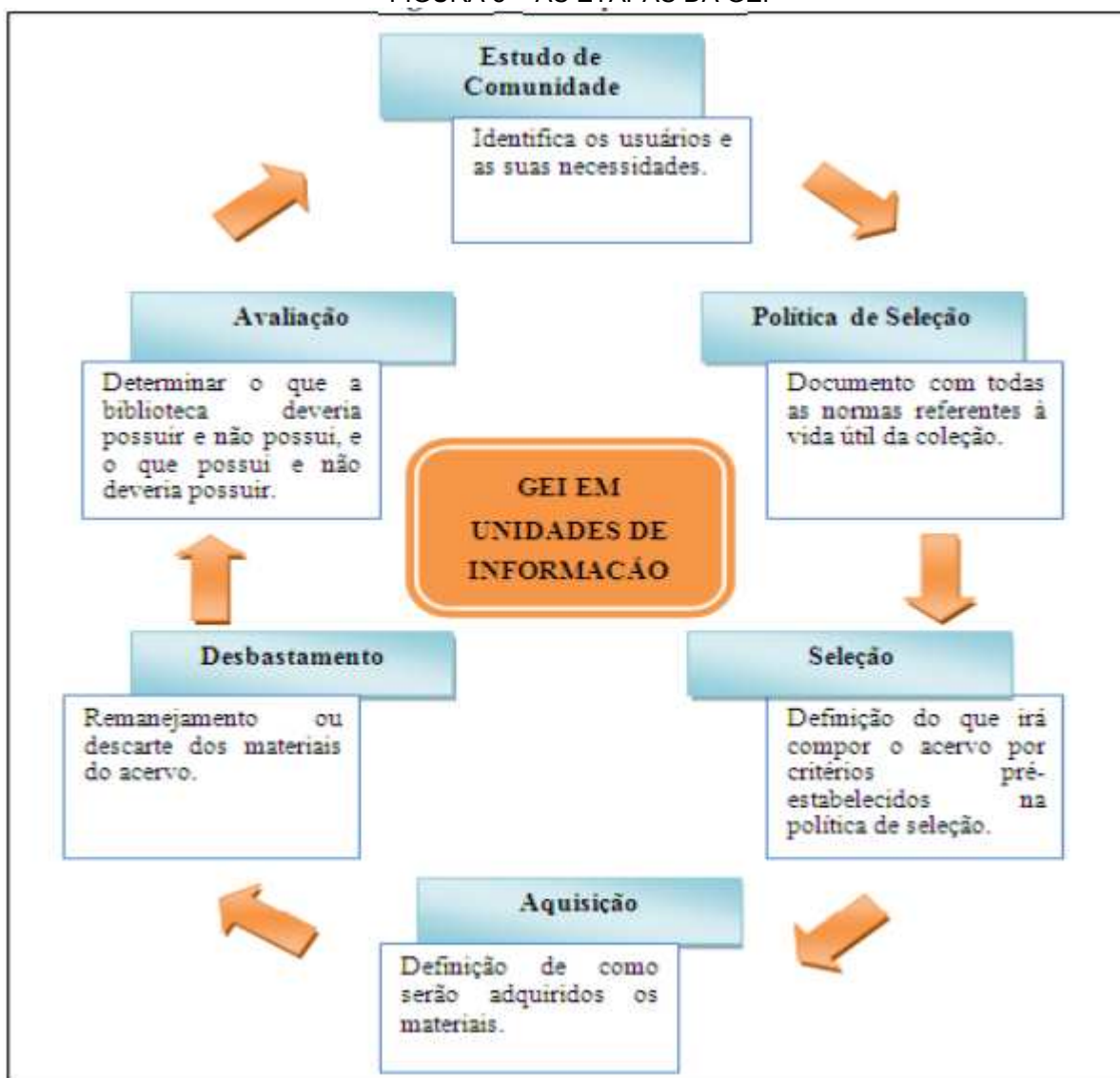
Universidade Federal de Santa Catarina (PGIN/UFSC); e Gisela Eggert-Steindel, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

As autoras realizaram pesquisa em biblioteca de uma escola de educação básica de Florianópolis a fim de “conhecer as diretrizes do PNLD e verificar as práticas de seleção, aquisição e descarte adotadas pela instituição escolar quanto ao LD disponibilizado pelo PNLD.” (FELDMAN; EGGERT-STEINDEL, 2017, p. 50). Portanto, o artigo das autoras toca diretamente na questão que interessa à presente dissertação, o descarte de livros didáticos por escolas públicas. Segundo elas,

Este estudo demonstrou que as diretrizes do PNLD são adotadas pela instituição escolar em estudo, porém que nessa instituição escolar a seleção, a aquisição e o descarte dos LD disponibilizados pelo PNLD são diferentes dos parâmetros teóricos do campo da Biblioteconomia. (FELDMAN; EGGERT-STEINDEL, 2017, p. 50).

Segundo as autoras, as bibliotecas escolares devem definir um documento intitulado Gestão de Estoques de Informação (GEI), que é um plano de ação organizado e dinâmico, que visa manter um estoque de qualidade e de acordo com o público usuário. As autoras explicam que a GEI tem seis etapas: “estudo de comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação” (FELDMAN; EGGERT-STEINDEL, 2017, p. 52-53). As autoras criaram um organograma da GEI.

FIGURA 8 – AS ETAPAS DA GEI



FONTE: FELDMAN; EGGERT-STEINDEL (2017, p. 54).

Na busca de estabelecer alguma conexão com o descarte de livros didáticos, destacam-se duas etapas da GEI. Na segunda etapa do processo, a “política de seleção”, o bibliotecário, segundo as autoras, deve ter olhar estratégico para o acervo e, levando em conta o público usuário, pensar em quanto tempo cada material deve permanecer no acervo, para que a biblioteca se mantenha funcional. A quinta etapa desse processo é o “desbastamento”, que é a alocação ou descarte de materiais que não sejam mais interessantes para a biblioteca. As duas etapas aqui mencionadas se articulam uma vez que a “política de seleção” ocorre antes de se adquirir o material e o “desbastamento” ocorre após o material já fazer parte do acervo, com a decisão se ele deve ou não continuar na biblioteca.

Se pensarmos essas duas etapas da GEI em relação aos livros do PNLD, vemos que existe um problema. É que o PNLD tem regras próprias de envio do material, não sendo possível ao bibliotecário fazer a análise que o campo da biblioteconomia orienta. Em relação ao “desbastamento”, como já vimos, após o prazo de uso em sala de aula estipulado pelo PNLD, o acervo faz parte do patrimônio da escola, mas ela pode se desfazer dos livros, levando em conta a legislação local. Como a pesquisa de Feldman e Eggert-Steinde é sobre uma escola pública de Florianópolis, elas afirmam que o município tem um documento específico tratando do desfazimento dos livros didáticos,

a Portaria nº 018, de 23 de julho de 2012, da Secretaria de Educação do município de Florianópolis, regulamenta o descarte dos LD disponibilizados pelo PNLD. O Artigo 6º desta Portaria intensifica que após o período de 3 anos, isto é, o período vigente do programa, os LD devem ser doados aos alunos no final do terceiro ano, às bibliotecas públicas e comunitárias ou às instituições de caridade ou filantrópicas. Além disso, Artigo 7º da mesma Portaria retifica que os LD considerados irrecuperáveis ou ociosos deverão ser descartados mediante assinatura e preenchimento de termo específico. (FELDMAN; EGGERT-STEINDEL, 2017, p. 57).

Nesse sentido, o bibliotecário da escola também não tem total liberdade para resolver questões relativas ao acervo de livros didáticos, ficando a organização da GEI subordinada à legislação federal e local.

Ainda sobre a legislação referente ao descarte de livros didáticos de Florianópolis, é interessante verificar como ela inclui uma orientação explícita de doação do acervo a instituições de caridade, para que o livro continue cumprindo sua função educacional, ou outras funções que somente pesquisas de campo poderiam verificar. Entretanto, a legislação, aparentemente, não define como a escola deve proceder, se a escola recebe algum incentivo por dar destinação aos livros diferente de seu encaminhamento como lixo. Uma legislação sobre o descarte de livros fora do prazo estipulado pelo PNLD poderia realizar esforços para que os livros pudessem continuar circulando.

As autoras realizaram entrevista semiestruturada com a pessoa responsável pela biblioteca escolar. As perguntas pré-elaboradas foram: “(1) Como são definidos os critérios para a seleção dos LD? (2) Quais os profissionais envolvidos no processo de escolha dos LD? (3) Como é realizada a aquisição dos LD? (4) Como é realizado o descarte dos LD?” (FELDMAN; EGGERT-STEINDEL, 2017, p. 55). Focalizando-se o interesse no descarte, a resposta à última pergunta foi:

No último ano vigente do PNLD, os LD são doados aos alunos. Os LD que sobram são inseridos no acervo da biblioteca para uso da instituição escolar em atividades. Os LD considerados “ruins” são descartados mediante termo específico disponibilizado pela Secretaria de Educação de Florianópolis. (FELDMAN; EGGERT-STEINDEL, 2017, p. 57).

A responsável pela biblioteca escolar segue as normas locais em relação à doação aos alunos no último ano de vigência e em relação ao descarte de livros que ela chama de “ruins”. Segue também a norma federal, de que decorrido o prazo de uso, o livro fará parte do acervo da escola.

Um dos problemas levantados pelas autoras do artigo é que boa parte das bibliotecas escolares não são coordenadas por uma pessoa da área, ou seja, um bibliotecário. Isso dificulta, segundo as autoras, toda a gestão da presença dos livros nas escolas, e certamente da biblioteca. (FELDMAN; EGGERT-STEINDEL, 2017, p. 51).

O artigo contribuiu para problematizar alguns pontos. O primeiro deles, de que as bibliotecas escolares nem sempre contam com profissionais específicos para aquela função, contam com profissionais muitas vezes dedicados e bem-intencionados, mas que não têm a formação mais adequada ao exercício da função. Outro ponto que o artigo destaca é que as orientações da biblioteconomia para a formação de uma biblioteca escolar de qualidade esbarram nas legislações federal e local quando o assunto são os livros didáticos.

Sabendo que o número de livros didáticos enviados anualmente às escolas é muito grande, é possível imaginar que manusear e dar um destino adequado a esses livros seja um desafio para o trabalhador da biblioteca, seja ele formado na área ou não. Assim, soluções locais podem não ser as mais adequadas ou recomendadas e ao pesquisador cabe buscar entender tais condições e complexidades.

O quarto trabalho localizado que trata do tema da presente dissertação é um artigo de 2019 intitulado “Sustentabilidade na Gestão Educacional: uma Análise da Distribuição, da Conservação e da Destinação Final dos Livros Didáticos do PNLD nas Escolas Públicas.” Os autores são Linderson de Lima Rangel, graduado em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Uniabeu, e Luciana de França Oliveira Rodrigues, pós-doutora em Direito pela Università Degli Studi di Messina.

O artigo expõe parte de um trabalho de pesquisa ainda em andamento. O objetivo da pesquisa é:

analisar a gestão escolar concernente aos livros didáticos recebidos pelas escolas públicas, por meio do PNLD, e apresentar propostas de melhoria, tendo em vista a importância do zelo para com os recursos públicos investidos e da adoção de boas práticas que incluam ações de sustentabilidade nesse processo. (RANGEL; RODRIGUES, 2019, p. 149).

O artigo demonstra preocupação principalmente com a questão da sustentabilidade no processo de descarte. Esse é um tema que ainda não havia aparecido nos trabalhos mencionados anteriormente.

além da necessária preocupação com o erário, deve-se especial atenção às causas ambientais envolvidas em todo o processo de distribuição dos livros didáticos por meio do PNLD, desde a aquisição dos livros até a respectiva e adequada destinação final, haja vista tratar-se de material produzido preponderantemente de papel, o que merece prudência não só no processo de produção, mas também no processo de descarte. (RANGEL; RODRIGUES, 2019, p. 149).

Como já mencionado quando da análise da legislação referente ao descarte de livros didáticos, causou estranhamento que o tema da sustentabilidade não estivesse explícito nas leis federais quando o assunto é o descarte de livros didáticos. São milhões de exemplares anuais que podem ser descartados e a legislação apenas orienta que as escolas atentem para a legislação local quando for realizar o procedimento.

Sobre orientações legais, Rangel e Rodrigues citam a UNESCO e buscam na legislação nacional os meios para olhar de forma mais sustentável o descarte de livros didáticos, citando organizações internacionais que atuam no âmbito da educação para a sustentabilidade.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, essa organização internacional preocupa-se significativamente com a implementação de políticas educacionais que visem à promoção do desenvolvimento sustentável. A UNESCO entende que a defesa pelos recursos naturais é uma responsabilidade social, que deve recair a todos os indivíduos. (RANGEL; RODRIGUES, 2019, p. 150).

Sendo o Brasil signatário da UNESCO, segundo o trabalho de Rangel e Rodrigues, ele deve atentar para a questão do descarte adequado dos livros didáticos. Segundo a ONU, a ação de educar sem se preocupar com a preservação

ambiental é um contrassenso. Os autores também selecionam algumas leis nacionais para abordar o descarte dos livros didáticos.

Ademais, quando se fala em sustentabilidade, não se podem olvidar as noções concernentes ao direito ambiental, a exemplo do princípio da precaução, que está insculpido no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.305, de 2010. Embora não constitua um dos princípios constitucionais expressos arrolados no art. 37 da CRFB/88, o princípio da precaução merece especial atenção, pois busca regular a atividade administrativa no sentido de promover medidas preventivas de proteção ambiental. Corroborando esse entendimento, Carvalho Filho (2018, p. 41) assevera o seguinte: Significa que, em caso de risco de danos graves e degradação ambientais, medidas preventivas devem ser adotadas de imediato, ainda que não haja certeza científica absoluta, fator este que não pode justificar eventual procrastinação das providências protetivas. (RANGEL; RODRIGUES, 2019, p. 152-153).

Ou seja, não é por não estarem expressas na legislação específica do livro didático que medidas para coibir o descarte degradante ao meio ambiente não devam ser tomadas. Existe base legal para entender esse material como potencialmente poluente e, assim, pensar um plano de gestão eficiente em relação ao descarte desse material é fundamental.

A pesquisa de Rangel e Rodrigues não é conclusiva e acredita-se que a finalização do trabalho poderá trazer outras contribuições. No artigo apresentado não há referências ao reaproveitamento desse material descartado, e também não foram apresentados outros caminhos do livro para além dos muros escolares. É um trabalho ligado à gestão escolar de seus resíduos e que tem como meta:

alcançar resultados como a redução de gastos públicos despendidos com o PNLD, sem afetar a eficácia do programa; reduzir os impactos ambientais causados pelo descarte indevido de livros do PNLD e nortear a produção de normas que viabilizem a padronização, a eficiência e o acompanhamento da gestão dos livros didáticos do PNLD nas diferentes escolas públicas. (RANGEL; RODRIGUES, 2019, p. 153).

Finalizando esta seção, relembra-se que foram localizados apenas 4 trabalhos relacionados direta ou indiretamente aos destinos que a escola pública dá aos livros didáticos após o prazo estipulado pelo PNLD. A escassez de pesquisas justificou e legitimou a realização desta dissertação e é incentivo para novos trabalhos sobre o assunto. Entretanto, também é fundamental olhar para esse tema por diversos outros motivos, como os vultosos recursos públicos destinados para o programa, ou a logística envolvida na distribuição, ou ainda pelo fato do conteúdo do livro didático não perder seu prazo de validade quando o prazo estipulado pelo

PNLD se esgota. Em outras palavras, não é por que os quatro anos de uso se encerraram que a gama de textos variados presente no livro perde seu valor. Ao contrário, ele pode seguir servindo de incentivo à leitura e aos estudos para diferentes sujeitos sociais.

3.4.3 A mídia e o descarte de livros didáticos

Outro ponto que incentiva a realização de pesquisas sobre o descarte de livros didáticos é contribuir com uma visão científica para um problema complexo, pois a ausência de estudos deixa aberto o espaço para abordagens que se originam do senso comum. Circulam na mídia reportagens sobre o descarte de livros didáticos, muitas delas apresentando o tema de forma sensacionalista ou simplista. Mesmo reconhecendo a existência de abordagens jornalísticas corretas, denunciando falhas no processo, ressalta-se a necessidade de que os pesquisadores aprofundem o assunto, mostrando suas múltiplas perspectivas.

Foram selecionadas duas reportagens para tecer algumas considerações. A primeira é do programa Fantástico, da Rede Globo, do dia 08 de dezembro de 2019, com o título: “Denúncia: livros didáticos novos estão virando lixo e até papel higiênico em escolas do RS” (FANTÁSTICO, 2019). O trabalho investigativo percorreu o estado do Rio Grande do Sul visitando escolas e galpões de cooperativas de catadores de material reciclável com o objetivo de verificar os caminhos dos livros didáticos descartados e apontar o que os jornalistas julgam como falhas do processo.

Os repórteres foram a escolas que apresentavam falta de livros para alunos, depois foram a escolas com livros em estoque. Eles carregaram um caminhão com parte desses livros estocados nas escolas e seguiram até a sede do MEC, em Brasília, para entregá-los novamente ao ministério. O MEC não os aceitou, e o caminhão voltou ao Rio Grande do Sul, levando os livros a uma escola onde faltavam livros didáticos. A reportagem também foi a galpões de reciclagem para mostrar que um dos destinos dos livros didáticos é a reciclagem.

A reportagem levanta questões importantes sobre o programa, como falhas no processo de distribuição de livros didáticos, livros entregues em desacordo com o solicitado pelas escolas ou dificuldade no remanejamento entre escolas com livros em demasia ou em falta. Também se deu voz ao MEC, que informou que o

remanejamento de livros didáticos é um sistema desenvolvido pelo ministério para cobrir diferenças de quantidades por mudanças nas matrículas, mas que muitas vezes as escolas não registram adequadamente as informações. Sobre livros enviados que não foram escolhidos pelos professores, o FNDE informou que a grande maioria dos problemas desse tipo ocorre por falha de informações no sistema, por parte dos diretores escolares.

Apesar de levantar pontos que devem ser discutidos e melhorados, o tom da reportagem é exagerado em muitos momentos, tratando como falha, erro ou problema a opção de algumas escolas que enviam livros para galpões de reciclagem, possibilidade aberta pela legislação, que dá essa opção, após o prazo de uso estipulado pelo PNLD. A reportagem, quando filmava nos galpões, não deixa claro se os livros que ali encontram são atuais ou se já encerraram seu ciclo de uso. Além disso, colocam como problema o fato dos livros serem reciclados, mas não mencionam que aquele trabalho gera renda e mantém a vida de muitas famílias.

Outro tópico a se analisar na reportagem é o fato de cruzarem parte do Brasil com um caminhão cheio de livros didáticos para denunciar o que eles chamam de descaso do MEC – eles foram do Rio Grande do Sul a Brasília e voltaram, percorrendo cerca de 3500 quilômetros para buscar uma resposta que provavelmente eles conseguiriam por telefone. Deve-se perguntar se essa ação contribui com a discussão de tema tão complexo ou se apenas cumpre a função de espetacularização do problema.

É importante ressaltar que os jornalistas iniciam a reportagem mostrando os dados da prova PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) da última edição, destacando que o Brasil está, segundo dizem, “estagnado há uma década entre os países com pior nível de aprendizado na educação básica.” (FANTÁSTICO, 2019). Concluem mostrando que nos processos de reciclagem os livros didáticos comprados com dinheiro público se transformam em papel higiênico.

Ainda que algumas questões efetivamente sejam merecedoras de atenção e novas soluções precisem ser encontradas para problemas reais, a reportagem acaba por construir imagens simplistas, como se a solução para os resultados do PISA fosse a destinação adequada dos livros didáticos.

Essa imagem é reforçada ao término da reportagem, quando a equipe de repórteres do Fantástico “salva” livros do descarte e os leva a crianças que não tinham acesso a eles.

Apesar da louvável ação de levar livros a quem não tem, aqui se trata de colocar em destaque que a reportagem de certa forma criminaliza escolas que descartam seus livros e cooperativas que os recebem. As escolas têm suas dinâmicas e o fundamental é verificar os motivos que levaram ao descarte, se assim se deseja, inclusive para valorizar a redistribuição dos livros a outras escolas; mas não se pode desconhecer que tal destinação é reconhecida como válida, no sistema normatizado.

A segunda reportagem é uma denúncia do jornal O Estado de S. Paulo no dia 11 de janeiro de 2020 com o título “MEC estuda descartar 2,9 milhões de livros didáticos nunca utilizados”, de autoria de Isabela Palhares (PALHARES, 2020). O jornal teve acesso a documentos da área de logística do FNDE que alertavam para a necessidade de reduzir o estoque de livros armazenados em galpão alugado pelos correios. O estoque é relativo à reserva técnica de livros didáticos, que serve para cobrir eventuais falhas de entrega de livros às escolas, assim como novas matrículas ou novas escolas.

Segundo a reportagem, os livros que poderiam ser descartados custaram em torno de vinte milhões de reais aos cofres públicos. Além disso, a manutenção do estoque gera custos ao governo, principalmente pelo pagamento do aluguel do espaço. Outro elemento que se agrega a essa situação é o fato de que os livros estão desatualizados e, segundo especialistas ouvidos pela reportagem, não devem ser enviados aos alunos. Foi criada uma comissão para resolver a situação, buscando o melhor destino para os livros.

Esse problema de armazenamento e logística já foi apontado em trabalhos de pesquisadores aqui referidos. O PNLD é um programa de grandes proporções e as falhas devem ser avaliadas e resolvidas, sem, no entanto, desmerecer a importância dessa ação para fornecer recursos de ensino às escolas públicas brasileiras, apoiando o trabalho dos professores e melhorando as condições de acesso dos alunos ao conhecimento disciplinar.

Os pesquisadores precisam dar atenção a esses assuntos, que são sensíveis à população, pois na ausência de estudos científicos, a narrativa predominante será a jornalística, que nem sempre focalizará em pontos especializados essenciais do problema, mostrando sua complexidade e tentando verificar suas raízes. Essa função concerne aos pesquisadores, que precisam se posicionar para, em conjunto com a comunidade escolar, fazer o debate público

sobre o tema de forma ampla, para que o acesso público, gratuito e de qualidade ao livro didático, que é um direito conquistado, não seja perdido.

4 OS LIVROS DIDÁTICOS FORA DOS MUROS ESCOLARES: EXPERIÊNCIAS DE (RE)UTILIZAÇÃO

Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido. (JESUS, 1960, p. 35).

O percurso do texto nos capítulos anteriores teve como norte a construção de uma problemática de pesquisa relacionada à presença dos livros didáticos na vida social, o que significa compreendê-los no cotidiano escolar, mas também sua circulação fora desse espaço social específico.

Admitindo desde o início da pesquisa a complexidade da tarefa proposta, algumas dificuldades suplementares foram encontradas no caminho e, a partir delas, as possibilidades de trabalho de campo foram modificadas, reconstruindo-se as intenções iniciais sem abandonar a principal questão: o que acontece com os livros didáticos quando termina seu ciclo de uso normatizado pelo PNLD? Que funções ainda teria ou poderia ter, pensado como um “valioso lixo”, em um país em que o acesso à leitura ainda não é direito universalmente garantido?

Neste capítulo, articulando a elaboração teórica e os procedimentos do trabalho empírico, retomo a problemática a partir de sua origem, escrevendo inicialmente sobre meu interesse pelo tema. Em seguida, retomo trabalho realizado na graduação, a saber, uma oficina de leitura com livros didáticos descartados, realizada em uma cooperativa de catadores de material reciclável em município da região metropolitana de Curitiba. Após essa descrição – que embora se refira a uma experiência anterior à entrada no Mestrado, foi um elemento central para a construção da problemática da pesquisa de dissertação –, descrevo o início do trabalho empírico por meio de estudo de natureza exploratória, cujos resultados são apresentados. Em seguida, apresento e analiso experiências coletivas e individuais de continuidade do uso dos livros didáticos após o prazo do PNLD, as quais foram coletadas ao longo da pesquisa, em função dos objetivos definidos para esta dissertação.

4.1 RETOMANDO A PROBLEMÁTICA E EXPLORANDO SUAS ORIGENS

Tenho a felicidade de dizer que os livros sempre fizeram parte de minha vida, desde a infância. Digo felizmente, pois esta não foi uma experiência traumática,

na qual alguém impunha sobre mim a obrigação de leitura, ou ordenava quantos livros eu deveria ler em um determinado tempo. Ao contrário, a leitura aconteceu de forma natural, a partir das histórias que eu ouvia, das revistas e livros que eu manuseava; depois, dos textos que lia e, finalmente, das histórias que eu mesmo me arriscava a escrever. No meio de tantas experiências, também havia lugar para o livro didático.

Minha mãe, dona Durcilene, por ser a bibliotecária da escola da pequena cidade onde eu morava, teve papel fundamental nesta jornada de interesse pela palavra. Apesar de ela ter tido pouco tempo de estudo formal, conseguiu ingressar no serviço público municipal e, por coincidências engraçadas, acabou se tornando bibliotecária – cargo que exerceu por mais de 20 anos. Digo que é um caso engraçado, pois ela foi aprovada para trabalhar na creche municipal, entretanto, a pessoa responsável pela lotação dos funcionários, sabendo que minha mãe tinha dois filhos pequenos em casa, meu irmão e eu, achou por bem dar-lhe um sossego, pois já cuidava de crianças em casa e ela poderia se estressar muito cuidando também de crianças no trabalho. Dessa forma, minha mãe acabou chegando à biblioteca.

Ali ela teve contato com a literatura escrita e se encantou. Esse encantamento ela passou para os filhos a partir da leitura noturna, que, mesmo cansada, sempre realizou; por meio dos livros que ela trazia para ler em casa; das revistas que eram descartadas e ela trazia para fazermos recortes, entre outras práticas que construíram nossa relação com os livros e a leitura, para além do afeto e do cuidado maternos.

Meu pai, seu José Luiz, também funcionário público municipal, tornou-se vereador de muitos mandatos. Sua prática legislativa o obrigava a consultar com frequência dois livros que tínhamos em casa: a constituição federal e o dicionário. Vê-lo sentado consultando esses livros com ar sério era algo muito diferente, era uma leitura diferente daquela feita e ensinada por minha mãe, que era uma leitura mais divertida e espontânea. Ali não, com meu pai a leitura não era por entretenimento, mas por necessidade do trabalho.

Ele, meu pai, adorava descobrir palavras que julgava sofisticadas e começar a usar em casa, passando o ar de pessoa culta. Um desses casos foi quando ele descobriu a palavra *pince-nez*, que usou como sinônimo para óculos. Ao invés de pedir que eu pegasse seus óculos, fazia questão de pedir que eu pegasse seus

pince-nez. Dessa forma, ele fomentou várias discussões em casa sobre as palavras, seus significados e usos. Essas práticas foram sempre uma constante em nossa vida familiar.

Em casa, praticamente não tínhamos livros – apenas, como dito acima, a constituição e o dicionário. O dicionário, dividido em três volumes, era especialmente fascinante, pois nas folhas iniciais de cada um dos tomos, tínhamos informações sobre o corpo humano, ou sobre os países, com ilustrações e mapas. Era com prazer e curiosidade que folheávamos aqueles livros.

Mas havia outra publicação que chegava até nossa casa: a *Turma do Amiguinho*, uma revista de histórias e atividades que meus pais assinaram para que eu, meu irmão e minha irmã (esta, mais nova, chegou quando nossa mãe já era bibliotecária) pudéssemos manuseá-la. Era sempre com muita voracidade que atacávamos a publicação mensal.

Na escola, os livros dos quais tenho melhor lembrança são os da biblioteca. Como a bibliotecária era minha mãe, minha presença lá era muito frequente. Eu lia de tudo, mas posso dizer que no meio de tantos exemplares, o que mais me encantava era o “*Marcelo, Marmelo, Martelo*”, de Ruth Rocha. Li as três histórias contidas no livro inumeráveis vezes. A que eu mais gostava era a que dava título ao livro, a história de Marcelo, um menino que se questionava sobre as palavras que nomeavam as coisas e as confusões em que se meteu por causa disso.

Os livros didáticos em minha infância dos anos 1990 não eram presentes de forma regular na escola, pois o PNL D ainda não estava totalmente consolidado. Entretanto, lembro muito bem de quando os recebia, principalmente os livros de língua portuguesa. Assim que ele chegava às minhas mãos, folheava todo o livro para ler as tirinhas, histórias em quadrinho, as charges, ou qualquer texto que vinha acompanhado de figuras. Isso me encantava e eu adorava ler e conversar sobre eles com meus colegas. Passados alguns anos, digo que quando um livro didático de língua portuguesa cai em minhas mãos, minha primeira ação continua sendo a mesma, buscar as tirinhas.

Não tínhamos uma vida de luxo, mas também não passávamos necessidade. Mesmo assim, por definição de meu pai, começamos a trabalhar ainda na infância, pois ele acreditava que isso nos daria responsabilidade. Dessa forma, um de meus primeiros empregos, aos 12 anos, foi em uma gráfica. A gráfica era pequena e usávamos a tipografia como meio de produção de nossos produtos. A

tipografia era uma técnica muito antiquada para a época, mas servia para o que a gráfica se propunha a fazer.

Dessa forma aprendi a lidar com tipos móveis e montar, literalmente montar, estruturas para a impressão de cartazes, cartões, convites, bingos, dentre outros. Aprendi a lidar com a relação direta entre matemática e português, pois cada tipo (nome dado às peças, como letras e espaços) tinha um valor e eles tinham de ser somados para montar uma chapa perfeita, e dessa forma conseguir a impressão.

No ensino médio, fui para um colégio interno em uma cidade ainda menor que a minha. Lá a leitura do mundo se ampliou, pois eu estava em um local onde eu não conhecia nada, ou ninguém. O contato com pessoas diferentes me mostrou que o mundo é muito mais complexo do que eu já havia presenciado. Lembro quando uma amiga me perguntou o significado da palavra reбуçar. Achei aquela pergunta estranha, pois esta palavra era tão familiar para mim quanto a palavra andar, ou comer, e apesar das discussões sobre as palavras que tínhamos em casa, eu pensei que reбуçar fosse comum a todos. Expliquei a ela que reбуçar significava o ato de se cobrir com o cobertor em dias frios e ela se espantou com o significado. Naquele dia descobri que as palavras podem existir em um lugar e em outro não.

No colégio interno eu trabalhei ativamente na organização da biblioteca da escola e cheguei a trabalhar como bibliotecário, fazendo os empréstimos dos livros. Infelizmente, os livros didáticos para o ensino médio nos anos 90 ainda não faziam parte do PNLD e eu, assim como a maioria dos jovens naquela década, não contei com esse recurso didático. Comprar livros era uma prática existente apenas em algumas escolas públicas, pois os preços eram altos e proibitivos para a maior parte dos alunos e suas famílias.

Após o ensino médio, alguns empregos continuaram me aproximando do mundo da leitura. Um desses empregos foi como arquivista na Caixa Econômica Federal. Lá eu recebia documentos de várias agências, catalogava, arquivava e os disponibilizava, dependendo da solicitação. Foi um período importante para lidar com a metodologia de organização e rapidez que o serviço necessitava.

Outro emprego que tive foi na venda direta de livros. Trabalhei em uma livraria de eventos e tive a oportunidade de viajar muito pelo país, levando um estande de livros variados e CDs de música brasileira. Essa experiência foi fundamental para consolidar o que eu fazia, anos depois, na faculdade: graduação em letras. Amava trabalhar como um mediador entre o livro e o possível leitor,

conversando, ouvindo histórias, tentando traduzir interesses e apresentar as obras – tanto com os livros quanto com os CDs.

Fiz a graduação em Licenciatura em Letras Português na UFPR, pensando principalmente em literatura: leitura, discussão e escrita literária. Inicialmente não pensava no ensino, embora estivesse inscrito em um curso de licenciatura. A possibilidade do ensino começou a se anunciar no 3º semestre, quando fiz, desperiodizado, a disciplina “Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa”, ministrada pela professora Suzete Bornatto. Fiquei encantado com a disciplina e com o modo como a professora propunha o ensino da língua. Não disse antes, mas no ensino fundamental sempre tive muita dificuldade com o estudo da gramática, mas muita facilidade com leitura, interpretação e produção escrita. Dessa forma, o modo como a professora abordava o ensino da língua, de forma dinâmica e contextualizada para os alunos, me mostrou que o caminho da educação é múltiplo, complexo e apaixonante.

Particpei da disciplina outras duas vezes como monitor da professora. Além disso, fiz uma matéria optativa com ela. Como uma das áreas de pesquisa da professora Suzete são os livros didáticos, o assunto sempre vinha à tona e comecei a me interessar por eles. Dessa forma, fiz meu trabalho de conclusão do curso de graduação sob sua orientação e a investigação consistiu em discutir a reutilização dos livros didáticos de língua portuguesa no âmbito do PNLD que já não eram utilizados na escola.

A pesquisa me abriu os olhos para esse assunto e eu tive a oportunidade de ir a locais que costumeiramente não estão muito ligados à educação, em especial às cooperativas de catadores de material reciclável. Foi nesse espaço que eu pude perceber que, depois das escolas, é lá que encontramos um grande número de livros didáticos. Além disso, constatei que os trabalhadores desse espaço costumeiramente não tiveram oportunidade de frequentar a escola no tempo regular. Isso aguçou minha curiosidade e produziu certo incômodo, pois eles estavam rodeados de livros cujo objetivo era organizar o conhecimento, mas davam a eles outra finalidade: voltar a virar papel para outros usos. A partir da orientação da professora, tive acesso a livros que me mostraram a questão histórica, política e econômica dos livros didáticos e isso intensificou minhas dúvidas em relação ao destino dos livros didáticos, inclusive por ser muito dinheiro público investido em algo que durava em sala de aula pouco tempo, em média três anos.

Tive então a oportunidade de organizar oficinas de leitura e estudo com livros didáticos em uma cooperativa de catadores de material reciclável e o retorno foi muito positivo. A oficina foi realizada com pessoas de idades diferentes, com instrução formal diferente e com livros diferentes, mas mesmo assim, as discussões sobre o papel do livro didático e suas novas possibilidades de uso foram profundas; pude compreender melhor a história daquelas pessoas e como a exclusão social empurra boa parte de nossa população para uma área de atuação periférica, com pouca voz nas decisões políticas e educacionais.

A partir dessas experiências, passei a refletir sobre o fato de que o livro didático descartado poderia ser um instrumento de ascensão social para pessoas econômica e escolarmente excluídas. E com esse pensamento busquei o mestrado.

No mestrado fui acolhido pela professora Tânia Braga Garcia. Enquanto na graduação em letras da UFPR o tema do livro didático era trabalhado, infelizmente, de forma quase solitária pela professora Suzete, no mestrado a professora Tânia me mostrou que o universo do estudo do tema era muito mais amplo que eu imaginava, com diversos pesquisadores abordando linhas as mais diferentes sobre o mesmo objeto. Tive a felicidade de me inserir no Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas (NPPD) da UFPR, coordenado pela professora Tânia, e que desenvolve um trabalho de compartilhamento de conhecimentos sobre o tema que classifico como extremamente solidário, pois oportuniza pesquisadores de todos os níveis ouvir e falar, contribuindo com a democratização do conhecimento.

No início do mestrado, eu fui com entusiasmo, com as ideias já formuladas e praticamente prontas em minha cabeça para estudar os possíveis usos do livro didático de língua portuguesa, com propostas de reutilização, e a professora sabiamente me pediu calma e mostrou que no mestrado a gente precisa olhar com muita paciência para o objeto de estudo.

Assim, fui compreendendo que para estudar os usos e reusos do livro didático era necessário olhar para a cultura escolar e compreender como o livro didático se inclui naquele contexto. Compreender que a escola gera sua cultura, influenciada pelo meio externo, mas que também influencia esse mesmo meio externo. Dessa forma, compreendi que quando o livro didático sai da escola, ele leva um pouco da escola com ele.

Fui procurando projetos, as cooperativas e cidadãos que buscavam dar um novo significado para o livro didático e encontrei ações que mostram o livro didático

em uso para além do previsto na legislação do PNLD. Percebi também que as cooperativas, quando transformam o livro em papel novamente, fazem disso uma forma de renda, o que pode favorecer à ascensão econômica e social dos cooperados, facilitando inclusive, dessa forma, que os filhos dos trabalhadores possam frequentar a escola no tempo regular.

Precisei rever minhas posições que estabeleciam relações diretas entre a leitura, o acesso aos livros e a ascensão social. As leituras e discussões feitas nas disciplinas e o trabalho empírico foram abrindo janelas sobre o tema e mostrando a complexidade das relações sociais, especialmente em um país desigual como o nosso. Não é necessariamente o livro e a leitura que transformam, de forma automática, as condições de vida, entretanto, a leitura é um dos fatores de desenvolvimento individual e coletivo. A questão é complexa.

Nas escolas que visitei, o livro didático que cumpriu seu prazo junto ao PNLD ganha vida nova nas mãos dos sujeitos escolares que se preocupam em garantir que o conhecimento circule entre os alunos. Os dirigentes educacionais sempre mantêm uma reserva adicional desse material em caso de falhas do programa governamental. Isso por si só já mostra o compromisso da escola com a educação e em proporcionar aos alunos e professores algum material para trabalhar. O estudo exploratório contribui para olhar para a escola em sua existência real, reproduzindo a vida social, mas também produzindo, transformando, criando.

No mestrado, portanto, fui compreendendo como o livro didático pode ser o ponto de partida para compreendermos realidades complexas, e como a criatividade e a necessidade da população mais pobre podem dar destinos a um material que por muito tempo não foi valorizado por pesquisadores. Compreendi também que por mais que você se debruce cientificamente sobre um tema, ele dificilmente vai se exaurir. Sendo esse objeto o livro didático, as possibilidades de pesquisa beiram o infinito.

No caso desta dissertação, a problemática foi construída em torno das situações em que o livro didático continua circulando, após o prazo estipulado pelo PNLD. Esse é o conteúdo das seções que seguem.

4.2. REVISITANDO O TRABALHO DE GRADUAÇÃO: A OFICINA DE LEITURA COM LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA QUE ENCERROU SEU PRAZO NO PNLD

Nessa seção do capítulo, como forma de mostrar o processo de construção da problemática de pesquisa e dos caminhos que percorri para realizar o trabalho empírico, apresento parte de ação desenvolvida ainda na graduação em licenciatura em letras português na UFPR sob a coordenação da professora Doutora Suzete de Paula Bornatto.

Durante a pesquisa na graduação, a pergunta que se colocava era se os livros didáticos de língua portuguesa que eram descartados pelas escolas públicas poderiam servir para incentivar a leitura e o estudo a públicos diversos, como o público com baixa exposição à escola, como nomeou Fernandes (2012; 2013) em sua pesquisa.

Como forma de testar essa possibilidade, preparei oficina para integrantes de uma cooperativa de catadores de material reciclável localizada na região metropolitana de Curitiba, Paraná.

Durante a preparação da oficina, uma dúvida se apresentava: “era possível utilizar livros de língua portuguesa de diferentes autores, anos e edições para uma mesma prática de incentivo à leitura e ao estudo?” Contudo, essa limitação pode também ser vista como uma potencialidade, ao observar o que Rebello diz sobre a prática do letramento:

a missão do professor é a de orientar o aluno na aquisição da flexibilidade linguística necessária ao desempenho adequado que lhe será exigido em sociedade. Analisar diferentes textos, compará-los, pesquisar os porquês das diferenças, construir regras sobre o uso da língua e, a partir das descobertas, reescrever textos são práticas que produzem excelentes resultados na capacitação do aluno no uso da língua. Nesse sentido, letrar é mais que ensinar a ler e a escrever. (REBELLO, 2015, p. 244).

Nesse sentido, utilizar diferentes livros didáticos de língua portuguesa em uma mesma situação de trabalho, embora possa dificultar as ações, pode contribuir para que os participantes desenvolvam essa flexibilidade linguística. Mostrar aos participantes que diferentes livros têm diferentes abordagens sobre um mesmo assunto é uma das formas de mostrar que a língua não é apenas um conjunto fechado de regras, mas sim uma construção humana, histórica e social, que se

apresenta de formas variadas a depender do contexto. Ou, citando novamente Rebello:

O objetivo de se ensinar a ler e a escrever deve estar centrado em propiciar ao estudante a aquisição da língua portuguesa, de maneira que ele possa exprimir-se corretamente, aconselhado pelo professor por meio de estímulos à leitura de variados textos, nos quais serão verificadas as diferentes variações linguísticas, tornando-se um “poliglota em sua língua” (BECHARA, 1999), para que, ao dominar o maior número de variantes, ele possa ser capaz de interferir socialmente nas diversas situações a que for submetido. (REBELLO, 2015, p. 256).

Os participantes dominavam a variante linguística da língua portuguesa que era socialmente exigida deles. Nos livros didáticos descartados residiam outras variantes linguísticas, que, com seu manuseio, através de seus diversos gêneros textuais, poderiam oferecer a seus usuários a ampliação de sua compreensão sobre a língua.

A negociação para a promoção da oficina foi feita diretamente por mim. Fui à cooperativa no dia 04 de dezembro de 2015, conversei com alguns associados sobre a possibilidade de receber uma oficina de leitura e eles se mostraram interessados. A oficina foi realizada nos dias 10 e 11 de dezembro. Participaram duas pessoas que aqui, para manter o anonimato, chamo de Suzana, de 48 anos, e Selma, de 25 anos. Entretanto, outras pessoas participaram indiretamente: durante a oficina, outros integrantes circulavam pelo espaço e, volta e meia, se inseriam nas discussões; outra forma de inserção indireta foi através da dinâmica escolhida, que envolvia outros participantes e que será explicada posteriormente.

Quanto à metodologia para o e trabalho desenvolvido na oficina tive à mão diversos tipos de livros diferentes e, assim, pude explorar a diversidade de livros, obtidos por doações de professores da educação básica do Paraná ou alunos do curso de graduação em letras da Universidade Federal do Paraná. Todos eles eram livros que fizeram parte do PNLD, mas não estavam mais dentro do prazo de uso do programa. A seguir apresento de forma sintética o cronograma de trabalho desenvolvido na oficina:

1º encontro:

- Apresentação do professor e das participantes.
- Apresentação do objetivo da atividade: testar se é possível utilizar livros didáticos de língua portuguesa fora do prazo do PNLD para o incentivo à leitura.
- Distribuição de uma folha e orientação para que colocassem seus nomes no início (a folha foi usada nos dois encontros).
- O professor colocou em uma mesa vários livros de língua portuguesa, de séries diversas e pediu que as participantes escolhessem um deles.
- Orientou que folheassem o livro e explicou que aquele material havia ido para o lixo.
- Orientou que escolhessem um texto do livro, literário ou não, de qualquer capítulo para ler individualmente, quantas vezes fossem necessárias.
- Pediu que anotassem na folha recebida o título do texto e o autor. E que escrevessem do que tratava e o que acharam do texto: se gostou ou não, e o porquê.
- Os trabalhos foram compartilhados e discutidos.
- Como atividade para o próximo encontro, foram orientadas a escolher outro texto, anotar as informações principais (título, autor, do que trata o texto e o que achou dele) e, na sequência, contar a história a outra pessoa: da família, vizinho, do trabalho, etc. Deveriam também anotar na folha o que a outra pessoa achou do texto.

2º encontro:

- Os participantes expuseram como havia sido a experiência de contar uma história a outra pessoa. Mostraram o que tinham escrito e os resultados foram discutidos.
- O professor distribuiu reportagens sobre pessoas que montaram bibliotecas com livros que iriam para o lixo, ou pessoas que seguiram seus estudos utilizando livros que seriam descartados. Uma delas foi lida e debatida.

- Na sequência, as participantes foram levadas a responder duas perguntas em suas folhas: “É possível reaproveitar livros didáticos antigos¹⁴ de língua portuguesa para incentivar a leitura?”, “O que achou dessa oficina?”. As duas questões tiveram respostas positivas. A seguir, transcrevo a resposta à primeira questão de uma participante: “É possível, por terem textos que são bem argumentativos e ajudam a complementar o conhecimento”. E, de outra participante, a resposta à segunda questão: “Ótimo, por que quando ficamos muito tempo fora da escola esquecemos muitas coisas, temos que aprender de novo. É por que é sempre bom ter alguém com paciência para nos ensinar, gosto de aprender mais e mais”.
- Como atividade final, o professor falou que o objetivo da oficina era compartilhar conhecimento. Sendo assim, cada participante da oficina iria pegar o livro que recebeu e dá-lo de presente a alguém que fosse usá-lo para o estudo.

Considero que os resultados da oficina foram muito positivos. Sobre o objetivo de testar se era possível utilizar os livros para incentivar a leitura, foi alcançado. Pediram, inclusive, novas oficinas de língua portuguesa, para melhorar a prática de leitura. Os debates foram proveitosos, principalmente em relação à dificuldade desse público (catadores de material reciclável) de frequentar espaços como bibliotecas. Segundo expressaram as participantes, “sempre pensam que eles vão querer roubar algo”. No APÊNDICE 1, inseri as folhas resultantes das atividades da oficina. Pude refletir sobre o quanto é instigante observar que a população das cooperativas de catadores convive sistematicamente com livros variados em seus barracões, sem usar esses materiais para estudo de uma forma mais sistemática e efetiva. Para compreender esse fenômeno, que pode parecer contraditório para muitos, retorno a Paulo Freire:

¹⁴ O termo “antigo” foi usado durante a graduação para qualificar os livros que encerram seu ciclo no PNLD. Como o termo “antigo” admite várias interpretações, no mestrado ele não foi utilizado, preferindo me referir aos livros como fora do prazo estipulado pelo PNLD, além de outras nomenclaturas correlatas.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1989, p. 09).

É preciso compreender o contexto em que aquelas pessoas estão inseridas para compreender a relação delas com o mundo da leitura e do estudo. É preciso investigar qual foi o valor que o livro teve em suas vidas, desde a infância, mas também situar a atividade de leitura e estudo nas prioridades de sua vida cotidiana. A leitura só se fortalece como prática cultural na relação entre as condições de existência dos sujeitos e a presença, ali, dos livros e dos atos de ler.

Rebello (2015), em seu trabalho sobre letramento, cita Soares para falar sobre a inserção de crianças em ambientes de letramento:

uma criança que vive num contexto de letramento, que convive com livros, que ouve histórias lidas por adultos, que vê adultos lendo e escrevendo, cultiva e exerce práticas de leitura e de escrita: toma um livro e finge que está lendo (...), toma papel e lápis e “escreve” uma carta, uma história. Ainda não aprendeu a ler e escrever, mas é, de certa forma, letrada, tem já um certo nível de letramento. (SOARES, 2000, p. 47 apud REBELLO, 2015, p. 248).

Qual foi a história de letramento dos trabalhadores das cooperativas? Qual o valor que o livro adquiriu em suas vidas?

Parece relativamente simples para alguém que não trabalha com reciclagem, condenar quando um livro é transformado em papel novamente, entretanto, aquele é o trabalho daquela população, o que vai garantir seu sustento e o de sua família. Os livros, nessa situação, têm outra função, de natureza econômica, transformando-se em recursos financeiros que permitem (sobre)viver.

Pude verificar, com essa oficina, que a relação entre livro e leitor é muito mais complexa do que a simples proximidade física entre o leitor em potencial e o livro; é preciso criar meios contínuos, para que a leitura aconteça e o livro se transforme em uma ferramenta de transformação social, ou em um meio de melhorar nossa observação sobre a realidade que nos cerca, como ocorreu com Carolina Maria de Jesus (1960), exemplo que foi abordado nos capítulos iniciais da dissertação.

4.3 ESTUDO EMPÍRICO DE NATUREZA EXPLORATÓRIA E SEUS RESULTADOS

Como forma de aproximação com o tema e desenvolvimento do caminho a percorrer para a realização da dissertação, realizei estudo exploratório em algumas escolas. O objetivo era verificar o uso dos livros didáticos após o prazo estipulado pelo PNLD em situações reais, levantando elementos para o desenvolvimento das análises e para a busca de respostas às questões que orientaram o projeto.

O trabalho foi realizado em quatro escolas, de diferentes tipos e em diferentes contextos. O objetivo da presente seção é apresentar os resultados decorrentes dos contatos com as escolas, que não serão identificadas para preservar suas identidades, bem como a dos sujeitos colaboradores.

Um primeiro elemento que foi provocado pelo estudo exploratório foi a necessidade de discutir o descarte dos livros, em especial sobre o termo “desfazimento”, que a administração pública federal utiliza para se desfazer de seu patrimônio. Vale lembrar que os livros didáticos no âmbito do PNLD, como são comprados com dinheiro público, fazem parte do patrimônio público e como tal, quando forem descartados pelas escolas públicas, devem seguir normas específicas. Antes, porém, de apontar as ações propriamente ditas, é interessante observar algumas normas estabelecidas pelo Governo Federal e do Estado do Paraná, relacionadas ao desfazimento dos livros didáticos.

Inicialmente chamo a atenção para o Informe nº5/2018 – Coare/FNDE que versa sobre o desfazimento dos livros didáticos. O documento traz informações que já constam na legislação, como a de que “A cada conclusão do ciclo de atendimento, os livros didáticos passam a fazer parte do acervo da escola. Com o apoio da secretaria de educação, a escola tem a responsabilidade de decidir o destino desse material.” (BRASIL, 2018). É uma orientação que não especifica o responsável e a ação a ser tomada, atribuindo indiretamente à direção e coordenação pedagógica a responsabilidade de dar um destino aos materiais.

O documento também traz algumas orientações, alguns caminhos que a escola pode tomar para o desfazimento dos livros didáticos:

Pensando em sustentabilidade ambiental e social, o FNDE recomenda que sejam desenvolvidas ações de reciclagem para reaproveitamento dos livros ou descarte do material impossível de ser reutilizado. (...) Lembramos que as ações voltadas para a sustentabilidade estão dentre os fundamentos do Programa. A doação de livros à comunidade possibilita que outras pessoas

possam aprender com o apoio dos livros didáticos. Já no caso dos livros que estejam totalmente inutilizáveis sugerimos que seja desenvolvida uma política sustentável e que seja adotada uma alternativa para o desfazimento desse material. (BRASIL, 2018).

Percebe-se o tema da sustentabilidade na legislação relativa aos livros didáticos, que já havia sido referida de forma breve na Resolução de 2012, em seu artigo 7º, § 10º: “No último ano do triênio de utilização dos livros, o FNDE deverá providenciar o desfazimento do saldo remanescente da reserva técnica, priorizando a reciclagem de materiais e a responsabilidade ambiental e social.” (BRASIL, 2012). Observa-se que a forma usada pela legislação de 2018 é como sugestão de ação e não como obrigação concreta.

Causa estranheza que o tema da sustentabilidade apareça de forma tão pontual quando o assunto é um programa que distribui milhões de livros didáticos anualmente para todo o território nacional. A presença frequente e numerosa de livros nos espaços de cooperativas de reciclagem, constatadas em visitas realizadas tanto no período da graduação quanto durante o mestrado, sugere que esse tema poderia ser tratado publicamente, de forma explícita. De qualquer forma, outras pesquisas são necessárias para aprofundar a compreensão sobre as relações entre escolas e as ações de sustentabilidade quanto ao descarte dos livros didáticos. Muitas vezes o tema é explorado pela mídia e, frequentemente, a visão midiática encobre a científica, como já destaquei em capítulo anterior.

Outro ponto fundamental do trecho do informe é que pela primeira vez aparece de forma explícita em documento federal a orientação de doação dos livros didáticos para a comunidade, como forma de ação educativa. A orientação também é pontual, faltando um desenvolvimento que só se observará na prática escolar. O uso fica autorizado, mas a legislação é lacunar quanto aos procedimentos ou quanto aos meios para que ações dessa natureza se realizem. O informe do COARE/FNDE (2018) diz que a doação pode ser realizada, mas sem especificar ações ou parâmetros para que o livro didático continue circulando para além do prazo estipulado pelo PNLD.

Um último ponto a se destacar do informe é o que já havia sido apresentado em outras legislações: “É importante conhecer a legislação do PNLD e as definições locais da sua rede de ensino sobre o descarte desses materiais. Pode ser que exista uma política de desfazimento específica em sua região.” (BRASIL, 2018). Ou seja,

explicita-se que o desfazimento pode ocorrer de acordo com a legislação local. Evidentemente, sendo o PNLD um programa que atende todo o país, é fundamental que as ações sejam coordenadas com estados e municípios, entretanto, o programa é de responsabilidade do governo federal, e a legislação poderia ser mais explícita e enfática em relação aos possíveis caminhos do livro didático após o prazo estipulado pelo programa.

Alguns estados têm documentos específicos para o desfazimento dos livros didáticos. Apresenta-se aqui como subsídio ao estudo a normativa do estado do Paraná, a instrução normativa nº 001/2017 – SEED/SUDE/DILOG que “Estabelece procedimentos para desfazimento de livros didáticos irrecuperáveis ou inservíveis do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, no âmbito das Instituições de Ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná.” (PARANÁ, 2017).

Para discutir os detalhes do processo de desfazimento, se faz necessário explicitar os conceitos de livros inservíveis e irrecuperáveis que a legislação utiliza:

Art. 3º Os livros didáticos do PNLD serão considerados:

§ 1º Inservíveis: aqueles que decorreram o prazo de vida útil de três anos;

§ 2º Irrecuperáveis: quando estiverem em péssimo estado de uso, em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação. (PARANÁ, 2017).

A normativa traz detalhes sobre o desfazimento, alguns que destaco a seguir:

Art. 2º Decorrido o prazo trienal de atendimento, os livros didáticos ficarão de posse do aluno. Caso não haja interesse por parte do aluno, após o encerramento do ciclo trienal de atendimento, os livros permanecerão na unidade escolar, sob a responsabilidade da direção da Instituição de Ensino, sendo facultado o descarte. (PARANÁ, 2017).

O artigo acima define de forma expressa que a responsabilidade sobre os livros didáticos após o uso é da direção da instituição de ensino. Uma responsabilidade que havia sido colocada como indireta na legislação federal, aparece de forma clara nesse nível legislativo. Antes de definir a responsabilidade da direção, dá como possibilidade primeira a entrega do livro ao aluno, ação que foi referida de forma recorrente pelos responsáveis nas escolas que participaram do estudo exploratório.

O artigo 4º da normativa deixa claro que no processo de desfazimento dos livros não pode haver nenhum ganho financeiro por parte da instituição: “Art. 4º Fica

vedado às Instituições de Ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná, receber qualquer vantagem ou valor financeiro proveniente do processo de desfazimento dos livros didáticos.” (PARANÁ, 2017). Embora outras normativas federais possibilitem a venda de patrimônio público, como imóveis ou automóveis¹⁵, o governo do estado do Paraná entendeu que isso não se aplica aos livros didáticos.

O artigo 5º da normativa diz de forma expressa para onde os livros didáticos podem ser doados:

Art. 5º Os livros didáticos do PNLD irrecuperáveis e inservíveis poderão ser doados para as instituições abaixo relacionadas:

- I. Entidades filantrópicas;
- II. Programas de Voluntariado Paranaense-PROVOPAR Estadual ou Municipal;
- III. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs ou coirmãs;
- IV. Instituições de ensino superior que ofertam cursos de licenciatura;
- V. Cursinhos comunitários;
- VI. Bibliotecas públicas;
- VII. Cooperativas de reciclagem e/ou associações de catadores de materiais recicláveis;
- VIII. Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF. (PARANÁ, 2017).

É interessante observar que as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis só foram referidas no penúltimo ponto, enquanto a experiência assistemática de contato com escolas mostrou que esse este é um dos principais destinos dados aos livros didáticos.

É fundamental que outros estudos aprofundem o conhecimento sobre as práticas da doação de livros didáticos às instituições listadas na legislação estadual e quais os usos são realizados por elas. Levando em conta apenas as orientações estaduais, observa-se a intenção dos legisladores de garantir que o livro didático continue cumprindo funções educacionais, pois a maioria dos locais listados para doação tem alguma relação com a educação ou com o cuidado a grupos socialmente vulneráveis. Interessante destacar que as cooperativas de reciclagem não foram as primeiras referidas pelo legislador, embora esses locais sejam

¹⁵ Para mais informações sobre alienação de bens públicos, verificar a lei 9.636, de 15 de maio de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9636.htm#:~:text=L9636&text=LEI%20N%C2%BA%209.636%2C%20DE%2015%20DE%20MAIO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o,%C2%A7%20o%20do%20art. Acesso em: 17 out. 2020.

frequentemente citados pelas escolas públicas como um dos principais destinos para os livros didáticos.

A normativa ainda define que se crie uma comissão específica que vai cuidar do processo de desfazimento. Segundo o documento, a comissão deve ser composta, no mínimo, por três membros que representem a direção escolar, a APMF e o Conselho Escolar. A comissão decidirá quais livros serão descartados e fará todo o trâmite burocrático (PARANÁ, 2017).

Para finalizar essa análise dos trâmites legais de desfazimento dos livros didáticos no estado do Paraná, chamo a atenção para o artigo 7º da normativa que define que “Em anos eleitorais a doação de que trata o Art. 5º, não deve ser realizada, com fundamento no § 10, do Art. 73 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997”. A lei 9.504/97 é a lei eleitoral e define regras tanto para eleições municipais quanto para as eleições gerais. O citado § 10 do Art. 73 diz que:

No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (BRASIL, 1997).

Ou seja, a cada dois anos, os livros didáticos que encerraram seu ciclo de vida devem continuar na escola, caso os alunos não queiram levá-los. A partir da leitura desse artigo da lei, pode-se imaginar que a doação de livros a instituições variadas pode já ter sido usada como forma de favorecimento em troca de apoio político. Evidentemente, como se trata de patrimônio público, é necessário tomar esses cuidados para que esse patrimônio não seja utilizado como forma de obter benefício político, ainda que no caso de livros didáticos do PNLD, já com seu ciclo encerrado, isso possa parecer pouco provável.

A leitura do artigo lembra a caricata cena do filme Bacurau (MENDONÇA FILHO; DORNELLES, 2019), quando um político local, em ano de eleição, visita um vilarejo pedindo votos e, dentre outras coisas, despeja um caminhão de livros velhos como doação à comunidade.¹⁶ A vida pode imitar a arte ou o caminho é inverso?

¹⁶ Trecho do filme disponível em: <https://twitter.com/kmendoncafilho/status/1170099493481734144>. Acesso em: 04 out. 2020.

As elaborações decorrentes da leitura das normas foram colocadas em diálogo com a realidade por meio da aproximação com as práticas relacionadas aos livros didáticos. Quatro escolas aceitaram conversar sobre os processos de descarte após o período estabelecido pelo PNLD para uso dos livros. No período do mestrado, essa foi a primeira experiência de contato direto com os atores que precisam traduzir as orientações legais em ações reais, no âmbito escolar, necessitando considerar e resolver as mais variadas questões que extrapolam o que as legislações preveem sobre o livro didático.

Os procedimentos de contato e autorização foram tomados, atendendo a legislação estabelecida naquele momento. Em cada escola, algumas informações foram obtidas e questões foram observadas, como apresento a seguir.

a) Escola 1

Trata-se de uma escola estadual e atende alunos de Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Está localizada em área central da cidade de Curitiba e o público atendido vem de diferentes lugares, seja da região central, seja de diferentes pontos da região metropolitana.

Nessa escola, a direção foi responsável por receber o pesquisador e responder, solicitamente, as questões. Informou que, apesar da escola ser antiga e de médio porte, nunca havia aparecido outro pesquisador no local.

À pergunta sobre o que a escola faz com os livros didáticos após o prazo estipulado pelo PNLD, a direção respondeu enumerando uma série de medidas. A primeira ação, que se adequa às normativas estudadas, é a doação da escola aos alunos, embora, segundo a direção, poucos se interessem em levar o material. Dessa forma, são muitos os livros que permanecem na escola.

A escola mantém duas salas que servem como estoque de livros didáticos. Perguntei o que faria com os espaços se não tivesse os livros ali e ele disse que não faria muita diferença, que os livros naquele espaço não impediam outras atividades da escola. A opinião da escola é a de que os livros didáticos estocados geram uma tranquilidade para a direção e a coordenação pedagógica, pois eles servem para suprir eventuais falhas na distribuição por parte do governo. Além das salas de estoque, a escola mantém uma parte dos livros na biblioteca.

Após a doação aos alunos e a manutenção do estoque interno, a direção apresentou duas possibilidades adotadas pela escola para o desfazimento dos livros. A primeira é a venda para uma pessoa que tritura os livros e os transforma em papel novamente. Apesar da indicação do governo do Paraná determinando que a instituição de ensino não obtenha vantagem de qualquer forma com o desfazimento dos livros didáticos (PARANÁ, 2017), essa prática foi encontrada e, segundo a direção, assim como outras ações, esta está registrada em ata e é de conhecimento da APMF. A segunda opção informada é a doação para cooperativas de catadores de material reciclável.

A direção informou também que já fez troca de livros didáticos com outras escolas, inclusive escolas do interior do estado. Em contato com outras direções, verificava o interesse e enviava os livros como uma forma de diminuir seus estoques e de dar um destino adequado aos livros, colaborando com outras escolas que necessitavam do material.

Em particular, a Escola 1 enfrenta problemas relacionados aos livros didáticos para as turmas da EJA. Um deles, segundo informado pela escola, é que o governo federal já enviou livros didáticos em período muito próximo do encerramento do ciclo de uso, trazendo dificuldades para o manuseio, armazenamento e desfazimento dos livros. Outro problema é que os livros da EJA são únicos para todas as matérias, fazendo com que o exemplar seja muito pesado. Dessa forma, muitos alunos que o recebem para uso durante o período não trazem o livro para a escola, dificultando assim o processo de ensino-aprendizagem. Uma das soluções operadas pela direção para esse problema foi um mutirão de alunos, professores, equipe pedagógica e direção para cortar os livros, separando-os por matéria. Após a separação, confeccionaram capas novas para os livros com o logotipo da escola e os entregaram aos alunos. Dessa forma, eles precisavam apenas trazer os livros das disciplinas previstas a cada dia, facilitando o uso por alunos e professores.

Pode-se analisar que as ações informadas pela Escola 1 são resultantes do compromisso em garantir o livro didático nas salas de aula, para uso dos alunos e professores. O relato feito pela direção aponta dedicação ao trabalho realizado pela escola, a busca de soluções para os problemas que ocorrem no cotidiano, mesmo em situações não previstas nas normas; também revela o empenho em manter e melhorar o processo de ensino-aprendizagem e para isso a escola faz o que está ao seu alcance, nas condições existentes.

b) Escola 2

Trata-se também de uma escola estadual, localizada na divisa entre Curitiba e outro Município da região metropolitana. A escola atende Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA. O público da escola é diversificado, pois atende a população dos dois Municípios.

Apesar de contato prévio com a direção, foi a pessoa responsável pela biblioteca da escola que recebeu o pesquisador e forneceu, de forma rápida, as informações solicitadas quanto às principais ações sobre os livros didáticos após o encerramento do ciclo de uso estipulado pelo PNLD. Ela informou que a primeira ação é a doação dos livros aos alunos. Disse também que guarda o estoque de livros correspondente ao número de alunos de, aproximadamente, três turmas, para eventuais falhas do programa no atendimento a todos os alunos matriculados em anos seguintes. Segundo ela, todo o restante vai para as cooperativas de catadores de material reciclável; assim, a escola consegue se desfazer de todo o material e o processo de desfazimento, portanto, não se constitui em problema.

c) Escola 3

É estadual e está localizada em um bairro de alto nível sócio econômico da cidade de Curitiba. A escola atende Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA. O público da escola é basicamente a população do seu entorno.

O pesquisador foi atendido, primeiramente, pela coordenação pedagógica que informou que a escola consegue encaminhar todos os livros didáticos depois de vencido o prazo, mas que não saberia especificar para onde vão os livros. Disse que a escola faz o estoque de livros didáticos para uma turma e que os livros são guardados na biblioteca. Comentou ainda que acreditava que os livros eram vendidos, mas não tinha certeza sobre isso.

Após a conversa com a coordenação pedagógica, a vice-direção também atendeu o pesquisador. Informou que, além do pequeno estoque, os livros são encaminhados para os próprios alunos que os utilizaram por último; alguns alunos usam para estudo, outros para recorte e alguns, mesmo não querendo levar, são

praticamente obrigados a fazê-lo, pois a escola compreende que os livros se tornam propriedade dos alunos.

A profissional que atua na vice-direção disse que, por uma característica pessoal de ser prática, busca dar destino a tudo que é ocioso na escola. Todas as salas da escola são utilizadas e, assim, não há espaço físico disponível para guardar estoque. Dessa forma, precisa dar um destino a tudo, inclusive para os livros didáticos.

As informações sobre os livros, neste caso, pareciam não ser compartilhadas pelos diferentes profissionais que atuam na coordenação do trabalho escolar. Por outro lado, de acordo com as informações fornecidas pela responsável pela vice-direção, também foi possível concluir que a escola consegue resolver a situação do desfazimento dos livros, mas que para isso necessita impor aos alunos que assumam a posse dos livros – que pelas normativas analisadas, se tornam propriedade da escola após o encerramento do ciclo estipulado pelo PNLD, e não dos alunos.

d) Escola 4

A Escola 4 se situa em outro estado e é federal. Dessa forma, as normativas para descarte de livros são um pouco diferentes das três escolas anteriores. Os Institutos Federais procedem com processos de desfazimento de livros didáticos. Abaixo, foram reproduzidas partes de uma chamada pública no site da instituição para exemplificar como o processo ocorre.

O câmpus está realizando o processo de desfazimento de livros didáticos relativos ao ciclo já encerrado do livro. Possuímos hoje para doação de aproximadamente 139 (centro e trinta e nove) livros didáticos.

Em atendimento as normas vigentes, para realizar o desfazimento devemos proceder com a doação dos livros para associações que tenham interesse em fazer a sua reciclagem.

Solicitamos a(s) associação(ões) que tiver(em) interesse em realizar a reciclagem dos livros, para preencher o termo até a data de 03/04/2019.

Apontamos que terá preferência a instituição que conseguir realizar a coleta dos livros no Câmpus, caso houver mais de 1 (uma) instituição com interesse, o volume de papel será dividido igualmente entre as instituições. A coleta dos livros ocorrerá no período de 08/04 a 10/04 (a ser agendado pela assessoria do câmpus).¹⁷

¹⁷ Retirei do trecho citado o nome da instituição como forma de garantir seu anonimato.

Lendo a chamada pública no site, observa-se o interesse primeiro em enviar os livros para o descarte através da reciclagem por meio de cooperativas de catadores de material reciclável. Lendo apenas esse trecho, parece que a instituição não está interessada em dar outro destino aos livros didáticos que não o de voltarem a virar papel.

Entretanto, em entrevista realizada, a percepção quanto à prática do desfazimento foi um pouco diferente. Nessa escola federal fui atendido pelos responsáveis pelo processo de desfazimentos dos livros didáticos. Eles informaram que o edital e a divulgação que foi realizada no site da instituição são necessidades burocráticas e não uma ação de grandes proporções, propriamente dita. Na prática, os livros ficam dispostos no pátio e os alunos são avisados de que podem pegá-los. Alguns alunos realmente pegam os livros e os levam para casa para servir de fonte de pesquisa, ou outros propósitos. Depois de um tempo, a direção da escola entra em contato com cooperativas de catadores de material reciclável para recolherem os livros.

Em síntese, ao realizar o estudo de natureza exploratória, foi possível realizar uma aproximação com diferentes escolas, especialmente com a intenção de ouvir os sujeitos escolares sobre os processos de desfazimento, de forma a estabelecer relações entre as normativas legais e as ações concretas no cotidiano escolar.

As escolas 1, 2 e 3 são da Rede Estadual do Paraná, e por isso elas são regidas pela normativa acima em relação ao desfazimento dos livros (PARANÁ, 2017). Pelo que se constatou, elas seguem as normativas, ao menos em parte. Todas adotam como primeira medida o oferecimento dos livros aos alunos; o que as diferenciou é o papel do aluno, às vezes convidado a levar o livro, às vezes praticamente obrigado a fazê-lo. Outro ponto convergente foi o estoque de emergência, e o que os diferenciou foi o tamanho do estoque, que varia entre uma turma a duas salas cheias de livros.

Como forma primeira de desfazimento, caso os alunos não levem os livros, o que apareceu de forma espontânea nas entrevistas foi o papel das cooperativas de catadores de material reciclável. As escolas informaram a importância desses espaços para o recolhimento do material que já não é de interesse da escola. A venda de livros apareceu de forma direta em uma escola e de forma indireta em outra. Apesar de ser prática proibida pela norma do estado do Paraná, ela surge

como mais uma opção para resolver as dificuldades com a grande quantidade de livros que pode restar após a doação aos alunos – e talvez seja uma estratégia para obter algum recurso a ser utilizado na escola, uma vez que são conhecidas as dificuldades e as carências, nem sempre atendidas e assumidas pela mantenedora. Ainda sobre a venda dos livros didáticos que encerraram seu prazo legal, é interessante questionar os motivos da proibição da prática, sendo que outros bens públicos são passíveis de alienação – que é a transferência da propriedade pública a terceiros (MARQUES, 2018).

Em nenhuma escola foi feita referência explícita à formação de comissão específica para cuidar do desfazimento. Nas dinâmicas próprias da vida escolar, o que ocorre é a definição sobre quais livros descartar ou não feita pela direção, em colaboração com a coordenação pedagógica e com o responsável pela biblioteca. A Associação de Pais também foi referida em uma das situações relatadas, participando da decisão tomada. Observou-se a formação desse grupo de decisão talvez como uma solução menos burocrática que responda ao pouco tempo disponível diante da heterogeneidade de atividades a serem atendidas no cotidiano escolar.

Ainda sobre a questão do estoque de livros que as escolas guardam, vale ressaltar que o PNLD envia os livros didáticos para as escolas com base no censo escolar de dois anos antes. Dessa forma, é possível que exista uma diferença entre o número de alunos que estão efetivamente estudando e o número de obras entregue. Entretanto, o próprio governo já estruturou duas ações em casos como esses: a reserva técnica e o remanejamento de livros didáticos.

A reserva técnica é uma compra complementar, que corresponde a 3% dos livros enviados à escola no período regular. A reserva técnica é prevista no decreto 9.099 de 2017, já citado (BRASIL, 2017). O trecho sobre a reserva diz que: “§ 1º Será mantida reserva técnica de material didático para atendimento das matrículas adicionais ou não computadas nas projeções, conforme estabelecido em Resolução do FNDE.” (BRASIL, 2017). Sobre a quantidade, armazenamento e procedimentos de entrega dos livros, o site do FNDE diz que

As secretarias de educação terão do dia 11/04 ao dia 24/04 para validá-los dentro do limite legal de 3% que cada rede tem direito. (...) Os materiais da reserva técnica são armazenados pelo FNDE. Após validação das demandas das escolas pela secretaria de educação, os Correios terão até

45 dias para realizar a entrega desse material a partir da emissão da ordem de serviço. (FNDE, 2020c).

A outra forma de resolver eventuais problemas de falta de livros didáticos na escola é o remanejamento de livros. Nesse caso, existe uma ferramenta online onde a escola inscreve as obras que estão faltando ou sobrando e realiza esse remanejamento. Essas informações ficam visíveis a outras escolas, que observam onde buscar ou para onde enviar seus livros. A ideia da ferramenta é adequar a projeção de livros didáticos feita a partir do censo escolar e a realidade de matrículas do período. Nesse caso, a responsabilidade pelo envio do material complementar é da própria escola ou da secretaria de educação.

Destaco, assim, que, mesmo com essas duas formas de resolver o problema da falta de material, criadas pelo governo, as escolas utilizam de sua própria reserva de livros para eventuais falhas no processo. Guardados de um ano para outro, é uma forma caseira de solução e que demonstra a preocupação dos dirigentes educacionais em garantir que o professor e alunos tenham o material de estudo em mãos.

Em relação à pesquisa de natureza exploratória realizada com a colaboração das quatro escolas, contribuiu para esclarecer processos que resultam no descarte de livros, pois é no encontro diário com a vida escolar que se podem observar as práticas de uso dos livros didáticos, bem como conhecer as dinâmicas e entender as soluções que são dadas aos problemas, pelos sujeitos que dão existência real à escola.

Contudo, o estudo exploratório deixou em aberto algumas possibilidades de continuidade da pesquisa. Seria interessante ter acesso às atas das reuniões em escolas que decidiram pela venda ou doação dos livros didáticos, bem como seria possível analisar o estoque de emergência guardado pela a escola, verificando sua utilização futura em salas de aula.

Entende-se que também seria muito desejável entrevistar os alunos e familiares, buscando confirmar e também descobrir outras funções que atribuem aos livros quando são levados para casa. A leitura dos livros didáticos é feita por toda a família? Para que esses livros são utilizados? Quais são os interesses no uso desse tipo de livro?

Além disso, um caminho interessante seria ir às cooperativas para compreender todo o processo: do recolhimento nas escolas, separação do material

nas cooperativas, venda e transformação daquele livro em dinheiro, servindo para a manutenção da vida das famílias.

Entretanto, além das potencialidades de pesquisa apontadas no estudo exploratório, as dificuldades também se apresentaram na continuidade do trabalho empírico. Buscando levar em consideração as condições do campo empírico, o caminho vai sendo trilhado e ajustado durante o processo. Uma primeira barreira foi a dificuldade de obter as autorizações necessárias para a pesquisa dentro da escola, acompanhando o cotidiano escolar em relação aos usos e reusos dos livros. Mudanças na legislação estavam em curso e demandariam um tempo superior ao do curso de Mestrado, o que conduziu a outras opções metodológicas para avançar na construção do objeto de pesquisa.

A segunda dificuldade foi abrir espaços de entrevista em projetos comunitários e em cooperativas, dada a preocupação com as normativas legais e com a problemática do tema, muitas vezes explorados pela mídia e que expõem tanto as escolas como outros agentes sociais que estão envolvidos no processo de doação ou venda desse material.

As lacunas na produção científica sobre o tema também constituíram um limite, e o caminho exigiu um processo de tentativas e erros, com alguns acertos que permitiram a produção de resultados com alguma amplitude, embora sem a possibilidade de avançar nas análises com maior diversidade de dados coletados no campo empírico.

Assim, a partir do estudo exploratório buscaram-se experiências relacionadas ao uso dos livros fora dos muros escolares, de forma a contribuir para a compreensão desse processo de circulação dos livros após encerrado seu ciclo de uso na escola pelo PNLD, o que será apresentado a seguir.

4.4 LOCALIZANDO EXPERIÊNCIAS DE USO DOS LIVROS DIDÁTICOS PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Muitos foram os caminhos trilhados pela pesquisa no rastro dos livros didáticos que encerraram seu prazo de utilização estipulado pelo PNLD. O governo do estado do Paraná tornou mais rígida a legislação para pesquisa em escolas da

rede pública de educação¹⁸ e, em função dos prazos para finalização da dissertação, a pesquisa teve que seguir outros rumos. Fui, então, em busca de projetos fora do espaço escolar e encontrei experiências interessantes que, em função de suas características, estão aqui separadas em duas categorias: 1) experiências institucionais; e 2) experiências individuais.

4.4.1. Experiências institucionais de uso dos livros após seu ciclo nas escolas

a) Projeto institucional 1

Como forma de compreender os percursos dos livros didáticos para além do espaço escolar, quando se encerra seu uso pelos alunos de determinada série, turma e disciplina escolarizada, no âmbito do PNLD, foi feito contato com os responsáveis por um projeto social que, segundo informações obtidas informalmente, aproveitava livros didáticos.

O projeto tem sua sede em comunidade da periferia de Curitiba e desenvolve várias ações de apoio aos moradores. Dentre elas, o projeto oferece acesso a uma biblioteca que atende a comunidade. Fui recebido por duas dirigentes do projeto social que explicaram que a biblioteca nasceu com a doação de livros que eram descartados, livros não apenas didáticos, mas obras de diferentes tipos. O espaço cresceu e atualmente recebe doações de livros de várias instituições públicas, privadas e de pessoas físicas, cidadãos comuns.

Informaram que a biblioteca recebe doações de livros didáticos que não estão mais em uso nas escolas. Esses livros vão para as estantes e entram no cadastro para empréstimo aos leitores da comunidade. Segundo elas, o livro didático continua tendo a função de facilitar o estudo, mas a forma de utilização é compartilhada. Enquanto na escola o livro é utilizado por um ano letivo pela mesma pessoa, ali ele é emprestado e devolvido, como acontece regularmente com livros de literatura, por exemplo.

Um elemento valioso para os objetivos da pesquisa foi apontado por uma das dirigentes da biblioteca. Segundo ela, é durante os períodos de provas nas

¹⁸ Para mais detalhes, acesse o site da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1609>. Acesso em: 08 mar. 2020.

escolas que os livros didáticos existentes na biblioteca são mais requisitados. Pode-se entender, portanto, que existe uma correspondência direta entre escola e a biblioteca da comunidade. No entanto, pode-se também conjecturar que os livros ali disponibilizados à comunidade preenchem alguma lacuna que fica aberta pela atividade escolar.

Assim, é interessante observar que mesmo que o aluno já tenha um livro didático em mãos para estudar para as avaliações da escola – ou pelo menos deveria ter, já que o PNLD existe para oferecer a ele o recurso didático –, ele ainda busca outros livros didáticos para suprir a falta ou para completar seu estudo. Nesse caso, pode-se reconhecer que mesmo saindo da escola, o livro didático não perde seu vínculo com as atividades próprias dela, como a preparação para as provas. Portanto, a função é semelhante à que ele exerce dentro da escola. Como diriam Chaves e Garcia (2014), o livro didático é um elemento da cultura escolar. Dessa forma, pode-se dizer que mesmo quando o livro sai da escola, ele, em parte, leva a escola consigo.

A observação do projeto social mostrou como iniciativas populares podem fazer a diferença em um contexto social de exclusão. O livro que poderia ir para o lixo, ou para a reciclagem de papel, foi para a biblioteca e pode ser utilizado pelas pessoas da comunidade, para os mais diferentes fins. Entrevistar os usuários dos livros didáticos disponibilizados pelo projeto é um dos passos importantes que outras pesquisas precisam realizar, compreendendo assim outras funções que os usuários atribuem a esse material.

b) Projeto institucional 2

Trata-se de um projeto que visa recolher livros variados, catalogá-los e disponibilizá-los em locais estratégicos para que os cidadãos de Curitiba e região metropolitana possam emprestá-los. Os usuários pegam o livro e podem devolvê-lo em qualquer posto de empréstimo, ou podem levá-lo para casa, tornando-se dono do livro.

O projeto, inicialmente, recolhia e distribuía livros didáticos. Entretanto, conforme me informou uma de suas dirigentes, o projeto foi alvo de denúncias infundadas, de que os livros pagos com dinheiro público estavam sendo distribuídos por eles de forma irregular.

Essas atitudes fizeram com que eles mudassem de estratégia. Hoje eles continuam recolhendo e distribuindo os livros didáticos, entretanto, o projeto não coloca nesses livros o seu carimbo, para que dessa forma não sejam vítimas de denúncias, o que expõe escolas e projetos bem-intencionados em fazer o livro circular.

Portanto, com relação aos livros didáticos, hoje o projeto recolhe livros que seriam descartados, cataloga, separa o que talvez seja inadequado, como livro com conteúdo que os responsáveis consideram defasado, e distribui o material nos mesmos locais onde distribui outros tipos de livro, como literários. Entretanto, isso é feito sem o carimbo do projeto, o que poderia dar aos usuários a impressão de que algum cidadão colocou ali aqueles livros para serem doados.

Outra diferença em relação aos demais livros é que os didáticos são colocados à doação e não ao empréstimo. O objetivo é que eles circulem nas mãos de outras pessoas, ganhando extensão de sua vida útil na escola.

A dirigente informou que o acervo de livros didáticos deles é enorme. O fato disso acontecer, como já se procurou destacar anteriormente, é por ser o PNLD um projeto de grandes dimensões, que distribui muitos milhões de livros anualmente, e por outro lado haver uma limitação significativa na capacidade de armazenamento e outras destinações da escola, fazendo com que se encontrem livros didáticos com o prazo de utilização encerrado em cooperativas de catadores de material reciclável ou outros projetos.

A dirigente nos informou que quando eles disponibilizam livros didáticos nos pontos de empréstimo, não sobra nenhum: a população leva o material para casa. Essa informação coletada é mais um indício a ser levado em conta para reafirmar que são urgentes pesquisas que busquem compreender quais os usos reais a população dá a esse material, além de mapear a circulação desses livros para além da escola.

No ANEXO 1 do presente trabalho, encontra-se a reprodução de um exemplar de livro didático distribuído pelo Projeto institucional 2 e recolhido por um apoiador da pesquisa aqui descrita.

4.4.2. Experiências individuais de uso dos livros após seu ciclo nas escolas

a) Experiência individual 1

No processo de triagem realizada no projeto institucional 2, constatei que eles separam alguns livros que não consideram conveniente para distribuir. Entre esses materiais estão livros de literatura muito velhos ou danificados, folhetos religiosos que usuários deixam nos postos de distribuição e, dentre outros materiais, livros didáticos.

Para dar vazão a esse material que para eles não é interessante, eles entram em contato com uma pessoa – a quem atribuí o nome de Sérgio – para recolher o material. Sérgio tem uma kombi e trabalha com reciclagem de papel e outros materiais. Sua atuação acontece, principalmente, na periferia de Curitiba.

Em conversa sobre o tema, Sérgio relatou que recolhe o material e leva-o para seu galpão de reciclagem. A grande maioria dos livros que recolhe ele separa para novamente virar papel, garantindo seu sustento e de sua família. Entretanto, usando de suas categorias de classificação e avaliação particulares, ele separa alguns livros para doação.

Com o tempo, sua seleção de livros para doação – dentre eles, os didáticos – produz pilhas que ele coloca dentro da Kombi. Então dirige-se a um local da periferia de Curitiba onde encontra crianças e familiares, abre sua kombi e informa que os livros são para doação. Segundo Sérgio, nunca sobra nenhum livro, todos são levados e a população fica muito agradecida e emocionada com a doação.

Foi muito interessante e significativo para os objetivos da pesquisa conhecer o ciclo desses livros: primeiro, todo o ciclo de existência dentro da escola; depois disso, é enviado ao projeto institucional 2, aqui descrito. O projeto o seleciona para seu descarte e entra em contato com Sérgio. Ele, por sua vez, faz nova seleção, com base em seus próprios critérios e os distribui novamente, fazendo o material circular.

Verificar esse ciclo de vida útil do livro ampliado é também ampliar a compreensão sobre a força que esse artefato escolar, o livro didático, conserva nas ações, no coração e mente das pessoas. Qual seu valor prático? Qual seu valor afetivo? Quais foram os critérios utilizados por Sérgio para dar vida nova aos livros que já haviam sido descartados pela escola e pelo projeto? Qual a importância

daquele material para o usuário final? Como um dos resultados da pesquisa abrem-se caminhos para novos estudos, para outros pesquisadores. Entender o processo de seleção e distribuição dos livros feito pelo Sérgio tende a ser um caminho fértil.

b) Experiência individual 2

Também em uma cooperativa de catadores de material reciclável, mas agora da periferia de outro município da região metropolitana de Curitiba, uma mulher – que aqui será chamada de Sílvia – realiza uma ação muito interessante com os livros que recebe.

Os cooperados, além de recolher o material reciclável com seus carrinhos pelas ruas da localidade, venceram uma licitação para receber o descarte dos Correios de dois municípios. Segundo Sílvia, os Correios têm seu processo de descarte de materiais recicláveis e para isso, realizam uma licitação para selecionar cooperativas para receber seu material. A cooperativa coordenada por Sílvia recebe esse material e, dentre outras coisas, recebem muitos livros didáticos.

Ela informou que muitos desses livros chegam ainda embalados no plástico, sem nunca terem sido usados. Esse material pode fazer parte de reserva técnica, ou resíduo de alguma falha na distribuição, entre outros fatores.

Sílvia, de forma similar a Sérgio, faz uma seleção do material recebido que esteja em bom estado. O material entregue pelos correios não é apenas impresso, há outros produtos que também são descartados. Dessa forma, Sílvia faz uma seleção e, quando já tem material suficiente, coloca no carro e leva para sua casa, também na localidade, mas que fica em bairro diferente do da cooperativa. Chegando lá, Sílvia organiza um bazar com o material descartado e em bom estado. Sobre os livros didáticos, Sílvia informou que só leva os que recebe ainda no plástico e que vende cada um a R\$ 2,00. Ela disse que a procura é grande e que normalmente vende todos.

Sílvia, assim como Sérgio, estende a vida útil do livro didático. Trabalhando com um material que não foi utilizado pela escola e que ficou guardado nos galpões dos correios, ela entende que pode servir para leitores, seja para a leitura por prazer, para a instrução, ou outras funções que pesquisas futuras poderão apontar. Além disso, ela se refere ao valor financeiro do livro, pois a reciclagem é seu trabalho, seu sustento – não apenas dela, mas de todos os cooperados. Um livro que foi

comprado pelo governo federal por, aproximadamente, R\$ 7,00¹⁹, agora é revendido a R\$ 2,00.

Certamente, muitas outras pesquisas podem surgir dessa ação. Uma delas, a de verificar o valor financeiro que o livro acumula em sua vida útil. Da compra pelo governo, o transporte, armazenamento, até chegar a uma cooperativa de catadores e ser, novamente, vendido a um novo usuário por R\$ 2,00. Quanto custou esse livro ao longo de sua vida?

Quais seriam os outros critérios utilizados por Sílvia para fazer sua seleção de livros que devem continuar em circulação? Ela já apontou que revende apenas os que estão no plástico. Será que existem outros elementos que se combinam com esse critério? Além disso, quais são as perspectivas de quem compra esses livros? Quais os interesses? Eles são atendidos por meio das ações de pessoas como Sílvia? Tais questões ainda restaram abertas, nos limites impostos pelo tempo e pelas condições de realização desta pesquisa.

Sílvia e Sérgio são pessoas que tiveram pouco acesso à educação formal, conforme relataram nas conversas que foram possíveis. Apesar disso, cada um a seu modo, criou formas de circulação para os livros didáticos. Entender esse processo pode apontar funções diferenciadas que os livros didáticos assumem para novos usuários.

Como já apontado, Soares (2009) se refere ao letramento como sendo “um mapa do coração do homem, um mapa de quem você é, e de tudo que você pode ser” (SOARES, 2009, p. 43). Os projetos identificados, tanto institucionais quanto individuais, embora possam não estar fundamentados explicitamente nos debates sobre letramento, expressam compreensão, nas suas práticas, de que a leitura pode mostrar e ampliar quem você é, se for uma leitura reflexiva e ativa. Para que isso se dê, uma das ações fundamentais é a circulação dos livros.

Os projetos que precisam se ocultar, não colocando seu carimbo em livros didáticos, ou os cidadãos que deixam de ganhar dinheiro com o livro quando optam por doar para leitura e abrem mão de reciclar, realizam funções fundamentais para que outros leitores possam se guiar por mapas da leitura, que estão guardados em

¹⁹ Levando-se em conta o valor apresentado em uma notícia do MEC e já exposto em outro momento da dissertação. Notícia disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34216>. Acesso em: 08 mar. 2020.

livros didáticos que já foram usados por outras mãos, mas que podem continuar contribuindo em outros processos de letramento.

Batista (1999) afirma que o livro didático é um objeto que é feito para ser utilizado em ambiente escolar e que tem poucas funções fora desse espaço. A partir dos elementos coletados em diferentes situações empíricas, pode-se aceitar que o livro didático pode assumir muitas outras funções em diferentes contextos e que, embora seja feito para ser usado em espaço escolar, ele também é utilizado fora dos muros da escola.

A questão central talvez seja que o olhar dos pesquisadores ainda não tomou como foco o livro nessa perspectiva, mas a pesquisa realizada fornece pistas para entender que, ampliando a visão, os livros descartados pelas escolas podem ser encontrados em diversos lugares e têm sido usados das mais variadas formas, por diferentes sujeitos, portanto, um lixo valioso.

4.5 CONSIDERAÇÕES QUE DERIVAM PROPOSIÇÕES

O trabalho teórico e empírico realizado mostrou facetas de um problema complexo, que está relacionado aos destinos do livro didático após o prazo de utilização na escola, estipulado pelo PNLD. Para isso, buscou-se referências na legislação, na história de consolidação do livro didático no país, na economia do livro didático, nos índices de leitura dos brasileiros, nas questões da violência como contexto de vida de boa parte da população, e ainda na leitura de trabalhos que, de alguma forma, se aproximaram daquela problemática. O caminho conduziu, em sua última etapa, à identificação de experiências institucionais e individuais de reutilização desse material que, pensado para o trabalho escolar, tem sua vida útil estendida para fora da escola.

O desafio desta última seção é delinear caminhos para a reutilização desse material que pelas razões expostas ao longo do texto foi aqui considerado valioso, o livro didático.

As proposições envolveriam vários agentes sociais, como os governos, escolas, alunos, editoras, correios, cooperativas de catadores de material reciclável, entre outros. Nenhuma proposta é superior à outra nem fechada em si, mas poderá abrir discussões de reutilização do livro didático após o prazo estipulado pelo PNLD.

Na década de 80, Oliveira e Guimarães já chamavam atenção para um ponto interessante, que parece continuar valendo para os dias de hoje:

Finalmente, no papel de subsidiador, o governo poderia valer-se da posição de detentor da maioria dos recursos financeiros do país para privilegiar políticas que favorecessem os ambientes mais necessitados, a conservação de material por mais tempo, etc. Por exemplo, escolas que mantivessem seus livros por mais de três ou quatro anos ganhariam incentivos para consolidar suas bibliotecas ou gráficas e para produzir outros materiais de ensino. (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984, p. 129).

Em parte, a política de compras de livros reutilizáveis, com duração média de 4 anos, corresponderia a um esforço de preservação dos livros e de melhor aproveitamento do material – o que tem sido uma ação predominante no PNLD, mas que dá sinais recentes de mudanças, por razões que aqui não serão abordadas.

Entretanto, é preciso pensar após o prazo estipulado pelo PNLD. Os autores propõem que escolas que mantivessem projetos de reuso dos livros didáticos para além dos 3 ou 4 anos poderiam receber incentivos que poderiam incluir verbas acrescidas no repasse do Projeto Dinheiro Direto na Escola (PDDE), projeto que, segundo o site do FNDE, tem por objetivo,

prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar. (FNDE, 2020d).

Outra possibilidade de incentivo para as escolas que atuassem na reutilização dos livros didáticos, seria o repasse de recursos para atender a alguma demanda existente na comunidade escolar por meio de edital específico.

Em nível escolar, poderiam ser organizados projetos de leitura com a comunidade do entorno utilizando os livros didáticos de língua portuguesa. Certamente seria necessário um levantamento da população interessada, como pais e responsáveis pelos educandos, trabalhadores da região ou mesmo os trabalhadores da própria escola que não tenham acesso à leitura de forma regular. Em observações assistemáticas, constatou-se que muitos dos trabalhadores de escolas que limpam a biblioteca se sentem inibidos (ou mesmo proibidos) de emprestar um livro dela. Também seria necessário estabelecer parcerias com universidades ou outras instituições que pudessem oferecer recursos humanos para a realização de oficinas ou outras atividades que aproveitassem o acervo já

existente – os livros de língua portuguesa que já não estão em uso nas aulas. Deve-se sublinhar que não se trata de propor novas funções para a escola, que já acumula funções, exercidas em condições materiais de trabalho geralmente muito abaixo do requerido.

A comunidade escolar, por meio de sua APMF e do Grêmio Estudantil, poderia estimular agentes de referência da região para a organização de pequenas bibliotecas em seus estabelecimentos – comércio em geral, associações de moradores (ou outras associações), igrejas, entre outros locais, poderiam disponibilizar espaços onde os livros didáticos ficariam expostos para leitura ou para doação.

Com ações como essas, os livros didáticos com prazo de uso encerrado poderiam deixar de ser um problema e contribuiriam com a melhoria do nível de leitura dos sujeitos das comunidades no entorno.

Outras ações poderiam ser desenvolvidas por outras instituições. Destaca-se aqui uma ação que está relacionada ao sistema prisional.

Em 2011, foi sancionada a lei federal 12.433 com o objetivo de alterar alguns dispositivos da lei de Execução Penal. A alteração foi “para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.” (BRASIL, 2011). A ideia era criar formas de reintegração social do preso a partir do trabalho e o estudo e criava meios práticos de beneficiar o preso que se dedicasse às atividades propostas, a saber, a redução de sua pena.

O Paraná foi um dos primeiros a criar lei estadual para organizar o processo de remição de pena pela leitura. Segundo a lei, “Fica instituído o Projeto ‘Remição pela Leitura’ nos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná como meio de viabilizar a remição da pena por estudo, prevista na Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011.” (PARANÁ, 2012). Em síntese, a lei estadual indica que o preso deve ler e fazer um relatório de leitura ou resenha de um livro por mês. Esse resumo passará pela avaliação de um professor. Se a resenha produzida pelo preso estiver condizente com o estipulado pelo professor, ele terá a pena reduzida. Além da redução da pena, a lei tem por objetivo oportunizar “(...) o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica, por meio da leitura e da produção de relatórios de leituras e resenhas.” (PARANÁ, 2012).

O projeto prevê que o detento só possa produzir uma resenha por mês como forma de reduzir sua pena, entretanto, de acordo com reportagem do jornal Nexa

sobre as ações de remição da leitura no estado de São Paulo, a maioria dos presos que participa do programa continua a ler, independente da possibilidade da diminuição da pena (FÁBIO, 2018). Em outras palavras, a leitura, nesse caso, tem muitas funções.

Eliana Yunes, em seu artigo “Sujeitos em Construção: a leitura e a escrita de si” (YUNES, 2016), relata seu trabalho com remição da pena pela leitura em vários presídios. Ela colaborava com grupos que trabalhavam a escrita de autobiografias pelos presos com suporte da leitura de textos literários. Sobre a leitura, ela diz que

a leitura crítica – de discernimento das coisas e das palavras, dos sentidos e seus efeitos – pode se constituir em instrumento de realocação do sujeito no mundo. Ao se deparar nesta situação, o impulso irresistível é o de contar, de elaborar outro texto que dê conta da “realidade” agora vivida por ele. Passa de ouvinte a falante, com voz própria e palavra que o represente. De leitor de outros, passa a autor de si. (YUNES, 2016, p. 621).

Yunes caminha em direção semelhante a de outros autores aqui referidos como Freire, quando pensa a leitura crítica como construção de si. Nesse sentido, propostas de leitura em espaços de privação de liberdade são instrumentos poderosos na construção e reconstrução daquele sujeito que, por algum motivo, foi tirado do convívio social.

Yunes discute os projetos de leitura em presídios com o argumento, fundamentado científica e empiricamente, de que aos presidiários vale muito mais olhar para dentro, em um processo de auto compreensão e construção mediado pelo livro, do que um olhar pra fora, sendo o livro o objeto último, medido pela produção de um texto que se assemelha a práticas escolares regulares. Segundo ela,

A diferenciação está posta na consideração de uma realidade e de uma verdade que se alteram no tempo, com os movimentos de se ver, ler, reler, ao abrir-se ao outro e narrar-se. Se o sujeito constitui-se na linguagem e em uma práxis social (BAKHTIN, 1994), o resultado de um programa de leitura em casas de reclusão não pode aspirar ao domínio da teoria literária como faz o projeto curitibano de remição da pena, com provas semelhantes às de vestibular ou de cursinhos. Narrando-se, ocorre um movimento de projetar-se como um outro, descobrindo-se, ao olhar de outrem, com quem participa de uma coletividade. Como alterbiografia ou autoficção, independente dos conceitos operacionais da literatura, a escrita de si, no contato com a literatura e no diálogo da mediação, funciona como construção de uma subjetividade em processo, que não se esgota no texto publicável. (YUNES, 2016, p. 623-624).

Rosemary Lapa de Oliveira, Andréa Betânia da Silva e Maria Alba Guedes Machado Mello, que também relatam processo de mediação de leitura em presídio, dizem que

A proposta de constituição de leitores intercíticos, autônomos e situacionados entende que a leitura conduz o sujeito a considerar várias possibilidades de atribuições de sentidos aos textos; que ler é processo de elaboração/criação constante de nossas vidas, de nossas práticas; e que, nesse processo, o contexto interfere na compreensão do sujeito, mas não é determinante (no sentido do determinismo ideológico vigente no início do século XX). (OLIVEIRA; SILVA; MELLO, 2018, p. 167).

A leitura é construção do eu, mas também do entorno. O contexto prisional influencia, mas não aprisiona. A leitura também favorece, segundo as autoras, a construção social de um mundo possível, fora das grades. Além da construção individual e cidadã, a leitura tem função prática de diminuir a pena do cidadão privado de liberdade. Nesse sentido, o projeto apresentado relatou outros resultados:

Os resultados obtidos, além de remir a pena em duas semanas para os privados de liberdade, promoveu o enleituramento dos cursistas, ou seja, o diálogo do leitor com o texto de forma profunda, e o desejo da aprendizagem cada vez maior da decifração do código linguístico e da apropriação da leitura autônoma e crítica. (OLIVEIRA, SILVA, MELLO, 2018, p. 165).

Em relação à lei estadual paranaense sobre a remição da leitura, ela inclui os livros didáticos na lista de obras a serem lidas mensalmente.

Art. 3º O Projeto “Remição pela Leitura” consiste em oportunizar ao preso custodiado alfabetizado remir parte da pena pela leitura mensal de uma obra literária, clássica, científica ou filosófica, livros didáticos, inclusive livros didáticos da área de saúde, dentre outras, previamente selecionadas pela Comissão de Remição pela Leitura e pela elaboração de relatório de leitura ou resenha, nos termos desta Lei. (PARANÁ, 2012).

Acredita-se que esse é um ótimo destino para livros didáticos que já cumpriram suas funções dentro da sala de aula. O livro didático de língua portuguesa contempla, dentre outras coisas, uma coletânea de textos dos mais variados gêneros. Dessa forma, poderá ser de grande utilidade em projetos com este de remição pela leitura.

Entretanto, alerta-se para algumas dificuldades ou limites. Notícia veiculada no dia 11 de dezembro de 2019, no site da Secretaria de Segurança Pública, diz

que: “Os interessados em doar livros de literatura ao Departamento Penitenciário devem entrar em contato com o Setor de Educação e Capacitação (...). São aceitas obras de literatura clássica universal, sociologia, biografias e autoajuda.” (DEPEN, 2019). A possibilidade de doação de livros didáticos não está prevista na publicação por motivos que não foram explicitados. Sejam eles quais forem, cabe aqui um alerta para o fato de que os livros didáticos podem proporcionar acesso a diferentes textos e devem estar incluídos em programas para o sistema prisional, estabelecendo também conexões com o mundo escolar.

Finalmente, para as proposições de uso dos livros didáticos após seu prazo legal de uso, relembra-se que o local onde mais se encontram livros didáticos, depois da escola, são as cooperativas de catadores de material reciclável. As cooperativas, pelas observações e entrevistas realizadas, desempenham importante função de dar uma destinação digna aos livros didáticos que não o lixo comum, além dos associados garantirem, com esse trabalho, sua renda, o que garante, inclusive, que seus filhos frequentem a escola no tempo certo e não necessitem parar o estudo para trabalhar. Muitos dos trabalhadores das cooperativas não tiveram a oportunidade de estudar em escola formal no tempo regular, pois precisaram trabalhar na infância e juventude para complementar a renda familiar.

Dessa forma, é contraditório pensar ações de reaproveitamento do livro didático que encerrou seu ciclo, sem incluir as cooperativas nas soluções²⁰. Para apontar algumas possibilidades, destaca-se aqui lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), que diz:

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a: (...) II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda; (...). (BRASIL, 2010).

A lei, em muitos momentos, destaca a importância das cooperativas de catadores de material reciclável como uma das principais formas de enfrentar o problema do lixo no país. As cooperativas desenvolvem um papel fundamental e são

²⁰ Para mais informações sobre o trabalho das cooperativas de catadores de material reciclável, sugiro o documentário “As recicláveis”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=M_smqIR6oqQ. Acesso em: 29 fev. 2020.

legalmente reconhecidas, cabendo ao Estado, estabelecer, com prioridade, parceria com elas para estabelecer projetos relacionados ao ciclo de vida dos produtos.

Entre os mais diversos produtos e tipos de materiais que as cooperativas organizam estão os livros didáticos, que interessam especialmente a esta dissertação.

O livro didático é acervo de conhecimento acumulado, materialização do currículo, reunião de textos de diversos gêneros textuais. Mas também é papel, que um dia tende a virar lixo. O cooperado, que muitas vezes não teve acesso à escolarização, se vê transformando um livro em papel picado, que vai lhe dar alguma renda. Entretanto, pode-se perguntar: qual é o maior valor? O livro na prateleira e nas mãos da população, ou transformado em papel e gerando renda ao cooperado?

Certamente não é uma resposta simples e para que aqui fosse respondida, a pesquisa precisou ouvir a voz dos cooperados. Casos como os de Sérgio e Sílvia, aqui relatados, mostram que ele distribui livros que poderiam gerar renda e ela, revende os livros por um preço pequeno, aumentando sua vida útil enquanto livro didático. Também foi necessário descrever um projeto social que iniciou com livros que iriam para o lixo, mas foram para as prateleiras e ajudam os usuários da biblioteca em atividades educacionais. Destacou-se a escritora Carolina Maria de Jesus, catadora de material reciclável, que com o acesso aos livros, aprimorou seu olhar crítico à sociedade.

O PNLD é um programa complexo e que conta com diversos profissionais especializados em várias de suas fases, incluindo pesquisadores, professores, autores, ilustradores, dentre outros profissionais. São equipes competentes para pensar o conteúdo de um livro que servirá de referência para a educação de milhões de estudantes. Obviamente, críticas são sempre possíveis e necessárias para que o livro melhore, mas é inegável que ao longo dos anos do PNLD, o livro didático evoluiu em termos de qualidade.

Assim, seu valor é grande frente às possibilidades de leitura e acesso ao conhecimento que pode gerar para diferentes leitores. Um livro didático no lixo comum pode contaminar o meio ambiente. Um livro didático na reciclagem pode gerar renda a um grupo de pessoas. Um livro didático na prateleira pode contribuir com a transformação social. Como diz Fernandes (2013):

E não só com Retratos da Leitura no Brasil, mas com o Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf). A edição de 2001, por exemplo, mostra que o maior ou o menor êxito dos poucos escolarizados no campo das letras está relacionado à convivência ou não com materiais de leitura em casa, na infância.

Entre os que não leem nada ou quase nada, 42% não tinham livros ou cadernos em casa no momento da pesquisa. Entre os que alcançaram um nível básico de leitura, apenas 3% não tiveram contato com suportes semelhantes (GALVÃO apud RIBEIRO, 2003, p. 129). É um dado quase banal, mas bom o bastante para provocar mudanças nas políticas da leitura. Um livro em casa muda tudo? Pois custa muito pouco mudar. (FERNANDES, 2013, p. 232).

Com essas considerações, e a partir da legislação dos resíduos sólidos que afirma que o poder público deve estabelecer com prioridade parcerias com cooperativas de catadores de materiais recicláveis quando o assunto for a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, pode-se pensar em alternativas interessantes de reutilização dos livros didáticos. O poder público poderia incentivar que as cooperativas montem com esses livros, bibliotecas em seus barracões. As bibliotecas seriam diversificadas, dada a variedade de livros que as cooperativas recebem. Poderiam, com o apoio do poder público, se tornar referência de seus bairros, já que, em sua grande maioria, os barracões de reciclagem se situam nas periferias.

Essa ação, por si só, já atrairia a população local para o espaço da cooperativa, dando visibilidade aos cooperados e ao seu trabalho. Além disso, o Estado poderia realizar projetos de mediadores de leitura nas cooperativas, envolvendo universitários que, pagos pelo Estado, fariam a mediação entre os livros e os possíveis leitores, sejam eles da cooperativa ou do bairro. Tendo o cooperado retirado aquele livro do lixo e levado para a biblioteca, o trabalhador realizou o trabalho de recolher o livro, mas não o transformou em papel novamente. Sendo assim, seria possível pensar em alguma compensação financeira para cooperativas que preservassem livros e constituíssem bibliotecas, pois a cooperativa deixou de ganhar financeiramente com sua reciclagem.

Ações como essa transformariam as cooperativas em centros culturais, pois ofereceriam bibliotecas dinâmicas e variadas ao público local. Além disso, parcerias com o poder público e outros órgãos poderiam fomentar oficinas de, dentre outros assuntos, conservação e recuperação de livros, favorecendo assim a melhoria da própria biblioteca. Ou também oficinas de contação de histórias, para aproveitar o conteúdo oriundo dos livros de língua portuguesa. As possibilidades de

reaproveitamento de livros didáticos em espaços de cooperativas de catadores são variadas, podendo fomentar visitas de escolas (aula de campo) e aulas sobre a importância da sustentabilidade.

Os livros, portanto, cumprem inúmeras funções, que se modificam segundo o tempo e o lugar. Choppin, em seu importante trabalho “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte” (CHOPPIN, 2004), sintetizou quatro funções que eles desempenham. Já referidas anteriormente, são aqui retomadas para finalizar este capítulo com uma provocação aos estudiosos do tema.

QUADRO 1 – FUNÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO DE ACORDO COM CHOPPIN

1. Referencial - traduz o programa de ensino.
2. Instrumental - põe em prática métodos de ensino e aprendizagem.
3. Ideológica e cultural - a mais antiga, supõe a transmissão de valores para as novas gerações. Os Estados nacionais utilizam o livro didático para veicular sua língua e cultura.
4. Documental - fornece um conjunto de documentos que pode ser observado pelo aluno de forma autônoma e crítica.

FONTE: O autor (2020).

As funções que Choppin sistematizou foram pensadas para o livro didático em uso em sala de aula, dentro de seu ciclo de uso por professores e alunos. Aqui se buscou investigar outros usos, não convencionais, mesmo que esses usos possam ser realizados dentro da escola. Nesse percurso é possível pensar que são necessárias outras categorias para explicar os usos do livro didático após seu prazo prescrito.

De acordo com a pesquisa realizada, a população das cooperativas de catadores é a que mais se vale do livro didático que encerra seu ciclo. O uso mais comum é a reciclagem para que o livro se transforme em fonte de renda. Se pensarmos no caso de Sílvia, que vende os livros descartados, mas que estão conservados, em seu bazar, o objetivo também é o de obter renda.

A biblioteca do projeto social, na periferia da cidade, também se vale dos livros para sua função de suporte de conteúdos escolares, mas como livro da

biblioteca, para consulta, prioritariamente por estudantes das escolas do entorno. Isso oportuniza uma visão distinta sobre os conteúdos em relação a livros eventualmente usados pelos alunos em suas aulas, ou supre uma carência em relação ao trabalho realizado pela escola. O público, em sua maioria, são estudantes de baixa renda.

Sérgio, que deixa de transformar alguns livros em papel na reciclagem e leva-os às periferias de Curitiba para distribuí-los às crianças e famílias, entende que o livro representa uma oportunidade de melhorar as condições objetivas e subjetivas de uma população historicamente empobrecida.

A legislação que trata da remição da pena pela leitura aos presidiários paranaenses prevê a leitura do livro didático como uma forma de diminuição das penas. Nesse sentido, o público é o encarcerado, a maioria constituída por pessoas de baixa renda e que tem, dentre outras opções, no livro didático um objeto que pode contribuir para sua saída do presídio, além de proporcionar elementos que ampliam sua visão crítica do mundo.

Constata-se que temos a população empobrecida utilizando o livro didático descartado como um objeto da cultura que pode oportunizar uma melhor condição de vida a seus usuários: seja pela oportunidade de vendê-lo como papel reciclado, pela oportunidade de suporte ao trabalho escolar, pela oportunidade de crescimento educacional, pela oportunidade de diminuir sua pena nos presídios, dentre outras.

Dessa forma, pode-se dizer que o livro didático após o prazo de utilização no PNLD cumpre uma função oportunizadora, pois muitos são os agentes, institucionais ou não, que consideram esse material como uma forma de oportunizar algo a si próprio ou a outras pessoas.

Seria interessante aprofundar essa ideia que é apenas esboçada nessa finalização da dissertação, para verificar com sujeitos colaboradores se eles reconhecem no livro didático que sobrevive fora do prazo essa função oportunizadora.

Sobre as escolhas de leitura por parte das pessoas e suas reais funções, não foi possível avançar no âmbito deste projeto. No entanto, acredita-se que conhecer suas razões e motivos para valorizar tais livros, se aproximar e realizar leituras, é um caminho fértil. Fernandes diz que:

Essas escolhas são pistas sobre os leitores. Robert Darnton e Carlo Ginzburg as procuram em seus trabalhos sobre leitores do passado. Buscam ouvir o que o leitor diz em suas escolhas, procurando o que há nelas de criador (CHARTIER, 2009, p. 235, 242). Realizam a máxima de Macedonio Fernandez, para quem a única maneira de definir o leitor é encontrando-o, descobrindo seu nome, individualizando-o. (VOLPE apud NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2008, p. 193). (FERNANDES, 2013, p. 233).

Verifica-se que o livro didático que encerra seu ciclo de uso legal para além de ser lixo descartado, guarda uma gama de possibilidades, que pode ser explorada em projetos de reutilização. Aqui foram colocadas apenas algumas possibilidades, menos no sentido de propostas e mais como um desafio, mas elas parecem ser numerosas. Assim, é preciso continuar a busca.

5 CONCLUSÃO: PONTOS E RETICÊNCIAS

Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia. (JESUS, 1960, p. 35).

Para onde foi o livro didático que você utilizou em seu período escolar?

Volto à questão colocada na introdução deste texto de dissertação. Será que ela foi suficientemente respondida? Dada a quantidade de possibilidades abertas para a continuidade da pesquisa, creio que pude levantar elementos para dar respostas apenas em parte, deixando outras perguntas para que o debate continue.

O objetivo proposto no início do projeto era o de verificar se o livro didático que encerra seu prazo de utilização previsto pelo PNLD poderia realmente ser considerado, como anunciado no título, como um lixo valioso. Em busca de respostas que confirmassem minha compreensão sobre o tema, realizei o seguinte caminho metodológico: 1) pesquisa bibliográfica; 2) estudo exploratório em escolas públicas; 3) busca de ações institucionais e individuais de reaproveitamento do livro didático.

Na pesquisa bibliográfica, destaco dois pontos que contribuíram para a construção da dissertação. Primeiro, pude compreender o livro didático enquanto objeto da cultura escolar e que, portanto, tem sua utilização fortemente relacionada à escolarização enquanto processo social. É interessante chamar a atenção para o modo ativo de utilização dos livros didáticos pelos alunos. Por tratar-se de um processo de apropriação, a utilização do livro didático é conflitiva, uma vez que coloca em diálogo/confronto diversas culturas: a cultura do aluno, do professor, da escola e de outros sujeitos sociais externos a ela.

Outro ponto que destaco em relação à pesquisa bibliográfica é a constatação de lacunas na produção científica sobre o livro didático após o encerramento de seu prazo previsto no PNLD. Esse é um tema de pesquisa pouquíssimo explorado e que teria grande potencial de mostrar os usos desse recurso didático para além de sua função principal e do seu tempo regulamentado pela legislação. Recupero a posição apresentada desde o início do texto de que estudar o descarte desse material em um país com tantos problemas na educação e que tem marcas tão assustadoras de desigualdade social e de pobreza é uma tarefa necessária; pode ser uma contribuição no sentido de apresentar possibilidades de

reutilização e de inserção de pessoas em práticas de leitura, pois, como também defendi ao longo do texto, o livro didático – em especial, o de língua portuguesa –, não perde seu prazo de validade enquanto fonte de textos e imagens que podem ser lidas por diferentes sujeitos e em diferentes contextos.

No estudo exploratório realizado em escolas diversas, constatei o interesse dos dirigentes educacionais em garantir que alunos e professores tenham acesso ao livro didático, mesmo que ele já tenha encerrado o ciclo de uso previsto no PNLD. Compreendi que escolas assumem essa prática, sejam elas de periferia ou não, sejam elas estaduais ou federais, como as participantes do estudo empírico desenvolvido. É interessante destacar que os dirigentes escolares não aderem totalmente aos projetos governamentais relacionados ao remanejamento de livros, o que é uma relação de precaução em relação à necessidade de garantir livro para o trabalho escolar, mesmo que sejam aqueles que já poderiam/deveriam estar fora de uso, pelo encerramento do ciclo previsto nas normas. Essa medida se configura em garantia local, concreta, real de continuação do processo escolar.

Em relação à busca de ações institucionais e individuais de reaproveitamento do livro didático, pude compreender que as ações relacionadas à redistribuição desse material ainda são periféricas e são cercadas de dificuldades. Embora a legislação informe que os livros didáticos após o prazo estipulado pelo PNLD fazem parte do acervo escolar e indique que a escola pode dar outros destinos ao material, desde que observe a legislação local, encontrei poucas ações sociais de distribuição desse material.

Uma das ações institucionais transformou o material que é pensado para ser transitório em um material fixo, colocando-o à disposição em prateleiras de bibliotecas. Outra ação institucional localizada, que distribui livros diversos em pontos públicos de Curitiba e região metropolitana, age de forma cuidadosa em função da preocupação de que a distribuição dos livros possa causar problemas e denúncias – neste caso, não incluem o carimbo da instituição e deixam nas prateleiras públicas como doação.

Pude refletir que ações discretas de distribuição dos livros podem ser um caminho de preservação de escolas que doam o material, assim como de instituições que fazem a distribuição, pois como procurei mostrar, é frequente encontrar reportagens que tratam do assunto sem abordar a complexidade do tema,

tratando a questão da redistribuição do livro didático unicamente como um caso de descaso com o dinheiro público.

Ainda sobre a busca de ações de reaproveitamento de livros didáticos, localizei duas ações individuais propostas por trabalhadores de cooperativas de catadores de material reciclável, embora sigam direções diferentes. Em uma das ações, o trabalhador seleciona e separa parte dos livros coletados, didáticos e outros que estão em bom estado, distribuindo a crianças e familiares da periferia de Curitiba. Em outra ação, a trabalhadora separa alguns livros em bom estado e faz um bazar em sua casa, revendendo um material que foi utilizado e descartado, mas que ela considera ainda ter utilidade na sua função usual, como recurso didático. Dessa forma, a cooperada não ganha o valor financeiro da reciclagem do livro, mas ganha o valor da venda do exemplar.

Todas as experiências descritas foram examinadas a partir dos referenciais que possibilitaram aprofundar a compreensão sobre os significados da leitura em uma sociedade desigual e excludente; sobre a leitura escolarizada e suas relações com os livros didáticos, particularmente pela existência de um programa nacional que avalia e distribui livros para as escolas públicas, em todas as disciplinas e em todos os níveis do ensino, substituindo ciclicamente as obras e gerando o que denominei de “lixo valioso”; e sobre elementos da historicidade e das questões econômicas e financeiras relacionadas ao livro didático, tanto em relação à consolidação desse material no cotidiano escolar quanto em relação ao seu descarte.

A partir das descrições e análise, fiz um exercício de buscar formas de reutilização dos livros, em especial aos livros didáticos de língua portuguesa, que podem ter uma vida útil muito mais longa do que o seu tempo legal de uso nas aulas. Nessa tentativa de encontrar caminhos para os livros didáticos fora dos muros escolares, delineei uma nova função para os livros didáticos que, de forma inicial, chamei de função oportunizadora, pois esse livro gera oportunidade de renda a um grupo de pessoas, gera oportunidade de leitura(s) para sujeitos em situações diferenciadas, além de outras possibilidades que esbocei como ponto inicial para novos estudos.

Pelo que consegui analisar ao longo do caminho percorrido – inclusive pelas dificuldades e limites que encontrei ao realizar o trabalho – conclui que sim, o livro didático que encerra seu prazo de utilização previsto no PNLD é um lixo valioso. É um lixo, quando se observa a forma como é considerado pela legislação, como algo

que pode ser descartado, pois já cumpriu sua função. Também é tratado como lixo, ou como entulho, quando muitas vezes a escola não sabe o que fazer com os livros que guardou, que sobraram, que não foram usados, pois falta espaço físico e falta projetos e apoios por parte das administrações educacionais para que esse livro não seja descartado como lixo.

Mas também é um material valioso, pois constatei que gera renda a pessoas e grupos diversos. É valioso pois continua servindo como instrumento de leitura e estudo a pessoas que, por diferentes processos e motivos, acabam recebendo este objeto que alguém entendeu que poderia ter ainda utilidade e função. É valioso, pela perspectiva oportunizadora que esse traz como característica, pela sua função inicial de suporte de conhecimentos que – de alguma forma – são entendidos como necessários, já que circulam na escola, lugar social reconhecido, apesar de tudo, como espaço de conhecimento, de aprendizagem e de desenvolvimento.

Este objeto complexo para os pesquisadores, mas muitas vezes invisível na formação de professores e na vida cotidiana da escola, como ressaltado por Garcia, carrega significados e possibilidades que podem ser explorados em projetos articulados de redistribuição para novos usos que possam aproveitar o que ele ainda oferece sem correr riscos de acusações ou desconfianças.

E agora, quais os próximos passos? Essa é uma questão para a qual não tenho respostas fechadas, mas já tenho pistas. Seria interessante, por exemplo, retomar as pesquisas em escolas para perguntar às direções escolares para onde vão os livros didáticos após encerrar seu prazo, conhecer outros caminhos que certamente existem, discutir as legislações e as lacunas quanto à atenção a essa questão.

Penso ainda que seria interessante ir às casas das pessoas que pegam esses livros nos estandes de distribuição do projeto social, entrevistar sujeitos que, em situações muito diversas, utilizam livros didáticos, perguntar: quais leituras são realizadas nesse material? Que utilidade ele tem para você, para sua vida, para seu trabalho?

O desafio se coloca, para mim e para outros pesquisadores, e novas contribuições poderão ser apresentadas em relação à pressuposição que sustentou o desenvolvimento desta dissertação: os livros didáticos, descartados após seu ciclo de uso, podem ser entendidos como um lixo valioso.

REFERÊNCIAS

- ANCHIETA, P. J. de. **Auto de São Lourenço**. Virtualbooks (Edição online), 2003. Disponível em: <http://www.virtualbooks.com.br/v2/ebooks/pdf/00069.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- ARAÚJO, G. B. **Processo logístico de distribuição dos livros didáticos no Brasil**. 59 f. Monografia de graduação (Bacharelado em Administração) – Universidade de Brasília, 2011.
- ARAÚJO, L. A. M.; OLIVEIRA, T. A. **Tecendo linguagens: língua portuguesa: 6º ano**. 5 ed. Barueri, SP: IBEP, 2018.
- BATISTA, A. A. G. Um objeto variável e instável: textos impressos e livros didáticos. In: ABREU, M. **Leitura, história e histórias da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. BEZERRA, P. (Ed.). São Paulo: Editora 34, 2016.
- BORNATTO, S. de P. **A tradição e os singulares** – o ensino de português proposto em livros didáticos por professores universitários do Paraná (1944 a 1980). 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2011.
- BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos chave**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição de República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.
- _____. **Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/1/1939, Página 277 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1938, p. 350, v. 4. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- _____. **Diário do Senado Federal, n. 210, Sessão 22 nov. 1956**. Brasília, 1956a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/12464?sequencia=4>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- _____. **Projeto nº 1.069, de 1956**. Dispõe sobre o uso de compêndios escolares. Câmara dos Deputados, Lote 34, Caixa 03. Brasília, 1956b.

_____. **Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985.** Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/8/1985, p. 12178 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1985, p. 187, v. 6. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição: República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://eswww.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm, Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011.** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. **Resolução nº 42 de 28 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica. Disponível em: [file:///C:/Users/ra/Downloads/resolucao_cd_42_2012_consolidada%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ra/Downloads/resolucao_cd_42_2012_consolidada%20(1).pdf). Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. **Decreto nº 9099, de 18 de julho de 2017.** Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/7/2017, p. 07. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. **Informe nº5/2018 – Coare/FNDE.** Dispõe sobre o desfazimento dos Livros Didáticos. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/informe-pnld>. Acesso em: 05 jan. 2020.

CANDIDO, A. **Vários Escritos.** Rio de Janeiro: Ouro Sobre o Azul, 2004.

CASSIANO, C. C. F. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun.** Tradução de: MORAES, R. C. C. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unesp, 1998.

CHAVES, E. A.; GARCIA, T. B. Avaliação de livros de História por alunos do ensino médio. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 21, n. 2, Passo Fundo, p. 336-357, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/4305>. Acesso em: 31 mar. 2020.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CORDEIRO, H. F. B. F. **A perspectiva do alfabetizar letrando nos livros didáticos de alfabetização do Programa Nacional do Livro Didático (1996-2019): relações entre as culturas político-institucional e acadêmica**. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil, 2020.

CUNHA, M. A. A. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Revista PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 503-524, jul./dez. 2007.

DEPEN. Livros doados ao Depen vão reforçar remição de pena pela leitura. **Secretaria da Segurança Pública**, 11 dez. 2019. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/Noticia/Livros-doados-ao-Depen-vaio-reforcar-remicao-de-pena-pela-leitura>. Acesso em: 27 mar. 2020.

ESCOLANO, A. Las culturas de la escuela em España. Tres cortes historiográficos. **Revista Proposições**, v. 16, n. 1 (46), jan/abr. 2005.

FÁBIO, A. C. O projeto que reduz a pena por livro lido e a avaliação de presidiários. **Nexo Jornal**, 24 jul. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/07/24/O-projeto-que-reduz-a-pena-por-livro-lido.-E-a-avalia%C3%A7%C3%A3o-de-presidi%C3%A1rios>. Acesso em: 27 mar. 2020.

FAILLA, Z. **Retratos da Leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro, Sextante, 2016.

FANTÁSTICO. Denúncia: livros didáticos novos estão virando lixo e até papel higiênico em escolas do RS. **Portal G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/12/08/denuncia-livros-didaticos-novos-estao-virando-lixo-e-ate-papel-higienico-em-escolas-do-rs.ghtml>. Acesso em: 24 fev. 2020.

FELDMAN, D.; EGGERT-STEINDEL, G. Práticas de seleção, aquisição e descarte do livro didático em escolas públicas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 50-60, dez./mar., 2017.

FERNANDES, J. C. **O leitor e a cidade: Caminhos e descaminhos da leitura e da literatura entre pessoas com baixa exposição à escola**. 444 f. Tese (Doutorado em estudos literários) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

_____. A leitura de exceção: Apontamentos de observação participante com 12 leitores com baixa exposição à escola. **Revista Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 221-236, 2013.

FNDE. Dados estatísticos. **FNDE**, 2020a. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. Histórico. **FNDE**, 2020b. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/pnld/remanejamento/item/518-hist%C3%B3rico?highlight=WyJlc2NvbGEiXQ==>. Acesso em: 28 mar. 2020.

_____. Reserva Técnica. **FNDE**, 2020c. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/reserva-tecnica>. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. Sobre o PDDE. **FNDE**, 2020d. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pdde>. Acesso em: 27 mar. 2020.

FOLTRAN, H. F. B. **A Perspectiva do Alfabetizar Letrando nos Livros Didáticos de Alfabetização do Programa Nacional do Livro Didático (1996-2019):** Relações Entre as Culturas Político-Institucional e Acadêmica. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2020.

FORQUIN, J. C. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Revista Teoria & Educação**, 1992.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: autores Associados, Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GARCIA, T. M. F. B.; MACIEL, E. S. Livros didáticos de História e experiência cultural dos alunos. In: MARTINEZ, P. M.; PUCHE, S. M.; FERNÁNDEZ, A. S. (Ed.). **La evaluación en el proceso de enseñanza y aprendizaje de las ciencias sociales.** 1 ed. Murcia, ES: Asociación Universitaria de Profesorado de Didáctica de Las Ciencias Sociales, v. II, p. 43-50, 2011.

_____; RODRÍGUEZ, J. R.; ANICHINI, A. Pesquisas sobre manuais escolares e mídias educativas: tensões e interações entre impresso e digital. **EDUCAR EM REVISTA (IMPRESSO)**, v. 35, p. 9-18, 2019.

_____. El Programa Nacional de Livros Didáticos en Brasil (PNLD): procesos de homogenización y los desafíos para contemplar la diversidad y la cultura local. In: MENDOZA, M. Á. G.; GARCIA, T. M. F. B.; RODRÍGUEZ, J. R. (Ed.). Balance y análisis de la investigación sobre el libro de texto escolar y los medios digitales. **Memorias / Conferencia Regional para América Latina de la International Association for Research on Textbooks and Educational Media IARTEM Colombia 2016.** 1 ed. Pereira, Colômbia: Universidad Tecnológica de Pereira, v. 1, p. 432-442, 2017.

_____. Libros didácticos: Libros didácticos de Historia, identidad y experiencia cultural de los alumnos. Clio & Asociados. **La Historia Enseñada**, v. 0, p. 347-368, 2015.

_____. Criteria used by teachers in Brazilian elementary schools in the process of textbook selection. **Orbis Scholae**, v. 8(2), p. 9-22, 2014.

_____. From Print to Digital: Changes in the Brazilian Textbook Program. In: RODRÍGUEZ, J. R.; BRUILLARD, E.; HORSLEY, M. (Ed.). **Digital Textbooks: What's new?** 1 ed. Santiago de Compostela, ES: Servizo de Publicacións da USC/IARTEM, v. 1, p. 155-183, 2014.

_____. Os livros didáticos na sala de aula. In: GARCIA, T. M. F. B.; SCHMIDT, M. A.; VALLS, R. (Ed.). **Didática, História e manuais escolares: contextos ibero-americanos**. 1 ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, v. 6, p. 69-102, 2013.

GENTILI, P.; ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. 8. ed., Petrópolis: Vozes, 2012.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2018. **IBGE**, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/00e02a8bb67cdec4fb22601ed264c00.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.

IBGE. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. **IBGE**, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 17 out. 2020.

IPEA. **Atlas da violência no Brasil**. – Gráfico – 2019a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/4644-atlas2019infograficofinal-1.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

IPEA. **Atlas da violência no Brasil**. – Livro – 2019b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 05 jan. 2020.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

LINS, O. **Do ideal e da glória**: problemas inculturais brasileiros. São Paulo: Summus, 1977.

MACHADO, A. C. M. A alteridade intrínseca na teoria marxista: um estudo a partir da obra “O Capital”. **GT9 Políticas Públicas e Gestão Socieducacional**, 2012. Disponível em: https://olimpiadafilosofiasp.files.wordpress.com/2012/03/alteridade_intransica_teor_marxista_estudo_partir_obra_capital.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

MACHADO, G. M. S. O auto de São Lourenço. **Revista Eutomia**, ano I, n. 01, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/viewFile/1990/1557>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MARQUES, M. Alienação de bens públicos. **Jus.com.br**, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/63420/alienacao-de-bens-da-administracao-publica#:~:text=da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica.-,aliena%C3%A7%C3%A3o%20de%20bens%20p%C3%ABlicos%20%C3%A9%20a%20transfer%C3%Aancia%20de%20sua%20propriedade,observadas%20%C3%A0s%20normas%20legais%20pertinentes.&text=esta%20%C3%A9%20a%20regra%20para,m%C3%B3veis%20inserv%C3%ADveis%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABlica>. Acesso em: 17 out. 2020.

MEC. História. **MEC**, 2020a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>. Acesso em: 28 mar. 2020.

_____. Governo faz compra recorde de mais de 162 milhões de volumes. **MEC**, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34216>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MENDONÇA FILHO, K.; DORNELLES, J. **Bacurau** (Filme), 2019. Trecho disponível em: <https://twitter.com/kmendoncafilho/status/1170099493481734144>. Acesso em: 02 jan. 2020.

MINAYO, M. C. S. Violência e educação: impactos e tendências. **REVISTA PEDAGÓGICA**, v. 15, n. 31, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2338/1413>. Acesso em: 05 jan. 2020.

MORAES, M. A. B. **O papel do guia do livro didático de história/PNLD no processo de escolha dos livros pelos professores dos anos finais do ensino fundamental**. 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2018. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/signa/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=42596&idpograma=40001016001P0&anobase=2018&idtc=1404>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 223 f. Tese (Doutorado História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 1997.

NPPD. Objetivos do núcleo. **UFPR**, 2020. Disponível em: http://www.nppd.ufpr.br/nppd/?page_id=159. Acesso em: 31 mar. 2020.

OLIVEIRA, J. B. A. e. **A pedagogia e a economia do livro didático**. Rio de Janeiro: ABT, 1983.

_____; GUIMARÃES, S. D. P. **A política do livro didático**. São Paulo: Summus; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1984.

OLIVEIRA, R. L.; SILVA, A. B.; MELLO, M. A. G. M. Leitura e escrita – ações libertárias. **Pensares em Revista**, São Gonçalo, RJ, n. 13, p. 165-179, 2018.

PALHARES, I. MEC estuda descartar 2,9 milhões de livros didáticos nunca utilizados. **Jornal Estadão** (Edição online), São Paulo, 11 jan. 2020. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-estuda-descartar-2-9-milhoes-de-livros-didaticos-nunca-utilizados,70003152805>. Acesso em: 24 fev. 2020.

PARANÁ. **Instrução Normativa nº 001/2017** – SEED/SUDE/DILOG. Estabelece procedimentos para desfazimento de livros didáticos irrecuperáveis ou inservíveis do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, no âmbito das Instituições de Ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná. Disponível em: http://enfrentamentoaviolencia.pbworks.com/w/file/fetch/118127502/2017_Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa_Desfazimento%20LDP.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

_____. **Lei 17329 - 8 de Outubro de 2012**. Institui o Projeto “Remição pela Leitura” no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=77830>. Acesso em: 27 mar. 2020.

PERES, L. C.; SILVEIRA, M. I. Seleção, aquisição e descarte de materiais de informação para bibliotecas escolares: uma sugestão coerente com a atual realidade escolar. **REVISTA ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v.3, n. 3, 1998.

PESSOA, F. **Cancioneiro**. Ciberfil (versão digital), 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000003.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 763-785, out. 2007. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1012.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

RANGEL, L. L.; RODRIGUES, L. F. O. Sustentabilidade na gestão educacional: uma análise da distribuição, da conservação e da destinação final dos livros didáticos do PNLD nas escolas públicas. **Revista do Curso de Direito da UNIABEU**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2019.

REBELLO, I. S. R. O papel social da leitura e da escrita: a questão do letramento. **Caderno Seminal Digital**, ano 21, n. 24, v. 1, jul./dez. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/ra/Downloads/20326-67008-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

ROCKWELL, E. De Huellas, Barbas y Veredas: Una Historia Cotidiana En La Escuela. In: ROCKWELL, E. et al. **La Escuela Cotidiana**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. p. 13-57.

ROJO, R. O letramento escolar e os textos da divulgação científica – a apropriação dos gêneros de discurso na escola. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, v. 8, n. 3, p. 581-612, set./dez. 2008.

SILVA, E. T. **Leitura e realidade brasileira**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/29016114/SOARES_Magda_Letramento_Um_tema_de_t%C3%AAs_g%C3%AAneros. Acesso em: 27 mar. 2020.

SOUZA, A. P. A história como ela é: o pote de ouro do livro didático motiva uma guerra ideológica e comercial. **Carta Capital**, n. 464, p. 24-28, 3 out. 2007.

TEIXEIRA, R. F. B. **As práticas cotidianas de alfabetização e o livro didático: um estudo etnográfico**. 2014. 197 f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/49417/R%20-%20T%20-%20ROSANE%20DE%20FATIMA%20BATISTA%20TEIXEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 mar. 2020.

VAHL, M. M. **O programa do livro didático para o ensino fundamental do Instituto Nacional do Livro – PLIDEF/INL (1971-1976)**. 295 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil, 2014. Disponível em: http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/2901/1/Monica%20Maciel%20Vahl_Dissertacao.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, jun. 2001.

VIEIRA, E. A. **Jovens, escolarização e livros didáticos: estudo etnográfico em uma escola de assentamento (SC)**. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/56556>. Acesso em: 05 jan. 2019.

VOLMER, L.; RAMOS, F. B. O livro didático de português (LDP): a variação de gêneros textuais e a formação do leitor. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS**, 2009, Caxias do Sul, RS. Disponível em: file:///C:/Users/ra/Downloads/o_livro_didatico_de_portugues_ldp_a_variacao_de_generos_textuais_e_a_formacao_do_leitor.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

YUNES, E. Sujeitos em construção: a leitura e a escrita de si. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 01, n. 03, p. 618-625, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3010/1949>. Acesso em: 27 mar. 2020.

APÊNDICE 1 – FOLHAS DE ATIVIDADES DA OFICINA DE LEITURA E ESCRITA COM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Reprodução de folhas de atividades da oficina de leitura e escrita com livros didáticos de língua portuguesa fora do prazo normativo. Oficina ministrada por Wagner Barbosa nos dias 10 e 11 de dezembro de 2015, em cooperativa de catadores de material reciclável em município da região metropolitana de Curitiba, Paraná.

FOLHAS DE ATIVIDADES DA OFICINA DE LEITURA E ESCRITA COM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA FORA DO PRAZO ESTIPULADO PELO PNLD – ALUNA SELMA

Homens do bom ladrão

Pe. Antônio Vieira

- Se trata de um ladrão que se preocupa em questões de usúrio.

- Não são miseráveis aqueles que não ~~tem~~ têm, ~~mas~~ têm nada, mas aqueles que tem tudo.

- Não se diz aqueles que são ladrões, mas sim aqueles em que estão envolvidos como, a quem era bom se seu povo. É que chegam a disputar aquele de tudo.

- Eu optei por que fala de uma realidade em que vivemos, onde pessoas acabam roubando, aquilo que não são delas. Como a nossa belíssima Dilma, que vem ~~para~~ fazendo a nossa Brasil cada vez mais a piorar.

- Título, Autor

→ Do que trata o texto.

→ O que achei do texto?

→ O que outra pessoa achou do texto?

cidade grande Paulo Drummond de Andrade

A cada ano as cidades vem crescendo absurdamente, em populações, indústrias, prédios, favelas entre outros fatores. É vai dando início, em crescimento em grande escala. É deixando de lado a beleza inexplicável de montes, planos de lado.

Precisávamos ver os concêitos que essa cidade realmente precisa, qual são suas prioridades. Se são necessárias tantas indústrias, deixando tantas fumaças poluidoras, que destroem toda a camada de ozônio.

Precisamos ter um plano para reurbanizar os lugares, onde encontram as favelas, em áreas de rios, entre vários fatores.

Se criassem um planejamento de urbanização, não teríamos favelas, nem as aglomerações de pessoas em um único espaço. Precisam ver as quantidades de indústrias contidas em uma única cidade.

① É possível reaproveitar livro didático antigo de português para incentivar a leitura?

② O que achou dessa oficina?

1) É possível por serem textos que são bem argumentativos e ajudam, via complementação, os conhecimentos.

2) É um incentivo para quem não tem acesso diretamente com os livros. É um incentivo ainda maior para quem já tem acesso e para que possam entender melhor.

Fez muito bem, fez uma experiência diferente, daquelas que temos em sala de aula.

FOLHAS DE ATIVIDADES DA OFICINA DE LEITURA E ESCRITA COM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA FORA DO PRAZO ESTIPULADO PELO PNLD – ALUNA SUZANA

título do texto: a Raposa e o corvo
autor: guilherme figueredo

falando sobre o queijo
eles conversam sobre o queijo
o corvo come o queijo bem de zagar
e a Raposa considerava com ele
dizendo que ele tinha uma voz bonita
que cantava super bem
mais; inlenda da Raposa e que ele
cantava e largava o queijo pra ela
Roubou

Eu poderia dizer que não poderia
matadoras e trapaceiro
eu gostei muito não falo com
teu companheiro o que não que pra
rôci

- Título, Autor.
- De que trata o texto.
- O que você achou do texto?
- O que outra pessoa achou do texto?

texto - do - Loão de Barro / 10/10
 autora Rosana - Murray
 Alguns bichos têm casas
 muito interessantes
 formigas, abelhas
 podem dar ao homem lições de arquitetura

E com que finura...
 a aranha tece sua teia...
 o marimbando constrói sua casa...
 o bicho-da-seda o seu casulo.

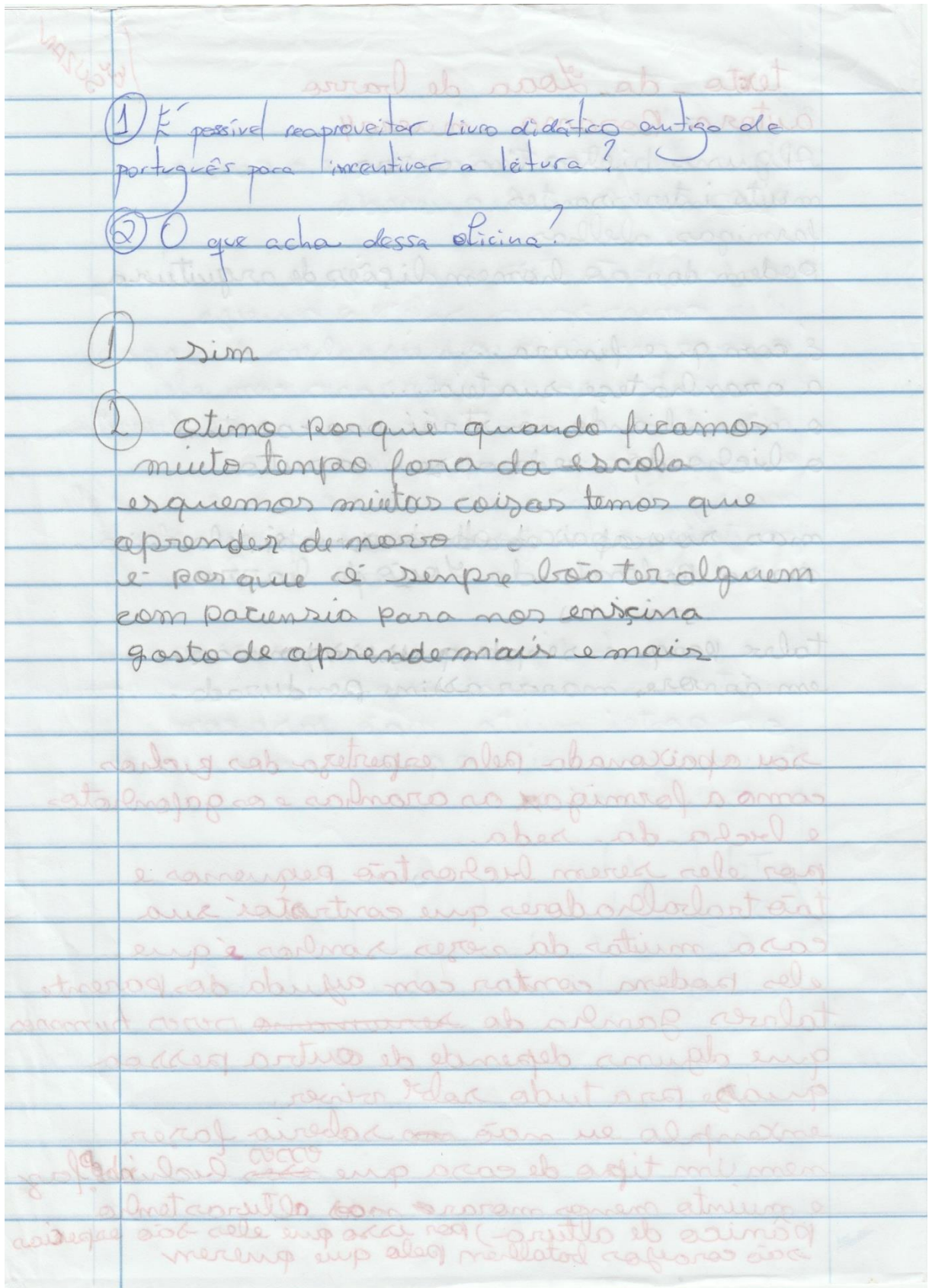
mas sou apaixonada mesmo é pela...
 casa Redonda-do-Loão de Barro

talvez porque sempre quisesse morar...
 em árvore, morar assim pendurada.

sou apaixonada pela esperteza dos bichos
 como a formiga, as aranhas e os gafanhotos
 e bicho-da-seda...

por eles serem bichos tão pequenos e
 tão trabalhadores que constrói sua
 casa muitas das vezes sonhos é que...
 eles podem contar com ajuda dos parentes
 talvez ganha de ser humano seres humanos
 que alguns depende de outra pessoa
 quase pra tudo sob o viver.

entendo eu não ~~so~~ saberia fazer
 nem um tipo de casa que ^{esses} bichinho faz
 e muito menos morar ~~nos~~ alturas tendo
 pânico de altura) por isso que eles são especiais
 são corajosos batalhem pelo que querem



ANEXO 1 – REPRODUÇÃO DA CAPA DA OBRA ENCONTRADA NO PONTO DE DISTRIBUIÇÃO DO PROJETO INSTITUCIONAL 2



FONTE: O autor (2019).

No subtítulo “4.4.1. Experiências institucionais de uso dos livros após seu ciclo nas escolas”, foi apresentado o projeto institucional 2, uma experiência de recolhimento e distribuição de livros variados. O projeto recolhe livros didáticos, mas não os identifica dentro do projeto, para evitar denúncias de mau uso de livros comprados com dinheiro público. Um colaborador da presente pesquisa recolheu, em um dos pontos de distribuição do projeto, uma obra da década de 1980, da disciplina de Educação Moral e Cívica. Nesse caso, a problematização se abre para o tipo de informação e conhecimento que circula nos livros didáticos, neste caso, conteúdos de uma disciplina criada e valorizada na ditadura militar e que, após a redemocratização, deixou de existir nos currículos brasileiros. A função ideológica do livro didático, neste caso, ultrapassa sua existência no âmbito da educação escolar e se mantém para além dela.